



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**O MIQCB: ASPECTOS ORGANIZATIVOS E O PROCESSO DE ONGUIZAÇÃO DO
MOVIMENTO**

Eliane Sá Amorim Berrêdo

**São Luís - MA
2017**

ELIANE SÁ AMORIM BERRÊDO

O MIQCB: Aspectos Organizativos e o Processo de Onguização do Movimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas Universidade Federal do maranhão, como requisito parcial a obtenção do grau de mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Joana A. Coutinho.

**São Luís – MA
2017**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

BERREDO, Eliane Sá Amorim.

O MIQCB: Aspectos Organizativos E O Processo De Onguização Do Movimento / Eliane Sá Amorim Bêrredo. - 2017.

108 p.

Orientador (a): Joana Aparecida Coutinho. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas/CCSO, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2017.

1. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu-MIQCB. 2. Movimento social. 3. ONGs. I. Aparecida Coutinho, Profa. Dra. Joana. II. Título.

ELIANE SÁ AMORIM BERRÊDO

O MIQCB: Aspectos Organizativos e o Processo de Onguização do Movimento

.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, para qualificação, sob a orientação da Profa. Dra. Joana A. Coutinho.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Joana Aparecida Coutinho (orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Ilse Gomes Silva
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Maria Mary Ferreira
Universidade Federal do Maranhão

À minha mãe, Maria José: mulher, negraque tem em sua história e em suas digitais as marcas de uma quebradeira de coco babaçu. E, ao meu filho, João Emanuel à quem eu anseio deixar um legado da importância da educação.

AGRADECIMENTOS

À Deus, a quem devoto toda minha fé na vida!

À Professora Joana Coutinho. Minha orientadora com quem partilhei o que era o broto daquilo que veio a ser esse trabalho e que me fez acreditar que posso romper com minhas limitações. Nossas conversas durante e para além dos grupos de estudos foram fundamentais para a materialização desta pesquisa.

Às professoras Ilse Gomes e Mary Ferreira pelas contribuições assertivas e valiosas durante a qualificação do projeto e do texto preliminar. Suas contribuições foram fundamentais para o aprofundamento das reflexões ao longo da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e às pessoas com quem convivi nesse espaço ao longo desses anos.

À Instituição financiadora da pesquisa, pois este projeto não teria sido possível sem o apoio da bolsa de Mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão - FAPEMA.

À minha família: meu marido, Jaderney, pessoa com quem escolhi partilhar a vida. Obrigada por sua capacidade de acreditar e investir em mim. Pelo carinho, paciência e habilidade de me trazer paz na correria de cada semestre. E ao meu filho, João Emanuel, por todo amor que me dedica e que me habilita superar as adversidades.

À minha Mãe, minha referência de resistência nessa sociedade preconceituosa, racista e excludente. Ela sempre colocou a educação em primeiro lugar na minha vida. Meu Pai, Teodoro Amorim (in memória) sua presença significou segurança e certeza de que nunca estive sozinha nessa caminhada.

Às minhas irmãs: Poliana e Nayjara, e aos meus irmãos Edivaldo, Edmilson e Luís por todo cuidado que dedicaram a mim os tornou boa referência em minha vida. Vocês são a tela da minha história.

Aos meus amigos do mestrado, especialmente: Mara, Grace Kelly, Mariana e Inaldo pelas alegrias e descobertas vividas e compartilhadas durante o curso.

Às minhas amigas do CRAS Sol e Mar: Laureany, Carol, Socorro, Deury, Mayanna e Karla, com as quais partilhei diariamente os anseios desta produção. As experiências compartilhadas na comunhão com amigos nesse espaço de trabalho contribuíram muito no meu processo de formação.

A todos aqueles que de alguma forma estiveram próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

Envoltas em largas saias, ou colchas cruzadas, rebramando em som, o efeito do machado. Sentadas! Abrem o coco à força, e a pauladas, transformando sonhos, sonhando com achados. Interpretam cantos, causos e resenhas em mentes. Essas bravas mulheres sonham permanentemente. Elas lutam tanto, exterminando o sofrimento. E em lamentos versados, eternizam os sentimentos (José Maria Souza Costa).

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB—, focando a atuação no Estado do Maranhão; investigando sobre seus aspectos organizativos e o processo de institucionalização do movimento. Perpassa a análise da prática do MIQCB no projeto de autonomia e participação política das mulheres; buscando identificar o momento de institucionalização do movimento, passando a confundir-se em alguns momentos, como uma Organização Não Governamental (ONG). As considerações feitas ao longo do estudo estão baseadas na análise dos dados da pesquisa, e não um exercício de mera abstração. Ao longo da pesquisa, averiguamos a relação do Estado com o Movimento e no que isto reflete no processo de autonomia das quebradeiras de coco. Disserta-se também sobre o papel da assessoria dentro do movimento e no que isto reflete na luta pela autonomia das mulheres-militantes.

Palavras- chave: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu-MIQCB. Movimento social. ONGs.

ABSTRAT

The present study has the objective of analyzing the Interstate Movement of Coco Babaçu - MIQCB -, focusing on the performance in the State of Maranhão; Investigating its organizational aspects and the process of institutionalization of the movement. Performs the analysis of the practice of MIQCB in the project of autonomy and political participation of women; Seeking to identify the moment of institutionalization of the movement, becoming confused at times, such as a Non-Governmental Organization (NGO). The considerations made throughout the study are based on the analysis of the research data, not an exercise of mere abstraction. Throughout the research, we investigated the relationship between the State and the Movement and what this reflects in the process of autonomy of coconut breakers. It also discusses the role of counseling within the movement and what this reflects in the struggle for autonomy of women-militants.

Keywords: Interstate Movement of Babaçu-MIQCB Coco Breakers. Social movement. NGOs.

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS E SIGLAS.

ABONG - Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais.

ATER-Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária.

CEBs- Comunidades Eclesiais de Base.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

CEPIS- Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae.

CIMIQC- Cooperativa Interestadual do Movimento Interestadual das Quebradeiras e Coco Babaçu.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

MIQC- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

OMS- Organização Mundial da Saúde.

ONG- Organização Não Governamental.

ONGD- Organização Não Governamental de Desenvolvimento.

ONU- Organização das Nações Unidas.

PNAD- Pesquisa por Amostra de Domicílio.

PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

SENAES- Secretaria Nacional.

UFMA- Universidade Federal do Maranhão.

UNIFEM- Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulheres.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Organizações Cadastradas na ABONG por Região.....	42
Quadro 02: ONGs Maranhenses Cadastradas na ABONG.....	42
QUADRO 03: Rede de grupos produtores do coco babaçu.....	76
QUADRO 04: cadeia produtiva do babaçu.....	80
Quadro 05: Estrutura Organizativa do MIQCB.....	83

ANEXOS

Anexo01: Questionário de Entrevistas (coordenadoras).....	105
Anexo02: Questionário de Entrevistas (assessora).....	106
Anexo03: Termo de Consentimento livre sobre entrevista	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. CAPÍTULO I: MOVIMENTOS SOCIAIS, ONGS E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO NEOLIBERAL	25
1.2. Contexto histórico e abordagens contemporâneas dos Movimentos sociais.	26
1.2. De movimentos sociais às Organizações não Governamentais: Desdobramentos da ação coletiva.	34
1.3. Neoliberalismo e ONGs na América Latina e no Brasil	38
2. CAPÍTULO II O MOVIMENTO FEMINISTA E A (IN) GERÊNCIA DAS ONGs	50
2.1. Feminismo, emancipação e lutas sociais	51
2.2. As lutas feministas: um debate no interior do movimento.	59
2.3. A intervenção das ONGs nos movimentos feministas.....	63
3. CAPÍTULO III: O MIQCB E SEUS ASPECTOS ORGANIZATIVOS E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO.	70
3.1. Terra de babaçu e campo de conflito: a luta das mulheres quebradeiras de coco pelo babaçu livre	70
3.2. A transfiguração do MIQCB: da inserção na cadeia produtiva à institucionalização.	76
3.3. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu e o processo de organização movimento.	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de inquietudes que tem seu lugar de origem no povoado Pericumã, na região da baixada maranhense, situado no município de Bequimão – MA. Neste lugar acompanhei minhas avós, minha mãe e as mulheres da minha família na busca pelo coco babaçu, mata à dentro, e o empenho pela venda da amêndoa para garantir a subsistência da família. A partir dessa experiência, que marcou a minha trajetória de vida, demarco que minhas inquietudes foram tomando forma quando iniciei a caminhada acadêmica, no curso de Serviço social na Universidade Federal do Maranhão e tive a oportunidade de encontrar a Professora Joana Coutinho que me apresentou o caminho epistemológico da pesquisa e com quem partilhei o que era o broto daquilo que veio a se re-significar e se tornar este trabalho. Na pesquisa iniciada na Iniciação científica, nos empenhamos em estudar e desvendar as relações sociais das quebradeiras de coco babaçu no âmbito do MIQCB – lugar o qual elas se inserem como militantes – e analisar a relação desse movimento com as diversas instâncias de parceria e financiamento nacional e internacional.

A primeira pesquisa debruçou-se no estudo sobre o significado dos projetos das ONGDs (Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento) na vida das mulheres negras no Maranhão e a possibilidade dessas mulheres superarem as precárias condições de vida em que se encontravam: mudando a forma de ver o mundo, de viver em comunidade e até mesmo aspectos fundamentais para sua sobrevivência. Debruçamo-nos em desvendar quais as atividades que geravam renda e trabalho e como as ONGs conseguiam inserir essas mulheres no mercado de trabalho – tendo em vista que dependem da abertura de postos e vagas no mercado. Investigamos o papel que as ONGDs desempenhavam na perspectiva de orientação na busca pela emancipação de mulheres vítimas de discriminação racial, identificando as relações dessas organizações com as políticas estatais, a visão de mundo e projetos que defendem.

Este estudo é, em parte, continuação dessa pesquisa que resultou no objeto de estudo do trabalho de conclusão de curso. Na primeira etapa da pesquisa adentramos no universo dos movimentos sociais e das Organizações Não Governamentais de mulheres Negras no Maranhão, destacando o papel que as

ONGs desempenham na implementação de projetos de desenvolvimento para mulheres negras no Maranhão. Analisamos algumas instituições tais como: MIQCB- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Grupo de mulheres Negras Mãe Andresa, Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina, ACONERUQ-MA e Centro de Formação para a Cidadania – Akoni. E, podemos observar que esses projetos estão em geral focados no “desenvolvimento local” e na “autosustentação” da comunidade. Porém, essas organizações, na sua maioria, investem um grande esforço para implementar seus projetos usando a informação e a participação como seus recursos máximos, mas, com investimento mínimo de capital. Isto resulta, na maioria das vezes, na disputa entre as “comunidades” pelos poucos recursos, gerando rivalidades intra-comunidades, corroendo a solidariedade de classes e transformando — quando a experiência é exitosa — o lugar numa “ilha de fantasia” (Petras, 1996; Mauro, 1998; Coutinho, 2004). No entanto, a maioria desses projetos tem um período de financiamento estipulado pelas agências financiadoras, geralmente ONGs internacionais, e não conseguem transformar a realidade de pobreza real dos envolvidos.

Essa pesquisa é uma continuação, já que entendemos que a discussão não foi esgotada ali. Aqui, apresentamos outro recorte: a atuação do MIQCB e suas particularidades no estado do Maranhão, lugar onde tem maior presença da palmeira de coco babaçu e conseqüentemente mais atuação e visibilidade das ações do MIQCB e, a nossa tese central que é o processo de institucionalização do movimento.

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu é o responsável pela articulação das mulheres quebradeiras desde o início dos anos 1990. Historicamente, essas mulheres adotam formas específicas de organização coletiva e articulação local e interestadual onde tem presença expressiva de palmeiras de coco babaçu e, respectivamente, quebradeiras de coco babaçu. O Maranhão, de acordo com o Censo (IBGE, 2010), é o Estado mais rural do Brasil: dos 6,5 milhões de maranhenses, aproximadamente 2,4 milhões vivem na zona rural, o que equivale a 36,9% da população do Estado. Embora as mudanças nas duas últimas décadas apontem uma acentuada migração para as cidades. Normalmente, os moradores das zonas rurais vivem da agricultura de subsistência e do extrativismo vegetal, do babaçu.

Dados da PNAD (2014) apontam que no Nordeste do país 14,2 milhões de pessoas vivem na zona rural, destes, 48,61 % são mulheres, representando a maior percentagem de mulheres entre sua população rural por região no país. Nessa diversidade, encontram-se trabalhadoras rurais, agricultoras familiares, camponesas, extrativistas, quebradoras de coco babaçu, pescadoras, seringueiras, quilombolas, indígenas e ribeirinhas.

É importante ressaltar que o trabalho das mulheres nas zonas rurais permanece em grande medida invisibilizado: elas se ocupam da produção na agricultura familiar, no extrativismo e, muitas vezes sem nenhuma remuneração.

Outro dado relevante, para a nossa pesquisa, está no fato de que também a região Nordeste destaca-se por apresentar o maior número de domicílios chefiados por mulheres: 42,6% nos domicílios urbanos e 26,3% nos domicílios rurais. Percebe-se que a ocorrência de domicílios chefiados por mulheres na zona rural é quase a metade em relação à zona urbana, fato que nos leva a refletir sobre as relações sociais que se diferenciam em larga escala nas duas zonas. Pois de acordo com Sabóia e Soares (2004, p. 32):

O crescimento da chefia feminina está relacionado a diversos fenômenos: o aumento da escolaridade das mulheres, que ultrapassa a dos homens em quase todas as faixas etárias, exceto entre as idosas; sua crescente participação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a contribuição para o rendimento familiar; a maior esperança de vida ao nascer das crianças do sexo feminino; o aumento no número de separações conjugais; e até mesmo mudanças culturais com relação ao papel das mulheres na família.

Outro indicador importante na análise do mercado de trabalho é a taxa de desocupação, que mede a proporção de pessoas economicamente ativas que estão desocupadas. No Brasil, em 2011 a taxa de desocupação foi de 6,9% (IBGE, PNAD, 2011). As mulheres apresentam a taxa de desocupação mais elevada quando comparadas aos homens, ou seja, 9,4% das mulheres em contraponto a uma taxa de 5% dos homens. Em termos regionais, o Nordeste novamente dispara apresentando as maiores taxas de desocupação: 8,3%; e esses valores chegam a 11,4% quando se observa o desemprego aberto apenas entre as mulheres que moram nesta região. Outra desproporção é quando se trata da trabalhadora da zona rural da Região Nordeste que apresenta maior desigualdade quando se compara o rendimento-hora de mulheres e homens com mais escolaridade (R\$ 10,9), enquanto a Região Norte tem a menor diferença (R\$ 5,4) (IBGE, 2011).

Esse percentual pode tomar uma dimensão ainda maior quando consideradas como zonas urbanas territórios localizados à beira de estradas, povoados próximo a cidade cujas características são profundamente rurais (Barbosa, 2013). Essa característica deve ser levada em conta quando se trata de análises das transformações que marcam o universo das quebradeiras de coco babaçu.

As palmeiras de babaçu ocupam aproximadamente 18,5 milhões de hectares, tendo maior concentração no Estado do Maranhão (10,3 milhões de hectares), aproximadamente 60% dos babaçuais do país. A atividade das quebradeiras de coco babaçu é fonte de renda para aproximadamente 300mil famílias no Estado, chegando ao percentual de 60% das mulheres economicamente ativas na área rural maranhense (IBGE, 2010). Porém, para algumas pessoas, a quebra do coco denota uma atividade não assalariada e se configura como uma extensão das atividades domésticas.

O reconhecimento da atividade diária das mulheres que praticam o extrativismo do coco babaçu, a luta pelo acesso e a preservação das palmeiras, e o processo de enfrentamento, de tensões e conflitos específicos pelo acesso e uso comum das áreas de ocorrência de babaçu (que haviam sido cercadas e apropriadas injustamente por fazendeiros, pecuaristas e empresas agropecuárias) impulsionou a organização de coletivo de mulheres nos povoados no início da década de 1990, momento que se consolida a identidade das *quebradeiras de coco babaçu*¹. Em 1995 nasce o MIQCB como um movimento social contemporâneo, de caráter de Organização Não Governamental, muito embora as militantes do grupo não associem este título a organização. Sobre essa questão Mesquita (2008, p. 58) afirma:

No início dos anos 1990, com a constituição de uma ONG (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB), elas têm lutado para dar outro rumo à atuação do Estado e do agronegócio, no que se refere ao meio ambiente. Esse segmento social assume assim um papel que constitucionalmente caberia ao Estado executar, mas do qual se omite [...] essas mulheres, representantes legítimas do quadro de pobreza do Estado, têm assegurado espaço e respeito político e obtido algumas respostas a suas demandas universais que outras ONGs não obtiveram, nesse curto espaço de tempo em que estão formalizadas. As mulheres agroextrativistas se fortalecem, institucionalmente, com apoio importante de ONGs (nacionais e internacionais) e até de governos estrangeiros, via cooperação internacional.

¹ Inicialmente denominado como Articulação de mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (AMQCB), onde mulheres organizam o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís.

O MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) é um movimento organizado por quebradeiras de coco babaçu, extrativistas, trabalhadoras rurais. Integra o movimento quatro estados brasileiros onde há ocorrência de palmeiras de babaçu: Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí e cujo objetivo está em conquistar melhores condições de vida e de trabalho e garantir seus direitos enquanto cidadãs.

A proibição da queima do babaçu inteiro e o livre acesso aos babaçuais foram duas das principais conquistas das mulheres organizadas nesse movimento. Atualmente, o movimento tem buscado mobilizar representantes de governos federal, estaduais e municipais para debater alternativas de desenvolvimento para as regiões de babaçuais, buscando garantir o controle das áreas e da produção, agregando valor aos produtos e visando a competição no mercado (Pindova², 2009).

A sede localiza-se no município de São Luís, e, conta ainda, no Estado do Maranhão com mais três regionais: Baixada Maranhense (no município de Viana); Médio Mearim (em Pedreiras) e Imperatriz. Conta com representações nos estados do Tocantins (Bico do Papagaio); Pará, (São Domingos do Araguaia) e no Piauí (Esperantina). A sede do escritório central possui a maior estrutura de recursos materiais e humanos que proporcionam a execução dos projetos do movimento. Os demais escritórios possuem em seu quadro de funcionários apenas uma coordenação executiva e uma assessora técnica que trabalham na execução e manutenção dos projetos.

A partir dos anos 1970, tem início a segunda frente de expansão da pecuária (a primeira foi no período de 1920-1950), bem como a adoção do desenvolvimentismo, com o propósito de construir parques industriais no Maranhão. Essa década também é identificada com a queda da produção de amêndoas e perda do espaço do babaçu na economia local e nacional. Reforçando essa análise tem-se a edição de Decretos Estaduais que permitiram que as empresas e as indústrias derrubassem milhares de hectares de babaçu (RÊGO e ANDRADE, 2006, p. 49).

As exigências e ameaças dos “donos” das terras se configuram outra ameaça as quebradeiras de coco. Conforme estudos de ALMEIDA (2000) a economia de uma família dedicada à extração das amêndoas de babaçu, sem a figura do fazendeiro, alcançaria uma renda de até duas vezes o valor do trabalho assalariado

Pindova é um informativo bimestral que é publicado pelo MIQCB com informações sobre as atividades; encontros e projetos desenvolvidos pelo movimento. Os informativos foram publicados entre o ano de 2005 e 2009, com um total de 11 edições.

vigente no estado do Maranhão, no campo. Mas lhe restava apenas a parte que não era entregue ao fazendeiro, como parte do pagamento pelo uso do fruto colhido em terras “privadas”.

Ainda hoje, segundo relato das extrativistas, as ameaças são muitas, desde a interdição do acesso às palmeiras, a queima, o envenenamento das palmeiras e seus frutos, até a concorrência com a indústria. Cada região sofre com um tipo de devastação diferente.

O avanço da pecuária bovina e bubalina tem como efeitos imediatos a derrubada das palmeiras para dar lugar ao pasto, como consequência as quebradeiras de coco sofrem diversas formas de exploração e constrangimentos, entre eles: a interdição do acesso aos babaçuais; a cobrança por metade dos cocos coletados; e a compra das amêndoas por atravessadores que revendem para as indústrias de sabão e óleo, além de ameaças de morte e castigos físicos.

Essa situação gera uma constante preocupação e por isso, uma das principais metas do Movimento é a aprovação da Lei do Babaçu Livre (no âmbito federal). Em 2008, a Lei estadual foi aprovada e hoje é implementada em nove municípios do Maranhão. A luta é pela ampliação desse debate para que mais municípios sejam contemplados com a Lei do Babaçu Livre e que a Lei Federal que está tramitando no Congresso desde 1995 seja aprovada. A lei visa garantir o livre acesso e o uso comum das palmeiras de coco babaçu às quebradeiras de coco e suas famílias mesmo em áreas privadas e estabelece multas e punições para quem derrubar ou cortar, ou envenenar os babaçuais e determina, ainda, que a fiscalização possa ser feita por entidades representativas da classe dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e das quebradeiras de coco, como o MIQCB (Projeto de Lei 231/2007)³.

As quebradeiras de coco passaram a compreender que seria possível lutar e construir uma identidade coletiva, de trabalhadoras e construírem uma estratégia de enfrentamento aos seus antagonistas dentro de um movimento social que as integra, tornando-se trabalhadoras politicamente organizadas, o que leva a um grau de institucionalização do Movimento. (BARBOSA, 2013).

Portanto, neste trabalho, buscamos analisar o impacto econômico-social e o significado dos projetos do MIQCB na vida dessas mulheres. Isso implica pensar

³As publicações “Guerra Ecológica nos Babaçuais e Nova Cartografia Social da Amazônia”, elaboradas pelo antropólogo Alfredo Wagner de Almeida, contém informações históricas e análises atuais do conflito entre quebradeiras de coco babaçu e os fazendeiros, donos das terras onde estão plantadas as palmeiras de babaçu.

diretamente nas peculiaridades do MIQCB, cabendo as seguintes questões: até que ponto o MIQCB é caracterizado um movimento social? Quais os processos de institucionalização pelos quais o movimento passou? E no que essas peculiaridades implicam no processo de luta, resistências e emancipação das quebradeiras de coco babaçu.

Movimento social e Organização não Governamental possuem características distintas. Mas, o que se percebe nas últimas décadas que muitos movimentos são levados a um processo de institucionalização que lhes são impostos por uma lógica cada vez mais dura na relação dos movimentos com o Estado e/ou com as organizações que lhes financiam as atividades.

Gohn (2010) destaca no seu estudo sobre movimentos sociais que em cada sociedade existe um movimento social que encarna não uma simples mobilização, mas um projeto de mudança social. Desta forma, compreendemos que nenhum movimento social se define somente pelo conflito, mas pelo seu anseio de controlar o movimento da história. Touraine (1977, p.76) classifica o movimento social em três princípios: o da identidade, do conflito e da totalidade.

O primeiro é o princípio de identidade: corresponde à autodefinição do ator social e à sua consciência de pertencer a um grupo ou classe social. Um movimento social só pode se organizar se essa definição for consciente. Entretanto a formação do movimento precede essa consciência. É o conflito que constitui e organiza o ator; o segundo princípio de oposição: quando o movimento só se organiza se puder nomear seu adversário, mas a sua ação não pressupõe essa identificação. O conflito faz surgir o adversário, forma a consciência dos atores; e o terceiro é princípio de totalidade: os atores em conflito, mesmo quando este seja circunscrito ou localizado, questionam a orientação geral do sistema. Um movimento social não é inteligível senão na luta tendo em vista o "controle da historicidade", isto é, dos modelos de conduta a partir dos quais uma sociedade produz suas práticas.

O termo ONG apareceu, pela primeira vez em 1945, em documento das Nações Unidas, compreendendo um grupo de entidades com perfis muito diversos, mas cuja característica principal era o fato de não serem organizações estatais (MONTENEGRO, 1994, LANDIM, 1988 e COUTINHO, 2004).

LANDIM (1988) conceitua ONGs como entidades que se apresentam a serviço de determinados movimentos sociais, de camadas da população oprimidas ou exploradas, ou excluídas, dentro de perspectivas de transformação social.

Essa definição tem origem a partir do próprio discurso das entidades, tendo em vista que o núcleo central de análise do trabalho de pesquisa da autora são as organizações a serviço do movimento popular. E, nisto constitui o foco da nossa pesquisa: demarcamos o processo de “onguização” do MIQCB e sua relação com

suas congêneres. Não se trata de uma análise unilateral, de juízo de valor, mas explicar o processo pelo qual o Movimento tem passado e que consideramos um fenômeno, que atinge a maioria dos movimentos, não o MIQCB em particular. Portanto, este estudo não trata de uma análise descritiva e aprofundada do movimento feminista, tendo em vista que o MIQCB tem como principal bandeira de luta o acesso ao babaçu livre e o reconhecimento do trabalho das quebradeiras enquanto categoria, refletindo nas transformações que o movimento tem passado ao longo dos anos desde a sua fundação. Nesta perspectiva, analisaremos os projetos de desenvolvimento do MIQCB para as quebradeiras de coco babaçu, identificando a relação do movimento com as políticas estatais e com as instituições de financiamento nacionais e internacionais, examinando qual o momento que este movimento passa a atuar, também como uma Organização Não Governamental.

A metodologia deste estudo compõe: pesquisa teórica e empírica. A primeira obriga-nos a uma revisão da bibliografia sobre o tema e a segunda, baseou-se, em entrevistas com as quebradeiras de coco, coordenadoras e assessoras do MIQCB.

Concentra-se, portanto, na abordagem da realidade na qual as mulheres quebradeiras de coco babaçu encontram-se, nas perspectivas política e econômica. Neste sentido, interrogamo-nos como se dá a inserção das mulheres no MIQCB e como isso reflete na participação política e no mercado de trabalho. Interrogamos ainda, o papel do Estado, pois entendemos que a ausência de políticas públicas deve ser entendida como um dos fatores determinantes da exclusão em que, se encontram grupos que compõem o tecido social brasileiro, a exemplo das mulheres quebradeiras.

A análise do objeto aqui pesquisado busca mostrar as contradições, nas quais está inserido.

Concordamos com Gurgel (2010) quando afirma que no movimento de mulheres a luta deve responder a elementos de mudanças internas, com a construção de espaços amplos de articulação e lutas políticas que consigam mobilizar cada uma das mulheres mediante o reconhecimento de sua particularidade de ser e ao mesmo tempo, a partir do reconhecimento das múltiplas determinações que compõem suas experiências de mulher. Essas determinações devem ser situadas como nexos internos da condição de opressão/dominação das mulheres, constituindo-se como forças mobilizadoras de transformação da realidade.

De acordo com o objetivo do trabalho, este se constitui de natureza qualitativa, onde uma pesquisa pode ser observada uma vez que não busque coletar resultados quantitativos e que não utilize métodos estatísticos na fase da coleta de dados. Na pesquisa qualitativa a relação pesquisador e pesquisado é construída por aproximações sucessivas, onde o outro sabe sobre o problema e, assim, parte para construir a pesquisa sempre trabalhando com a veracidade, MINAYO (1999, p. 25).

No que se referem às pesquisas qualitativas, é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa [...] não podemos pensar que chegamos a uma pesquisa como um “saco vazio”. Não! Temos vida, temos História, temos emoção.

A estrutura do trabalho está apresentada em três partes as quais merecem destaque quando se tratando da metodologia: levantamento bibliográfico e exame preliminar da produção textual sobre movimento social e gênero; apreensão de forma geral das políticas de governo em relação à temática aqui apresentada e; realização de entrevista com grupo de mulheres em espaços integrados de discussões do MIQCB, bem como a análise dos dados.

No primeiro capítulo sobre movimentos sociais, ONGs e suas transformações no contexto neoliberal; trabalhamos as abordagens históricas dos movimentos sociais, com base nas análises de Gohn, Doimo, entre outros autores precursores dessa temática. Traçamos um resgate histórico dos movimentos sociais, o nascimento das ONGs e no que isso provocou na atuação dos movimentos sociais, suas principais manifestações sociais, influências e suas contradições. Posteriormente, são pautadas as discussões que permeiam as reivindicações dos movimentos sociais e suas conquistas na agenda das políticas públicas.

O segundo Capítulo sobre o movimento feminista e a ingerência das ONGs tem como centralidade discutir como o MIQCB situa-se como parte das lutas de classe. Dialogamos com os conceitos de ideologia com base nas teorias marxistas colocando em discussão o tão decantado termo “empoderamento” em contraposição ao conceito de “emancipação” para as mulheres do MIQCB e sua forma de conceber a realidade social.

No terceiro Capítulo tratamos mais diretamente, o MIQCB e seus aspectos organizativos e o processo de onguização do movimento; analisamos o discurso e a prática do MIQCB no projeto de autonomia e participação política das mulheres buscando identificar o momento de passagem caracterizando-se como ONG.

Analizamos, ainda, o papel do assessor e no que isto reflete na autonomia das militantes.

1. CAPÍTULO I: MOVIMENTOS SOCIAIS, ONGS E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO NEOLIBERAL.

Neste capítulo pretendemos trabalhar as abordagens históricas dos

movimentos sociais, com base nas análises de Touraine (1973; 1977), Gohn (2003; 2007; 2010), Doimo (1995), entre outros autores precursores dessa temática. Buscamos traçar um resgate histórico dos movimentos sociais, o nascimento das ONGs e no que isso provocou na atuação dos movimentos sociais a organização do movimento feminista, suas principais manifestações sociais, influências e suas contradições.

1.2. Contexto histórico e abordagens contemporâneas dos Movimentos sociais.

A resistência histórica de povos contra modelos econômicos é um fato que vem ocorrendo desde a oposição dos povos autóctones (chamados hoje de primeira nação) contra a sua destruição cultural e física sob o choque da expansão mercantil. François Houtart (2003) aponta que é a partir da mundialização do capitalismo que os movimentos sociais têm sua atuação marcante como sujeitos ativos, provocando uma série de agitações na luta contra o monopólio das camadas dominantes que tentam isolar a classe operária.

Com a expansão do modelo econômico de acumulação capitalista e sua dimensão destrutiva, as relações sociais entre os homens, em diversas partes do mundo, entram em conflito. Como bem protagonizou Marx e Engels (1988, p. 205), a “história das sociedades é a história da luta de classes”. A burguesia pariu junto ao seu nascimento, a classe que se opõe a ela: o proletariado. Claro, que precisaríamos fazer uma análise mais profunda da constituição do proletariado hoje, o que não faremos neste momento. Mas ao que nos interessa se, por um lado, os capitalistas buscam a opressão e exploração dos trabalhadores, por outro lado, há resistência e lutas contra essa exploração. Marx e Engels, no Manifesto Comunista, já apontavam para a expansão do capitalismo quebrando todas as fronteiras geográficas, levando este modo de produção a ser dominante nos lugares mais longínquos. Chesnais definiu este momento, como a mundialização do capitalismo, que começa a ser disseminado, nos anos 80 do século passado. Segundo o autor,

(...) A extensão indiscriminada e ideológica do termo, tem como resultado ocultar o fato de que uma das características essenciais da mundialização é justamente integrar, como componente central, um duplo movimento de polarização, pondo fim a uma tendência secular, que ia no sentido da integração e da convergência (Chesnais, 1966,p.37)

Essa mundialização levou a perdas significativas das conquistas que os trabalhadores haviam obtido no período de lutas que garantiu, por um curto tempo, o chamado Estado de Bem Estar Social. Para o autor, o

(...) O trabalho humano, é mais do que nunca, uma mercadoria, a qual ainda por cima teve seu valor venal desvalorizado pelo “progresso técnico” e assistiu à capacidade de negociação de seus detentores diminuir cada vez mais diante das empresas ou dos indivíduos abastados, suscetíveis de comprar o seu uso. As legislações em torno do emprego do trabalho assalariado, que haviam sido estabelecidas graças às grandes lutas sociais e às ameaças de revolução social, voaram pelos ares, e as ideologias neoliberais se impacientam e que ainda restem alguns cacos delas (Chesnais, 1966, p. 42)

Nas análises de Samir Amin (2003, p.209)

O capitalismo mundializado e a privatização de setores cada vez mais amplos das atividades coletivas têm como resultado uma polarização crescente, que se manifesta no interior de todas as sociedades, assim como na relação centro-periferia. Este quadro forma o contexto contemporâneo dos movimentos sociais e de sua convergência.

Paul Singer (1983) identifica a origem dos movimentos sociais urbanos, no Brasil, nas contradições sociais que afetam a população trabalhadora e as contradições que decorrem do modo de como a vida social da cidade está organizada. Elas se manifestam no mundo do trabalho por meio das divergências de interesses entre assalariados – que lutam constantemente por reajustes de seus salários a fim de corresponder a suas necessidades de consumo – e entre empregadores – interessados em aumentar sua margem de lucro em detrimento do salário. Para o autor a sùmula dessa relação capital/trabalho está na necessidade de consumo do trabalhador e a equação do lucro do empregador.

Segundo Touraine (1977, p.38), uma luta reivindicatória não é por si mesma um movimento social. Pode ser apenas uma defesa corporativa ou uma pressão política que, para se tornar um movimento social, deve falar em nome e se tornar defensora dos valores da sociedade industrial. A análise teórica sobre movimentos sociais, para esse autor é que são ao mesmo tempo, um conflito social e um projeto cultural, pois visa sempre a “realização de valores culturais, ao mesmo tempo em que a vitória sobre um adversário social”.

De acordo com Melucci (1994,p.190) “movimentos transitam, fluem, acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais”. Na leitura de Gohn (2003) a dedução de Melucci sobre movimentos sociais refere-se à ação dos homens na história, e esta ação envolve um saber — por meio de um

conjunto de procedimentos, e um pensar — por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento à ação, para ela nem tudo que muda na sociedade é fruto da ação de um movimento social, porém, é neles que se pode encontrar uma das formas possíveis de mudança e transformação social.

Gohn (2003) em *Teorias dos Movimentos Sociais* aborda as teorias clássicas dos movimentos sociais conceituando-os segundo os paradigmas norte-americano, europeu e latino-americano. A autora sistematiza e ao mesmo tempo, faz um estudo comparativo entre essas teorias apresentando suas diferenças, semelhanças e o debate que elas têm desenvolvido entre si.

Na Europa e nos EUA, as posturas metodológicas geraram teorias próprias. O paradigma norte americano tinha como categorias básicas: o sistema, a organização, ação coletiva, comportamentos organizacionais, integração social, etc. Seus conceitos e noções perpassam por escolhas racionais, mobilização de recursos, institucionalização de conflitos, ciclos de protestos, oportunidades políticas, etc. No que diz respeito à produção teórica europeia o foco era mais conjuntural, nos micro processos da vida cotidiana.

Ao falarmos das teorias dos movimentos sociais latino-americanos, com base nas proposições de Gohn (2003), os seguintes níveis devem ser considerados: 1) a concepção de movimento social; 2) quais categorias e elementos devem ser considerados na análise; 3) quais as fases de desenvolvimento e etapas necessárias para a análise; 4) quais as formas de manifestações coletivas e como elas se expressam.

Nesta análise podemos ter movimentos de diferentes classes e camadas sociais, o tipo de ação social envolvida é que será o indicador do caráter do movimento. Touraine (1977) apresenta um leque de registros históricos de movimentos sociais (na América Latina), subdividindo-os em messiânicos, camponeses, de defesa comunitária, de defesa da identidade, lutas urbanas, novos movimentos sociais, movimentos histórico etc., o autor agrupa os movimentos em cinco categorias: a primeira é dos movimentos sociais a partir da origem social da instituição que apóia ou abriga seus demandatários; a segunda são movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor; a terceira diz respeito aos movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais; outra categoria são movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação

(socioeconômica, cultural, etc.) e, por último; Movimentos sociais construídos a partir de ideologias.

O paradigma latino americano concentrou-se, em sua quase totalidade, nos estudos sobre os movimentos sociais libertários ou emancipatório, nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos e espaço para moradia urbana e pela terra na área rural. Segundo Gohn as teorias latino americanas que orientaram a produção foram as dos paradigmas europeus, dando destaque nos anos 70 para a vertente marxista e nos anos 80 a abordagem dos novos movimentos sociais (Gohn, 1997).

Como observou Claus Offe (1988), a arena onde ocorre a ação coletiva, trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada, criando um campo político. Esses espaços coletivos não-institucionalizados, os quais, o autor se refere, situam-se na esfera pública não governamental, ou não-estatal, possibilitando aos movimentos dar visibilidade às suas ações.

O estudo dos movimentos sociais deve considerar dois ângulos básicos: o interno e o externo. Ainda seguindo as proposições de Gohn (2003), no ângulo interno deve-se pesquisar sua ideologia, seu projeto, sua organização, suas práticas. Já externamente, deve-se considerar o contexto do cenário sociopolítico e cultural em que se inserem; considerar os opositores (quando existirem), as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral – enquanto interlocutores do movimento – e as relações do movimento como um todo no conjunto de outros movimentos e lutas sociais; suas relações com órgãos estatais e demais agências da sociedade política; articulações com a Igrejas e outras formas de religião e com outras instituições e atores da sociedade civil, como o pequeno e médio empresários e suas organizações; suas relações com a mídia em geral.

O conjunto das articulações nos dá o princípio articulatório que estrutura o movimento como um todo. Devem ser pesquisadas ainda as representações que eles têm de si próprios e dos outros; suas conquistas e derrotas; e a cultura política que constroem ao longo de suas trajetórias. Nesse aspecto, é importante também analisar o cenário sociopolítico em que o movimento se desenvolve por ser ele quem fornece os elementos conjunturais que explicam o processo interativo e a correlação de forças existentes.

Concordamos com Gohn (2003) que não há linearidade, nem um esquema racional entre os autores sobre os movimentos sociais. Mesmo os movimentos

criados a partir de idéias utópicas não são totalmente isolados da sociedade. O princípio articulatório de seus conceitos sempre tem conexões externas com outro movimento, um líder, um partido, uma religião.

No cenário brasileiro, em meados da década de 1970, a participação dos movimentos sociais é fortemente interpretada por sua inserção nas comunidades, usando como método de transformação ideológica a participação coletiva do povo e as experiências de Educação Popular baseada nas teorias de Paulo Freire (Coutinho, 2004).

Doimo (1995) destaca a importância dos movimentos reivindicativos que eram caracterizados por manifestações populares em prol de melhoria na habitação, saúde, transporte e desemprego. Segundo a autora, esses movimentos, surgidos na década de 1970 vão dar sustentabilidade para o povo participar de forma mais ativa na construção das estruturas da sociedade. A experiência compartilhada era o acesso, pelo qual, diversos movimentos sociais se estruturavam e constituíam seu alicerce e geravam suas forças.

As assembléias viabilizavam a reflexão em conjunto e o fortalecimento da luta, unificando cada vez mais a linguagem dos direitos do povo. A Educação Popular, baseada no método de Paulo Freire, foi o fio condutor dessa politização (Doimo, 1995). Foi por meio da alfabetização de jovens e adultos e organizações de bairro que os movimentos sociais nas comunidades periféricas foram fortemente amparados pelas instituições de assessoria popular. Neste contexto, a Igreja Católica reformulou a sua linguagem, amparando a classe popular e incorporou em suas lutas. De igual modo, as entidades de assessoria popular — muitas destas se tornam ONGs nos anos 90 — ganham espaço dentro dessa luta, foram geradoras de materiais de Educação Popular — materiais que “ensinavam” o povo a pôr em prática suas reivindicações. Eram ensinamentos práticos de como fazer uma reunião; técnicas eficazes de como proporcionar a participação de todos; informações ágeis de como fazer uma ata ou criar uma associação de moradores etc. Todos esses acontecimentos marcantes tiveram a participação direta dos movimentos sociais e indireta das organizações de cooperação.

Para Brant (1980) a emergência dos movimentos populares na década de 1970 aconteceu de forma fragmentada por conta da extrema repressão política que devastava com a classe trabalhadora dificultando a intercomunicação entre os diversos tipos de movimentos. Ainda segundo o autor, foi essa extrema repressão da

ditadura que estimulou o uso de laços primários de solidariedade de vizinhança e compadrio, onde se estabelecia a confiança mútua, dando origem aos chamados movimentos de base como: clube de mães, associações comunitárias, movimentos culturais etc. Sobre essa importância das relações pessoais para o crescimento dos movimentos populares, o autor destaca que:

Os principais movimentos representativos das populações da periferia, contra a carestia, contra os loteamentos clandestinos, pela abertura de creches etc., congregam comunidades de base, clube de mães e associações locais que se criaram e desenvolveram a partir da reunião de vizinhos (...) as comissões de fábricas e os comandos de greve formados nas empresas fundaram-se na confiança direta entre colegas de trabalho (...) o movimento negro é uma reunião de grupos baseados na convivência social e na fraternidade (...) e o movimento feminista se agrupa em pequenos núcleos militantes em que as relações pessoais jogam importante papel (BRANT, 1980, p.14).

É de extrema relevância destacar aqui que importantes instituições e outros movimentos também contribuíram de forma expressiva para o crescimento e desenvolvimento dos movimentos populares na década de 1970, tais como a Igreja, as instituições civis de defesas dos direitos humanos, e o movimento estudantil – que se envolveu fortemente nas lutas em prol dos trabalhadores.

A partir dos anos 1980, com a mudança na conjuntura política no país —um cenário em que a rearticulação da sociedade civil e a união das forças de oposição política levaram a sociedade um clima de esperança, de necessidade da retomada da democracia e da participação de todos nas decisões sociais e políticas, onde o povo tornou-se um sujeito histórico fundamental na transição democrática — os movimentos sociais começaram a sofrer transformações quanto à sua estruturação e organização. Agora os movimentos populares que ressurgem com força no final da década de 70 e início dos anos 80 são os chamados “novos movimentos sociais” que demandavam não apenas bens e serviços necessários para a sobrevivência, mas também outra ordem de demanda que se refere aos direitos sociais que recorrem para igualdade e liberdade de gênero e etnia (Gohn, 1997; Touraine, 1978)

Doimo (1995) destaca que quando se falava em movimentos sociais no Brasil no início dos anos 80, tinha-se bem claro de que fenômeno se tratava. Era sobre os movimentos sociais urbanos que, vinculados as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) procuravam contrapor os novos movimentos sociais aos velhos movimentos expressos no modelo de Sociedade de Amigos de Bairro e Associação de Moradores.

De acordo com a autora, nunca como neste período, as idéias de “povo” e de “participação popular” ganharam tanto significado no país. Para ela, o período de “liberalização” do regime militar correspondeu a um dos mais ricos da história do Brasil no que diz respeito às lutas, movimentos e, sobretudo, a projetos de mudança social. A seu ver, a partir deste período, os movimentos sociais passam de uma concepção passiva de participação para uma concepção ativa de povo. Nesse período cresceu em muitos brasileiros a crença na força do povo “*o povo como sujeito de sua própria história*”, para realizarem mudanças históricas que outros grupos não tinham conseguido realizar no passado (Doimo, 1995, p. 78).

No mesmo sentido, as análises de Gohn (2003, p.56), apontam vários fatores que contribuíram para as mudanças na representatividade dos movimentos sociais,

O surgimento de grandes centrais sindicais, o surgimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, especialmente no setor da moradia, e fundamentalmente, o nascimento e o crescimento, ou a expansão da forma que viria a ser quase uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs.

Portanto, o “novo” deste último período, meados dos anos 80 para década de 90, tem destaque para as ONGs. Dirigentes e militantes de movimentos sociais foram cada vez mais se distanciando das bases dos movimentos, perdendo a paixão, a ideologia e a voluntariedade nas mobilizações e articulação em prol das demandas populares, e aproximando-se das ONGs ocupando-se em elaborar pautas e agendas de encontros e seminários – nacionais e internacionais – promovidos por essas entidades. Para (GONH, 2003, p.32).

Nos locais em que havia movimentos organizados, o novo paradigma da ação social tem gerado redes de poder social que são formadas pelas lideranças dos antigos movimentos sociais, por uma base militante pequena, que assume o papel de responsável por etapas ou processos dos projetos em andamento e por técnicos das ONGs (...) nos locais em que não havia movimentos organizados nem população minimamente aglutinada em torno de interesses coletivos, os novos programas sociais de parceria têm se implantado como serviços sociais, ou seja, não como direitos, mas como prestação de serviço, despolitizando totalmente o conteúdo político da questão.

Embora a existência de movimentos sociais, no Brasil, seja bem anterior à década de 1980, de acordo com as análises de Gohn (1997), a produção teórica sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil datou-se a partir dessa década. Se nos anos 80 a prática teórica era sobre os movimentos sociais que expressavam suas lutas nas ocupações de terra; direito a saúde, moradia, educação, etc. nos

anos 90 a maioria dos pesquisadores muda o enfoque das suas pesquisas para: violência, exclusão social, meio ambiente, gênero, etnia.

Porém, já no início da década de 90 uma grande parcela dos movimentos sociais urbanos entra em declínio eclodindo crises internas de militância, de participação, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade a própria população; e crises externas tanto em termos nacionais como em termos dos referenciais internacionais (queda do muro de Berlim, fim da União soviética etc.). A designação público-não-estatal surge fortemente nos anos 90 e reconfigura um novo olhar dos movimentos sociais sobre o Estado. Se antes os movimentos sociais tinham o Estado como um entrave para a efetivação de políticas sociais, agora estes buscam olhar para o Estado como um possível parceiro na luta pela conquista de direitos a preservar, e não mais como nos anos 70 e 80, em que o estado era visto como um inimigo dos movimentos populares, quando há uma reconfiguração das Organizações Não Governamentais, onde o vínculo com os movimentos sociais é substituído pelas relações empresariais. Coutinho (2011, p.27-28) reitera que

As ONGs são consideradas, com as empresas multinacionais, uma importante força internacional. Mas a questão é identificar as internacionais e o papel que exercem nas decisões políticas dos governos do Primeiro Mundo. (...), portanto, elas são sempre nacionais e podem, na medida do seu alcance e enfoque, ser consideradas (como empresas) “multinacionais”. As ONGs/Multinacionais mantêm com suas “parceiras locais” uma relação ambígua: a existência das multinacionais depende do cumprimento de suas determinações pelas organizações locais.

Isso se explica, em parte, pela crise do capitalismo e a sua reestruturação, na forma neoliberal. As agências de cooperação, por meio das ONGs, buscaram cooptar os movimentos sociais criando formas alternativas para a ação social. Saem de cena os movimentos para entrarem as ONGs: deixam de ser coadjuvantes dos movimentos sociais para serem atores principais (Coutinho, 2004; Doimo, 1995).

Concordamos com Gohn (2003), que considera as coerências entre as noções e categorias utilizadas, e a produção considerável a respeito dos movimentos sociais e que nunca haverá uma teoria completamente pronta e acabada sobre eles – os movimentos sociais. É uma característica do próprio objeto de estudo. Os movimentos são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Como uma teia de aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade, mas sempre presentes.

1.2. De movimentos sociais às Organizações não Governamentais: Desdobramentos da ação coletiva.

A história dos movimentos sociais se revela a partir da iniciativa de pequenos grupos que ao tomarem consciência das contradições existentes em suas relações sociais, toma consistência formulando diversas reivindicações de acordo com a necessidade de cada grupo.

O estudo sobre o declínio dos movimentos populares tem sido muito frequente no meio acadêmico. Embora não seja uma análise fácil, sua apreciação é necessária para maior clareza deste texto.

De acordo com Ricci (2007), os anos 90 iniciam sob o signo da emergência do mercado como centro das relações políticas. A mudança da orientação política do Vaticano — com a escolha do Papa João Paulo II e a mudança na orientação do Estado — e a consolidação de organizações nacionais de representação de trabalhadores e classes populares geraram o afastamento da Igreja Católica dos movimentos sociais. Ainda segundo o autor, o fator fundamental, contudo, que atingirá profundamente os movimentos sociais nos anos 90 será a redução gradativa do Estado enquanto elemento regulador. No final da década de 80 anunciava-se o esgotamento do modelo de financiamento das políticas sociais e uma profunda crise fiscal.

Para Gohn (1992) a crise dos movimentos sociais se deu a partir da década de 1980 com a abertura política, onde a noção de direitos e participação popular tomou uma grande proporção culminando na criação da Constituição de 1988. Nesse ínterim novos hábitos e novos valores vão surgindo em meio ao movimento popular provocando um processo de institucionalização dos movimentos sociais com a orientação das normas vigentes na sociedade em suas ações.

Neste contexto de crise dos movimentos sociais, abertura da nova conjuntura política no país e reestruturação do capitalismo, o terceiro setor ganha espaço e visibilidade projetando ações individualizadas e focalizadas, cumprindo um papel ideológico importante para implementação das políticas neoliberais. Segundo Coutinho (Coutinho, 2003, p.16) as ONGs definem-se como um “espaço de participação da sociedade, contribuindo decisivamente para desorganizar movimentos sociais na década de 1990”.

O financiamento das organizações internacionais era justificado como uma forma de “pagamento” desses países pela exploração a qual submetiam os países

latino-americanos. E pode-se afirmar que a concepção de “novos movimentos sociais” abriu caminho para o crescimento das ONGs junto ao Estado, geralmente como suas interlocutoras. “Quanto mais dependente do financiamento internacional, mais limitada à atuação das ONGs, que se depara com um duplo dilema: se aceitam o financiamento, muito dificilmente não sucumbem à lógica do seu patrocinador; se permanecem autônomas, mais dificuldades terão para manter suas atividades” (COUTINHO, 2011, p. 23).

As Organizações Não Governamentais, ao longo do tempo vêm sendo destinadas a suprir as carências do Estado. Com discurso de “responder as demandas das classes populares” que não são atendidas pelos canais burocráticos estatais ou privados, as ONGs vêm, ao longo dos anos tomando espaço significativo nas sociedades de classes.

O termo ONG foi cunhado pela primeira vez na década de 1940, pela ONU, para designar.

(...) as entidades, executoras de projetos humanitários, mas que não faziam parte da “ossatura estatal”. Contudo, a sua expansão será nas décadas de 60/70. Neste período cumpre, na América Latina, um papel importante, na luta contra os Estados ditatoriais— principalmente aquelas que se dedicam à questão dos direitos humanos. Elas contam com o apoio de diferentes agências de “Cooperação Internacional”. Ou seja, as suas congêneres européias (COUTINHO, 2003, p.2).

Para a autora este termo popularizou-se no Brasil na década de 1990, mais precisamente com a ECO-92 — Conferência da ONU Sobre o Meio Ambiente, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente esse termo refere-se a amplitude de organizações, nacionais e internacionais comumente consideradas não governamentais.

Landim (1993, p.10) analisa o campo formado pelas atuais ONGs brasileiras partindo de dois aspectos que as constituem, os quais são: as relações com agências internacionais que as financiam e a relação com os grupos entre os quais desenvolvem suas atividades. De acordo com esta análise a autora argumenta que

O universo dos “centros de assessoria e apoio”, ou de “educação popular”, atuais ONGs, nasceu e existe num movimento incessante de estabelecimento e renovação desses dois tipos de clientela. Por aí se constroem alianças e lealdades e transitam especialistas, moedas fortes, idéias e modelos de atuação, dentro da moldura enquadadora dos projetos que desenvolvem.

O campo formado pelas ONGs é composto por uma diversidade de organizações tais como: organizações doadoras internacionais; agências multilaterais de desenvolvimento; ONGs de desenvolvimento e “público alvo”.

Um fator importante que nos importa salientar nesse trabalho é sobre a política de cooperação internacional que influencia diretamente a atuação das ONGs nos locais em que elas se estabelecem. Essa política de cooperação é fomentada por países do chamado primeiro mundo: Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Canadá, França etc. que no seu discurso visam a “independência financeira” de países mais pobres criando fundos para a assistência e desenvolvimento aplicados por meio de projetos de ONGs implementados, geralmente nas periferias destes países, voltados para criação de unidades produtivas que tenham como meta a auto sustentação e independência financeira dessas comunidades, com o intuito de extrair do Estado a responsabilidade de financiar políticas de amparo à pobreza.

As organizações doadoras internacionais surgem em geral após a segunda guerra atuando em diversas partes do mundo, tendo como uma de suas características básicas, “a adaptabilidade a diferentes conjunturas internacionais e também aos mais diferentes contextos nacionais, criando uma linguagem comum entre agentes e entidades que se reconhecem como ONGs” (Landim, 1993,p.11). As agências de cooperação justificavam o financiamento como uma forma de pagamento pela exploração à qual submetiam os países latino-americanos (CEPIS, 2001, apud Coutinho, 2003 p.105).

De acordo com a análise de Coutinho (2004, p.25) a cooperação internacional era basicamente formada por Igrejas (católica e protestante), organizações de solidariedade, ou governos de vários países, priorizando a ajuda a organizações e movimentos sociais nos países do Sul, com o intuito de “consolidarem a democracia”.

Outra instância constitutiva das ONGs e não menos importante são as agências multilaterais de desenvolvimento, que em geral são formadas por governos associados, que estabelecem acordos para criá-las através de tratados ou convenções internacionais. Entre as agências multilaterais que oferecem assistência oficial ao desenvolvimento estão muitas unidades das Nações Unidas como, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e outras. As agências multilaterais são organismos com representantes de vários países que financiam projetos de desenvolvimento ou fornecem ajuda a nações em dificuldade financeira. Por outro lado, como poucas têm estruturas claras para se relacionar com as organizações da sociedade civil local, elas podem impor muitas

restrições, exigir grande quantidade de trabalho escrito ou querer exercer um controle parcial do seu financiamento (Scott, et ali., 2000).

A política de cooperação foi o divisor de águas para as ONGs e os movimentos sociais. É a partir daí que ONGs, principalmente as de desenvolvimento, assumem lideranças no que diz respeito à implementação de projetos sociais que antes eram dominadas por movimentos sociais. A razão estava na relação que as instituições de cooperação podiam estabelecer com as ONGs por serem institucionalizadas e aptas a receberem recursos diretamente das agências internacionais para delinearem seus projetos de áreas, caso que não ocorria com os movimentos sociais. Na verdade, essa relação com suas congêneres estrangeiras, já vinham sendo estabelecida desde quando as ONGs eram apenas centros de assessorias, agentes colaboradoras, intermediárias entre as agências de cooperação e os movimentos sociais. E como já havíamos apontado foi com a desmobilização dos movimentos sociais que as ONGs descortinam sua caracterização e assumem um perfil próprio.

Ainda diante da intensidade de atuação das ONGs, é necessários termos o cuidado de não atribuir o crescimento dessas organizações à possibilidade de transformar ou superar o sistema capitalista.

Como mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural, elas cumprem uma efetiva (ainda que limitadíssima) parcela de ação. Porém, quando concebidas como um momento efetivo de transformação social em profundidade, elas acabam por converter-se em uma nova forma desmistificação que pretende na hipótese mais generosa, “substituir” as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis pelo capital. “E na sua versão mais branda e adequada à ordem pretendem em realidade evitar as transformações capazes de eliminar o capital” (ANTUNES, 2003, p.113-114).

Traçando esse caminho, Coutinho (2003, p.2) desenvolve fatores relevantes acerca dessa relação do Estado com as ONGs:

Uma particularidade importante dessas instituições — que surgiram nos anos 90 ou as que sucumbiram a esta lógica — é o fato delas se caracterizarem pela negação: são “anti-governo”, “anti-burocracia”, “anti-lucro”. Autodenominam-se “terceiro setor”, proclamam-se “cidadãs” e, apresentam-se como sem fins lucrativos. O perfil está voltado muito mais a “filantropia empresarial”, e mantém relações estreitas com o Banco Mundial e com agências financiadoras, ligadas ao grande capital.

De acordo com estas análises podemos observar que o crescimento desse fenômeno ONG foi de plena notoriedade na América Latina, e que sua expansão se deu de forma estrondosa, fato que detalharemos no ponto a seguir.

1.3. Neoliberalismo e ONGs na América Latina e no Brasil

O individualismo exacerbado, o apego desmedido as liberdades individuais; aversão a um tipo específico de igualdade; apologia a uma ordem de intensa competição social baseado numa suposta livre concorrência; a visão do Estado como um mal necessário, onde a lógica ideal é o Estado mínimo etc.; são algumas das teses neoliberais e, ao mesmo tempo, as fragilidades que seguem quase sempre escondidas em virtude da própria hegemonia ideológica do capitalismo.

O surgimento do liberalismo, segundo Fiori (1997) foi gestado na Europa ocidental, no imediato pós-guerra. Seu surgimento simbolizou uma aguda reação ideológica contra os mecanismos da intervenção estatal, principalmente os destinados a promover o planejamento da economia e homogeneizar as relações sociais.

Friedrich Hayek (1994) um teórico neoliberal, em **O Caminho da Servidão**, define que a ordem social econômica que deve vigorar é aquela determinada pelas forças do mercado. Mas, é preciso salientar que o liberalismo não propõe o fim totalmente do Estado, portanto esta mesma ordem corresponde ao Estado de direitos denominado por Hayek. Um Estado de direitos incompatíveis com qualquer atividade do governo que vise qualquer tipo de igualdade material entre os indivíduos.

O alvo principal da obra do autor era naquele momento a social democracia européia e o pensamento keynesiano, em firme ascensão. Para Hayek, tais movimentos políticos e teóricos – apesar de suas boas intenções iniciais – conduziam as sociedades ocidentais ao mesmo destino proporcionado pelo comunismo, pelo nazismo e o fascismo, ou seja, a mais completa “servidão humana”. Sua prioridade era combater ou até mesmo converter aqueles que estariam a cometer sérios equívocos teóricos, desvirtuando o sentido do capitalismo.

Como o liberalismo de Hayek e seus adeptos não foram capazes de responder a todas as fragilidades apresentadas pelo modelo econômico vigente, foi necessária uma recomposição do liberalismo, re-significando seus ideais com o neoliberalismo, acreditando que suas medidas levarão ao desenvolvimento através da expansão livre do mercado.

Igualdade, na teoria neoliberal consiste fundamentalmente na possibilidade única de todos se inserirem no mercado: uns certamente como proprietários como

meios de produção, outros apenas como vendedores de sua força de trabalho e, nisto se explica a desigualdade entre os indivíduos: a velocidade da sua produção está respectivamente vinculada a seu desempenho, portanto, sendo justo e moral. A ditadura neoliberal é desigual na sua essência, porque não há oportunidade de inserção no mercado igualmente para todos competirem de forma planificada, porque aos que detêm apenas a força de trabalho são obrigados a subjugar-se ao sistema.

As crises econômicas mundiais presenciadas nas primeiras décadas do século 20 demonstraram o enfraquecimento da economia capitalista liberal, agregando profundas desigualdades sociais, e principalmente conflitos e instabilidade política. O capitalismo mundial estava sendo posto em questão, no qual o Estado foi chamado para regulamentar a economia e a política.

Deve-se considerar que as lutas do operariado europeu, numa perspectiva de emancipação, contra a exploração econômica e opressão política foram um fator decisivo para formação do Welfare State garantindo direitos sociais, principalmente nos países desenvolvidos.

Os governos passaram a desenvolver políticas com base na doutrina keynesiana, na qual revolucionou o pensamento econômico. Os “trinta anos gloriosos” — compreendidos do período pós-guerra até meados dos anos 1970 — foram caracterizados mundialmente pela expansão da economia, sob a liderança do capital industrial, nas bases fordistas e tayloristas de produção - produção em série, consumo massivo, rígida divisão de tarefas, atrelados a garantia da seguridade social que abrange a idéia do pleno emprego e sua estabilidade, assistência social, crescimento do nível de vida, redução do tempo de trabalho, satisfação das necessidades básicas, tais como educação, saúde, e habitação. E também o reconhecimento do poder sindical, por parte da burguesia. (ARRAZOLA, 2010)

Enquanto o Welfare State europeu fundou, sob as égides do capitalismo liberal, uma forma de regulação social com bases na cidadania e no pleno emprego, os países subdesenvolvidos e principalmente os da América Latina, não obtiveram sucesso na implementação de um Estado de Bem Estar Social. Segundo Sposati (2002), o dever social do Estado só se manifesta após os períodos ditatoriais e pactuados com as lutas pelo Estado de Direito protagonizadas pelos movimentos sociais e não por movimentos sindicais. A autora afirma que após as ditaduras há a construção de um novo modelo de regulação da sociedade na qual se vincula a

democracia e direitos, mas que se afasta da noção de pleno emprego ou emprego para todos. Esse modelo de regulação social se aproxima do reconhecimento dos direitos humanos, ainda de forma tímida, mas em contrapartida não vincula a ideia de universalização de direitos trabalhistas. Os países subdesenvolvidos são conhecidos por suas peculiaridades e pela sua regulação social tardia, concomitante a emergência do neoliberalismo.

Em meados da década de 1970 a crise financeira e do comércio internacional no século XX tomou diversos rumos entre os países de economia capitalista, de acordo a demarcação internacional de suas economias, entretanto, tendo em comum, um movimento de fragilização da máquina do Estado com a perda da autonomia do mesmo.

Essa conjuntura favoreceu a retomada de teses fundamentadas no liberalismo econômico, - um conjugado de conveniências econômicas e programas políticos, inspirados em idéias derivadas do capitalismo *Laissez-faire*⁴ – e que passa a orientar as políticas econômicas de boa parte dos países, a partir do final dos anos 70 do século XX, onde seus defensores são a favor do livre comércio, privatização de instituições públicas, cortes de despesas governamentais, com a finalidade de reforçar o setor privado na economia.

Esse novo modelo introduz um novo padrão social de acumulação; ao favorecer a constituição do mercado informal de trabalho, consolida uma redefinição global do campo econômico, político-institucional e das relações sociais, assumindo a pobreza como categoria efetiva para o seu funcionamento, num mercado onde necessariamente deverão coexistir ganhadores e perdedores, fortes e fracos (BORELLI, 2008, p. 13).

A ideologia neoliberal se apóia numa visão global de dominação, onde os mais “ajustados” administram e têm lugar no mercado de trabalho; de tal modo, os que “desajustados”, são excluídos.

O novo padrão de acumulação traz em seu bojo a perda da identidade dos direitos sociais, além do aprofundamento da separação entre o público e o privado; a legislação trabalhista dirige-se para uma maior mercantilização, reduzindo, conseqüentemente, a proteção da força de trabalho, onde o papel do Estado se reduz a uma atuação assistencialista. (GRASSI, 1994, p.11-21).

Nesse contexto, os pobres tornam-se alvo de políticas assistenciais, coerentes com a sustentação ideológica do modelo, baseada no individualismo. E é

⁴Deixar fazer,”. É a expressão símbolo do liberalismo econômico, na versão mais pura do capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade privada.

exatamente nesse cenário, onde, ao mesmo tempo em que a distribuição interna da riqueza ocorre de forma perversa, associada a um crescimento urbano desordenado, que surge a importância das ONGs.

De acordo com Elizabeth Borelli, o neoliberalismo provocou a fragilização do Estado — notadamente nos países mais pobres— além de destruir as diversas formas de expressão dos movimentos populares de resistência política, como os sindicatos (BORELLI, 2008). Nessa perspectiva, as ONGs passaram a assumir o papel de executoras da prestação de assistência ao desenvolvimento – o que, na verdade, representou uma distorção de suas finalidades originais; as inúmeras ONGs criadas na América Latina passaram a atender ao propósito de absorver parte do capital internacional, considerando-se a progressiva queda da oferta de empregos nos diversos setores econômicos.

A expansão das ONGs na América Latina está estritamente ligada ao aumento da pobreza e o afastamento do Estado na promoção de políticas sociais. Petras e Veltmeyer (2001) vêem a participação popular em determinadas decisões como uma armadilha planejada pelo Banco Mundial e por outros agentes do desenvolvimento capitalista neoliberal. Assim, associações civis e de vizinhanças são convidadas a “participar” de decisões que, em geral, restringem-se a forma de gastar os recursos disponíveis para mitigar a pobreza. Em suma, as ONGs cresceram na medida em que os movimentos sociais perderam sua força mobilizadoras e passaram a adotar uma política “integradora” através de “parcerias” com o poder público.

Os gerentes das ONGs, geralmente pós-marxistas, tornaram-se atores políticos. Mas os seus projetos, ou sua participação em treinamentos e reuniões com o Banco Mundial ou “ONGs/agências”, não produzem qualquer efeito econômico no Produto Interno Bruto (PIB) ou na diminuição da pobreza. Petras assinala que a polarização do mundo em linhas regionais, raciais, de gênero e de classes, também atingiu as ONGs, classificadas em três grupos: ONGs **neoliberais**— estão voltadas ao trabalho assistencialista e atuam em colaboração com instituições imperiais; ONGs **reformistas** – crêem em divisões entre (e no interior) das instituições em sua capacidade de pensar com banqueiros e funcionários para mostrar como os interesses das grandes empresas e as reformas do meio ambiente e assistência social são compatíveis com lucros e estabilidade”; ONGs **radicais** – querem

abolição do FMI e do Banco Mundial. Procuram ser autogestionárias e, diferentemente das anteriores, têm objetivos claramente anticapitalistas.

As ONGs radicais, segundo interpretação de Petras, são as que mais se aproximam de um modelo de resistência, porém com desafios de autonomia, como afirma Coutinho (2003, p.02) mesmo as mais aguerridas, se encontram numa "camisa de força": estão integradas no fluxo de dinheiro do Estado e/ ou da Igreja, não podem (ou têm muita dificuldade para) atuar de modo mais radical.

Ao situar a questão da autonomia da ONGs, Petras (2000) interpreta que as ONGs não seriam exatamente não governamentais, o termo é questionável uma vez que recebem fundos de governos externos, atuam em projetos dos governos locais e/ou recebem subsídios de fundações privadas que mantêm relações de trabalho com o Estado. Considera que, na década de 70, as ONGs representaram um papel importante, enquanto canal de participação política para os diferentes grupos sociais, na América Latina, opondo-se às estratégias políticas e econômicas dos governos autoritários, articulando a organização popular:

As ONGs parecem ter um papel contraditório na política. Por um lado, criticam as ditaduras e as violações aos direitos humanos. Por outro lado, competem com os movimentos sociopolíticos radicais ao tentar canalizar os movimentos populares para relações colaborativas com as elites sociais dominantes (Petras, 2000, 180-181).

As ONGs são consideradas, com as empresas multinacionais, uma importante força internacional. Mas a questão é identificar as internacionais e o papel que exercem nas decisões políticas dos governos dos países mais desenvolvidos. Portanto, elas são sempre nacionais e podem, na medida do seu alcance e enfoque, ser consideradas (como empresas) "multinacionais".

As ONGs/Multinacionais mantêm com suas "parceiras locais" uma relação ambígua: a existência das multinacionais depende do cumprimento de suas determinações pelas organizações locais. (COUTINHO, 2011, p. 28).

Aos poucos as ONGs foram assumindo as funções do Estado que seria a de promover o bem-estar da população, e com seu discurso de "interesse popular", ou seja, de trabalhar no combate à pobreza, as organizações populares se submetiam as ONGs qualificando-se para trabalhar com projetos de desenvolvimento. Essas ONGs passam a atuar como intermediárias entre as organizações populares e as agências estatais. Por outro lado, como coloca Petras (1999), à medida que os regimes neoliberais foram responsáveis pelo retrocesso das leis trabalhistas, gerando contingentes de trabalhadores mal remunerados e desempregados, as

ONGs foram recebendo financiamentos para projetos de “autoajuda”, “educação popular”, treinamentos visando absorver temporariamente grupos de pessoas pobres, com a cooptação de líderes locais, de forma a fragilizar as lutas sociais contra o sistema (Petras, 1999, p. 45-46).

No Brasil, as ONGs se estruturaram como centros de assessoria aos movimentos sociais na década de 1970, como articuladoras dos movimentos sociais populares e, ao mesmo tempo contra as políticas de intervenção social vindas do Estado, neste momento, governado pelos militares. Elas dão um salto na década de 1990.

De acordo com Landim (1998) na década de 1990 já existia cerca de 250 mil organizações no Brasil, movimentando valores que correspondem 1,5% do PIB brasileiro, para a autora essa expansão era fruto do engajamento crescente do setor privado nas questões sociais. A autora considera que ONGs são entidades que se apresentam a serviço de determinados movimentos sociais, de camadas da população oprimidas ou exploradas, ou excluídas, dentro de perspectivas de transformação social (LANDIM, 1988, p. 27).

Atualmente, de acordo com dados de uma pesquisa realizada pela ABONG⁵ em 2010, havia aproximadamente 290,7 mil Fundações privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil. Entre 2006 e 2010, observou-se um crescimento de 8,8% dessas instituições, passando de 267,3 mil para 290,7 mil, significativamente menores do que o observado no período de 2002 a 2005 (22,6%). Os dados da pesquisa revelam que se concentravam na região Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), estando menos presentes no Norte (4,9%) e Centro-Oeste (6,5%). Dessas instituições, 72,2% (210,0 mil) não possuíam sequer um empregado formalizado, apoiando-se em trabalho voluntário e prestação de serviços autônomos. Nas demais, estavam empregadas, em 2010, 2,1 milhões de pessoas, sendo intensa a presença feminina (62,9%). Porém, a remuneração média das mulheres (R\$ 1.489,25) equivalia a 75,2% da remuneração média dos homens (R\$ 1.980,08),

⁵A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG, fundada em 10 de agosto de 1991, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, democrática, pluralista, antirracista e anti-sexista, que congrega organizações que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia. A ABONG tem sua origem em organizações com perfil político caracterizado pela resistência ao autoritarismo; consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; luta contra as desigualdades sociais, econômicas, políticas e civis; a universalização e construção de novos direitos e a consolidação de espaços democráticos de poder.

sendo para o total dos assalariados, R\$ 1.667,05 mensais naquele ano. Quanto ao nível de escolaridade, embora 33,0% dos assalariados dessas entidades possuíssem nível superior, quase o dobro do observado para o total das organizações (16,6%), sua remuneração era de 5,8 salários mínimos.

No site da ABONG existem 243 organizações associadas com maior expressão na região Nordeste e Sudeste. O Maranhão possui 06 entidades que se autodenominam ONGs associadas a ABONG. O quadro a seguir, interpreta essa configuração:

Organizações Cadastradas na ABONG por Região	
Região	Nº de organizações
Centro-oeste	15
Sudeste	93
Sul	24
Norte	18
Nordeste	93

ONGs Maranhenses Cadastradas na ABONG	
Identificação	Área de atuação
ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão	Ampliação do acesso a direitos para a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas tendo como base os princípios ecotoxicológicos.
FÓRUM CARAJÁS - Fórum Carajás - Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás	Busca encontrar soluções para os problemas sócio-ambientais através
GACC-MA - Grupo de Apoio as Comunidades Carentes do Maranhão	Desenvolvimento comunitário, despertando nos beneficiários a noção de que coletivamente são capazes de solucionar seus problemas e promover mudanças.
SMDH - Sociedade Maranhense de Direitos Humanos	Resgate a vida com dimensões de Direitos Civis, Políticos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.
SOMADENA - Sociedade Maranhense de Defesa à Natureza e	Preservação do patrimônio social, público, histórico, arquitetônico, cultural e ecológico do Estado do Maranhão, da cidade de São Luís e das áreas urbanas.
TIJUPÁ - Associação Agroecológica Tijupá.	Defesa da agroecologia como modo de vida.

Fonte: site da ABONG (2017)

Com tamanho advento, ONGs passam a desempenhar funções antes assumidas pelo Estado, que têm, assim, sua responsabilidade diminuída em termos da manutenção do bem-estar da população. Petras observa que

Como principais receptoras dos recursos destinados ao desenvolvimento da população, as ONGs situam-se entre as organizações populares e as agências estatais, qualificando-se para atuar como intermediárias do desenvolvimento (Petras, 1999, p.72).

Os defensores do “terceiro setor” apresentam uma ciência política e uma sociologia situadas fora das relações econômicas, de produção, das lutas de classes (MONTAÑO, 2002). Nos termos dessa concepção, a luta de classes perde a centralidade, e entram em seu lugar a “luta contra a pobreza” e a defesa da “cidadania” e da “inclusão social”.

Tomamos como base o conceito de Terceiro setor de Fernandes (2000, p. 50) que o define como:

Composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia, do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Importa saber que a relação dessas organizações com a luta de classes parece exercer um papel fundamental ao amenizar os problemas causados pela globalização da economia, especialmente as questões do desemprego crescente, porém suas atividades ou ações tem caráter pontuais, apenas para amortecer as tensões sociais.

Boaventura Souza e Santos ressalta que o terceiro setor não ressurgue num contexto de lutas sociais e políticas avançadas. Pelo contrário ele é uma resposta às políticas “progressivas em que os direitos humanos da terceira geração, os direitos econômicos e sociais, conquistados pela classe trabalhadora depois de 1945, começam a serem postos em causa, a sua sustentabilidade questionada e sua restrição considerada inevitável” (SANTOS, 1999, p. 255). O que corrobora a tese de Coutinho (2011, p.40), de que a ideologia do terceiro setor tem uma clara função social.

A “função social” da ideologia do “terceiro setor” possui grande eficácia ao reforçar o processo de constituição dos dominados como “carentes” e “excluídos” em um momento em que a determinação fundamental das relações de produção capitalista leva a um intenso processo de proletarianização em um duplo e contraditório sentido: expropriação dos meios de produção e a inserção direta dos milhões de proletarianizados no processo produtivo.

Enquanto nas décadas de 1970 e 1980 as ONGs dispunham seus recursos financeiros para apoio aos movimentos sociais, nos anos 90 elas vão encontrar na cooperação internacional o veículo adequado para financiar o “desenvolvimento” da classe trabalhadora. Relação que os organismos internacionais não podiam estabelecer com os movimentos sociais. O campo de atuação baseia-se, agora, na

filantropia, do desenvolvimento (atuando por meio dos programas de cooperação internacional, entre ONGs e agências de fomento, públicas e privadas) e da cidadania (atuando por meio das ONGs criadas a partir de movimentos sociais que lutam por direitos sociais).

O Banco Mundial subdivide o campo de atuação das ONGs em quatro grandes áreas: assistência e bem-estar, desenvolvimento de recursos humanos, capacitação/militância política, e políticas de amparo ou de proteção.

Em meados dos anos 80, os projetos implementados pelas ONGs nas comunidades passaram a ser demandados pelas agências cooperadoras. Se antes eram os movimentos sociais que demarcavam suas demandas, agora as ONGs passam a operar segundo os projetos pelos quais recebem apoio financeiro, na maioria com o foco direcionado para o desenvolvimento, passando a se adequar às exigências dos organismos internacionais de cooperação. Seus projetos agora dependem da conjuntura econômica dos recursos que são disponíveis, acirrando a competição entre as organizações, tornando-as mais preocupadas com o nível de produção do que o público atendido por seus projetos, a prova disto é a qualificação da mão de obra que se torna um fator preocupante, pois a maioria das organizações tem seu quadro de pessoal composto por um grande número de jovens iniciantes no mercado de trabalho e até mesmo estudantes—situação quase sempre justificada por essas organizações pela escassez de verba que impede a contratação de mão de obra qualificada.

O fato é que essa nova geração de ONGs é concebida como empresas sociais que atuam de maneira complementar, na área social, às políticas de Estado.

A pobreza tornou-se o tema central dessas ONGs, mas toda essa atenção tem ênfase, na verdade, na implementação de políticas neoliberais, seus projetos de desenvolvimento são mais voltados para os países do que para os seres humanos. Segundo Mestrin o discurso sobre a pobreza tem

Uma função política que responde a necessidade da mundialização neoliberal. O conceito que a PNUD e o Banco Mundial têm da pobreza faz dela peça essencial, o argumento supremo do projeto de desmantelamento das proteções sociais que impossibilitam o indivíduo de cuidar de si mesmo e impedem que a sociedade seja organizada pelo mercado (MESTRIN, 2003, p. 58).

Consolidadas neste discurso as ONGs encaminham projetos às fontes financiadoras geralmente mencionando o grande número de trabalhadores excluídos do processo de globalização e constataam a ineficácia do Estado para remediar esse

mal e promover a justiça social (Coutinho, 2004). Porém o termo exclusão usado pelo terceiro setor é equivocado quando, desconsidera que os pobres, mesmo estigmatizados, conservam meios de resistência a essa situação de humilhação. Assim,

A exclusão significaria o estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais, pois que não se nasce “excluído”. Porém nos campos da reflexão ou da ação que se pretendem a inclusão também há riscos (...) no campo da reflexão quando se economiza a necessidade de se interrogar sobre as dinâmicas sociais globais que são responsáveis pelos desequilíbrios atuais. (...) no plano da ação, o risco está nas medidas tomadas para resolver o problema da exclusão, pois geralmente escolhe-se intervir no que é periférico, quando seria necessário intervir nas regulações do trabalho e dos seus sistemas de proteção, para “lutar contra a exclusão” (CASTEL, 1998, p.23).

O público alvo dessas organizações está nas periferias das grandes cidades onde se concentra o maior número de trabalhadores fora do mercado de trabalho, ou os chamados “excluídos”. É por meio do discurso de exclusão/inclusão social que o número de ONGs no Brasil tem tomado uma proporção descontrolada. As ONGs têm tido credibilidade no que diz respeito à inclusão social. É cada vez maior o número de empresas privadas que apostam no trabalho de inclusão implementado pelas ONGs. Nas palavras de Silvio Caccia Bava “percebe-se que até os governos inovaram no discurso e adotaram uma nova postura: buscam ONGs para execução de projetos sociais, apresenta propostas de parcerias com a sociedade civil como recurso para a solução dos problemas sociais” (BAVA, 2001, p. 49)

É neste discurso de “inclusão dos excluídos” que as ONGs se fortalecem e se firmam fundamentadas no crescimento da miséria, principalmente nos países periféricos. Estas organizações destacam sua relevância para a sociedade enfatizando seu papel no contexto social nas comunidades periféricas, como espaço e instrumento de defesa dos direitos da população econômica e socialmente excluída, propondo e desenvolvendo ações que “amenize” as dificuldades da população usuária que terão acesso aos benefícios e serviços oferecidos.

De acordo com Castel (1998), no plano da ação, o risco está nas medidas tomadas para resolver o problema da exclusão. O termo apropriado e completo para explicar este problema seria “desfiliação”, constituído pela interseção do mercado e do trabalho, fortalecendo-se juntamente com “as dinâmicas que regulava: o crescimento econômico e a estruturação da condição salarial” (CASTEL, 1998, p. 34-35)

Demo faz uma crítica contundente às proposições de Castel, especialmente por subestimar, na crise do *Welfare State*, a luta de classes, acreditando que a condição salarial a substitua. A “questão social” só é nova para a fase atual do capitalismo, mas em relação às desigualdades sociais “é a coisa mais velha que existe na história da humanidade” (DEMO, 1998, p. 101)

Parece ser exatamente isso que as organizações do “terceiro setor” propõem: atividades que, por mais bem intencionadas que sejam, lutam pela conquista dos “mínimos” e sem movimentos sociais que lhes proporcionam sustentação.

Outro destaque considerado por Coutinho (2011) está na denominação Governamental e não governamental das ONGs, o que implica na relação que estas organizações têm entre o público e privado no sistema capitalista. Isto nos remete novamente a denominação do terceiro setor, que segundo Bresser Pereira e Grau (1999) a denominação “terceiro setor” seria mais adequada para definir todas as ONGs, ao contrário de expressões usadas frequentemente como “não governamental” ou “sem fins lucrativos”. Essa concepção justificou a Reforma do Estado, que conferiu as ONGs o status de parceiras na prestação de serviços sociais.

Para Bresser Pereira e Grau, cresce a importância de uma forma nem privada nem estatal de executar os serviços sociais garantidos pelo Estado. Por isso a necessidade de organizações não estatais de serviço público operarem nas áreas de educação, saúde e cultura com “financiamento do Estado”.

Segundo Coutinho (2011, p.48),

Na concepção habermasiana, a “esfera pública” intermedeia, via opinião pública, as relações entre o estado e as necessidades da sociedade. O setor público limita-se ao poder público, mas o setor privado engloba a “esfera pública, pois é uma esfera pública de pessoas privadas. Os teóricos militantes das ONGs aproximam-se de Habermas ao parecerem convencidos de que, nas democracias de massas do Estado social, o conflito de classes foi institucionalizado ou mesmo extinto.

A autogestão tão aspirada pelas ONGs nos parece ainda um deslumbramento, visto que o financiamento internacional ainda é a mola que impulsiona o crescimento dessas organizações e, que ainda as mantém subordinadas a lógica neoliberal. A escassez de financiamento bloqueia a execução dos projetos, compromete o fluxo dos trabalhos e conseqüentemente as tornam insuficientes para mantê-las autônomas.

Esses financiamentos ultrapassam a esfera privada e adentram em auxílios originários de instituições governamentais: bancos, autarquias secretarias municipais

e estaduais, financiamentos que filantropizam a educação, a saúde e até mesmo a segurança alimentar da população majoritariamente pobre, tudo isso em nome da “cidadania” e da “mitigação da pobreza”. Podemos tomar como exemplo a Petrobrás, uma empresa pública que, segundo a GIFE⁶, é a maior financiadora de projetos ambientais, sociais e culturais do Brasil. Entre 2003-2010, a Petrobrás aportou R\$ 3,9 bilhões distribuídos em 13 mil projetos. Rosane Aguiar Figueiredo, gerente de Investimentos Sociais da Petrobrás, relatou ao site oficial da empresa que o programa Petrobrás Socioambiental vai investir cerca de US\$ 750 milhões entre os anos de 2014 e 2018. Esse financiamento supera ao triplo os investimentos da Vale – que carrega a marca da maior empresa privada do país – destinados a projetos sociais.

A relação de dependência das ONGs com suas financiadoras é o principal problema com que elas se defrontam, tendo em vista que o desempenho de suas atividades depende dos volumosos recursos financeiros de empresas privadas e tendo como modelo serviços prestados pelo Estado, essas organizações dificilmente conseguem ser uma alternativa a esses associados e, por isso são obrigados a aceitar compromissos sob a forma de acordos contratuais e sob pena de redução de recursos, o que minimizaria sua intervenção social.

Outro limite de autonomia intensamente enfrentado pelas ONGs é a sua relação com as instituições públicas, as quais aprovisionam em muitos casos a maior parte da receita dessas organizações que administram projetos de cunho assistencialista – é o que ocorre com a ONG GACC-MA⁷.

A distinção entre público e privado, efetuada pelo Estado capitalista, cumpre um papel ideológico importante. Consiste em assegurar a dominação e a reprodução do capital, garantindo inclusive que a sociedade não seja completamente capitalista, para o interesse do próprio capital (BRUNHOFF, 1985, p. 117, apud COUTINHO, 2011, (p.54).

Com raríssimas exceções, no discurso das ONGs, refletem-se os interesses imediatos da classe operária, por sua vez substanciada em excluída. Entretanto, há de se considerar que o atendimento mínimo dessas ONGs

⁶O GIFE – Grupo e Institutos Fundações e Empresas, é a associação dos investidores sociais do Brasil, sejam eles institutos, fundações ou empresas. Nascido como grupo informal desde 1989, o GIFE foi instituído como organização sem fins lucrativos, em 1995.

⁷ Organização na qual trabalhei no município de São Luís- MA, que administrou 05 projetos bianuais no período de 2010/2011, dos quais 04 projetos eram financiados pela Prefeitura de São Luís, Ministério dos Esportes e Petrobrás, com dinheiro do fundo público – não amenizando quase nada a realidade dos sujeitos que vivem na extrema pobreza e dos que vivenciam o processo de empobrecimento.

promove a desmobilização das classes populares, e nas palavras de Coutinho (2004) as ONGs fomentam a ideia neoliberal da responsabilidade privada pelas questões sociais e a importância dos recursos privados para resolver esses problemas. Muita ONG progressista sucumbe ao apelo do assistencialismo/filantropia para se manter na ativa, mesmo porque é essa a lógica de seus financiadores (Coutinho, 2004, p. 68).

Essa gama de conceito a respeito da relação das ONGs com as políticas neoliberais perpassam por questões ideológicas que segundo Falquet, esbarram na inflação dos financiamentos internacionais, que por sua vez, por questões de “gênero” fomentou, de um lado, uma série de lutas “fratricidas” entre grupos e pessoas pelos recursos para obter esses fundos, onde os grupos devem provar sua “competência” e se profissionalizam de maneira acelerada recrutando especialistas em “gênero” em detrimento e uma militância política e voluntária (FALQUET, 2003).

Esse aspecto será trabalhado no 2º capítulo, baseando-nos no conceito de ideologia em Marx e dialogando com esses conceitos de ideologia e emancipação com base em Althusser e Mészáros colocando em questão a apreciação sobre emancipação para as mulheres do movimento social aqui pesquisado – o MIQCB.

2. CAPÍTULO II O MOVIMENTO FEMINISTA E A (IN) GERÊNCIA DAS ONGs

Este capítulo tem como centralidade discutir como o movimento MIQCB se situa como parte das lutas de classe. Conceituaremos a luta das mulheres e suas diversidades a partir dos conceitos de Saffioti (1969; 1978; 1981; 1997; 2000) Beauvoir (1980) e Kolonttai (2010). Dialogaremos com os conceitos de ideologia e emancipação colocando em discussão o tão decantado termo “empoderamento” em contraposição ao conceito de “emancipação” para as mulheres do MIQCB e sua forma de conceber a realidade social.

2.1. Feminismo, emancipação e lutas sociais.

As mulheres estão inseridas na categoria social mais vulnerável de todas. Ao longo do tempo foi tarefa da mulher aprender a atividade de cuidar da casa e da prole, embora o cultivo e a criação de animais fossem também parte do seu trabalho.

O fator preponderante que favoreceu a subordinação da mulher ao homem foi sua função de reprodutora da espécie. Esta condição foi formando um acervo de mitos preconceituosos a respeito da mulher, como frágil e incapaz. Por outro lado, o homem, foi sendo associado à ideia de autoridade devido a sua “força e poder” de comandar. Deste modo, as sociedades patriarcais surgiram organizadas no domínio do homem como gerenciador da família.

A revolução francesa foi ponto chave para a articulação feminina, pois durante todo o processo da revolução almejaram também a conquista da igualdade, obtendo assim grande participação ao defender os direitos da mulher e à igualdade política.

Porém, a revolução não amparou as reivindicações femininas, sendo excluídas, marginalizadas dos processos decisórios da revolução, reprimidas, censuradas a participar de qualquer ato político e algumas mortas sob a acusação de “ter querido ser um Homem de Estado, esquecido as virtudes próprias de seu sexo e transgredido as leis da natureza” (TABOÁS, 2011, p. 268).

É, contudo, com a Revolução Industrial que o mundo do trabalho se divide do mundo doméstico. As famílias multigeracionais vão desaparecendo e forma-se a família nuclear (pai, mãe e filhos). Permanece o poder patriarcal na família, mas a mulher das camadas populares foi submetida ao trabalho fabril. Quanto a essa realidade, Adriana Bessa afirma que:

A desestruturação dos laços familiares, das camadas trabalhadoras e os vícios decorrentes do ambiente de trabalho promíscuo fez crescer os conflitos sociais. A revolução industrial incorporou o trabalho da mulher no mundo da fábrica, separou o trabalho doméstico do trabalho remunerado fora do lar. A mulher foi incorporada subalternamente ao trabalho fabril. Em fases de ampliação da produção se incorporava a mão de obra feminina junto à masculina, nas fases de crise substituíam-se o trabalho masculino pelo trabalho da mulher, porque o trabalho da mulher era mais barato (BESSA, 2007, p.4).

A inserção das mulheres proletárias no mundo do trabalho fabril, não significou uma conquista de sua independência financeira e tampouco, o fim da submissão ao homem e nem o reconhecimento de sua capacidade intelectual, ao contrário, significou dupla jornada de trabalho — eram incumbidas de cuidar da

prole, dos afazeres domésticos e também do trabalho remunerado. Com a saída da mulher do “espaço doméstico”, portanto privado, para o espaço da fábrica a luta se amplia para questões que permeiam, digamos, o “espaço público”: a) a luta das mulheres por melhores condições de trabalho; b), igualdade na jornada de trabalho e c) o direito ao voto.

Heleieth Saffioti (1987) ressalta que o movimento feminista tem suas particularidades e, portanto, não pode ser abordado na singularidade, compreendendo que são múltiplas as abordagens com perspectivas teóricas e metodológicas diferentes. São elas: a) o conservantismo; b) liberalismo; c) marxista dogmático; d) o radical; f) o socialista. Sobre os quais nos debruçaremos a seguir.

A posição conservadora coloca como ponto central da problemática feminina a relação homem/mulher. Analisa-se o sexismo como crucial na construção da desigualdade, considerada como natural e inquestionável. Portanto, a inferioridade social da mulher em relação ao homem é fundada na própria ideologia dos sexos.

O feminismo liberal defende que a origem das desigualdades entre homens e mulheres está nos domínios dos direitos civis e políticos e nas oportunidades educacionais. Com base nos postulados liberais – liberdade, igualdade e fraternidade – o fim da opressão feminina situa-se no plano formal ao defenderem que o desenvolvimento de dispositivos legais deve ser concebido como conquistas dos direitos humanos, e, portanto, da democracia (SAFFIOTI, 1987).

O marxismo dogmático conduz a centralidade dos fenômenos sociais no âmbito da luta de classes. A perspectiva de que as desigualdades sociais são fundadas na apropriação privada do produto social as diferenças de raça e de sexo não são privilegiadas.

O feminismo radical é conhecido por seu radicalismo político e por não aceitar as diferenças sexuais definidas biologicamente. Defende-se a erradicação da família biológica, o meio pelo qual gera as desigualdades entre homens e mulheres. Ao extirpar a família biológica consequentemente extingue-se a psicologia do poder.

No que diz respeito ao feminismo socialista considera-se que há sucessivas tentativas de aproximação da problemática das relações de gênero com as relações entre as classes sociais ao ancorar-se na corrente do materialismo histórico-dialético (SAFFIOTI, 1987). Esta última abordagem é a que usaremos como base de análise neste trabalho, tendo em vista que seu fundamento teórico é a dialética das relações entre as classes sociais.

A primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres começaram a se organizar na luta pelos seus direitos, sendo que apenas um deles se popularizou: o direito ao voto, conhecido como movimento sufragista. Um feminismo popular, por incorporar mulheres de classe média e operárias, nasceu na França, que baseava os direitos políticos e econômicos intrínsecos no seio da luta dos trabalhadores em uma sociedade socialista.

Michel (1982) comenta que o acesso à educação foi também uma grande conquista das feministas no século XIX, não só em relação à educação primária, mas, também, pelo acesso à escola secundária e às universidades, fruto do embate da resistência dos que se opunham.

A Primeira Guerra Mundial propiciou grande participação das mulheres no processo de trabalho produtivo⁸, muitas mulheres foram contratadas em larga escala pelas indústrias bélicas, como única mão de obra e muitas das reivindicações trabalhistas feministas foram atendidas, tais como: o aumento do salário e a guarda de crianças pequenas com o intuito de facilitar o desempenho do seu papel profissional. Logo passado esse período, diante da crise pós-guerra, muitas mulheres foram demitidas para que voltassem ao âmbito do lar, e, muitas bandeiras de luta foram reprimidas.

Na União Soviética, os donos das fábricas recusavam-se a instituir creches. Apesar de possuírem discursos igualitários, afirmava que o lugar da mulher na sociedade, na família e no trabalho era secundário, o lugar ideal delas era no desenvolvimento das tarefas domésticas, cabia aos homens desenvolver e administrar a economia e a política.

Os stalinistas acharam necessário para construir uma sociedade socialista, o restabelecimento dos papéis masculinos e femininos tradicionais na família. Já nos países fascista a situação das mulheres não era diferente. Na doutrina nazista: 'A mulher é um tipo de animal. A família é o único laço natural e uma mulher que reivindica sua liberdade sexual é impura, como o judeu, o negro e o homossexual. Uma série de medidas foi tomada: leis e decretos excluíram mulheres da função pública, do acesso à cultura e a universidade. O feminismo era considerado uma perversão burguesa, uma violação natural das coisas (MICHEL, 1982, p.75)

⁸O trabalho produtivo no capitalismo possui caráter social: para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer as necessidades de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado que o capitalista faz o trabalhador produzir [...] considerando-se o processo inteiro de trabalho do ponto de vista de seu resultado, então aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo. (Marx, 1983, pag. 149 e 151)

A formação profissional e a representação política foram as principais lutas concretas na primeira onda do feminismo. Essa fase é caracterizada por apresentar pautas generalizadas de igualdade formal inclusiva que em pouco ferem a estrutura patriarcal historicamente edificada. Por isso que muitos direitos femininos adquiridos começaram e terminaram em período de guerras.

Com o término das guerras mundiais houve a retomada masculina do mercado industrial e, visto que no capitalismo não existe pleno emprego e há necessidade da formação do exército de reserva, este novamente se torna essencialmente feminino. O papel estatal e midiático teve fundamental influência no retorno da mulher ao espaço doméstico e domesticado (BITTENCOURT, 2015, p. 200)

No Brasil, de acordo com Ferreira (2007), as primeiras organizações de mulheres que lutavam pelo direito à educação feminina e pelo voto datam de 1850. A pioneira a denunciar o descaso da situação das mulheres foi Nísia Floresta⁹ (1809-1885). Como no mundo, emerge no Brasil, o movimento sufragista tendo como foco a luta pelos direitos políticos por intermédio da participação eleitoral tanto como eleitoras quanto candidatas.

No entanto, essas manifestações não podem ser reduzidas ao sufragismo, mas sim a manifestações diversas, identificadas por Pinto em três vertentes: 1) O sufragista, 2) o feminismo difuso; e 3) o movimento anarquista. Essas vertentes tinham, porém como característica comum a presença de personalidades na liderança.

O sufragista, liderado por Bertha Lutz, bióloga, cientista, é o mais conhecido por ter alcance nacional e por ser organizado no sentido de institucionalizar-se. Teve como questão central a conquista dos direitos políticos das mulheres. Porém, a luta não representou um questionamento aos padrões da sociedade na alteração das relações de gênero. É conhecido por ser “bem-comportado”; o feminismo difuso veio a se expressar pela imprensa feminista. Formado por mulheres cultas, professoras, escritoras, jornalistas, detinham a preocupação de defender a educação da mulher, questionar o domínio do homem e sobre a condição de estar fora da esfera pública; O movimento anarquista foi formado por mulheres trabalhadoras, intelectuais que tem como questão a luta pela liberdade da mulher. Trazem a categoria da exploração do trabalho como ponto central, articulando as idéias feministas às anarquistas e comunistas (PINTO, 2003, p. 58).

Simone de Beauvoir (1967) recusa a perspectiva biológica que determina a condição das mulheres na sociedade. Para a autora,

⁹ Educadora, escritora e poetisa brasileira. É considerada uma pioneira do feminismo no Brasil e foi provavelmente a primeira mulher a vencer os limites entre os espaços públicos e privados publicando textos em jornais, na época em que a imprensa nacional ainda engatinhava. Nísia também dirigiu um colégio para moças no Rio de Janeiro e escreveu livros em defesa dos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1967, p. 9)

Simone de Beauvoir expressa que ‘a libertação das mulheres começa no ventre’. Este período conhecido pela fabricação de pílulas anticoncepcionais, se expressa na tentativa de separar sexualidade e procriação (MICHEL, 1982). Essa conjuntura é inerente ao sistema patriarcal que é antecedente ao sistema capitalista, pois sempre esteve presente em todas as épocas da formação social e econômica e com o advento do capitalismo vem a intensificar as contradições já existentes em qualquer sociedade. Baseava-se na produção “invisível” das mulheres, aquela na qual é determinada pelas tarefas domésticas, do lar, ditas como exclusivos das mulheres. Produção essa inferior, subalterna, sem valor para o capitalismo, porém necessário na produção de bens, já que produção e reprodução são faces de uma mesma moeda. Desse modo, a emancipação feminina só se realizaria se a opressão e a submissão sofrida no âmbito do lar chegassem ao fim. Portanto, a luta feminista deve ser assim compreendida:

As mulheres conscientes de que a primeira exploração sofrida se encontra nessa produção doméstica, causa dominante de sua situação de inferioridade nos outros domínios da cultura e da política. (MICHEL, 1982, p.87).

Aqui, já estamos nos marcos da segunda onda do feminismo, compreendidos entre a década de 1960 a 1980. Significa avanço de percepção e análise do movimento como um todo, incorporando diversas frentes de luta e denunciando o patriarcado como forma de expressão do poder político exercido através da dominação masculina e inferiorização das mulheres que ultrapassa o campo do privado, invade todos os espaços da sociedade e representa uma estrutura de poder baseada tanto na violência quanto na ideologia (SAFFIOTI, 2004). Enquanto na primeira onda do feminismo o foco era o sufrágio e no rompimento das barreiras das desigualdades no campo do direito, a segunda onda do movimento ganhou força sendo apoiado tanto por homens quanto por mulheres preocupados especialmente com o fim da discriminação e a defesa da igualdade entre os sexos, ampliando o debate para uma série de questões como: a igualdade no acesso ao mercado de trabalho, direitos reprodutivos, a relação da mulher no âmbito da família, violência doméstica, estupro, divórcio.

Consideramos que esse movimento é libertário porque demarca a conquista no espaço de trabalho, da vida pública e da educação, a inserção nos meios de comunicação, e também a intensidade da luta por novas formas de relacionamento entre homens e mulheres, buscando liberdade e autonomia de determinar suas vidas e tomar decisões sobre seu próprio corpo. Portanto, é no contexto de inquietudes e de efervescência social, política e cultural que o movimento feminista ressurge, não só se expressando através de protestos, mas da emergência de estudos da questão de mulher, problematizando as diferenças entre gênero, sexo, orientação sexual e desmitificando a naturalização dos papéis sociais.

O termo gênero é entendido como uma categoria útil a analisar as construções sociais do homem e da mulher, ou seja, contribui para estudar como se funde historicamente na sociedade os papéis e as identidades subjetivas atribuídos aos homens e mulheres. “O conceito de gênero se situa na esfera social, diferente do conceito de sexo, posicionado no plano biológico” (NANJARI, 2009, p.143 apud SAFFIOTI, 1995). De fato, a única diferença real e concreta existente entre homens e mulheres é a constituição genética. Já as dicotomias baseadas biologicamente e construídas historicamente e ideologicamente não são naturais e não dependem da diferença sexual para existir, mas são construções sociais, que caracterizam duas categorias fundamentais na vida em sociedade, o masculino e feminino.

No interior da dicotomia público/doméstico é que resultam diretamente práticas e teorias patriarcais do passado. A divisão do trabalho entre os sexos tem sido fundamental para essa dicotomia. Devido à inclusão do doméstico como questão pertencente ao privado, e este último entendido como algo separado e distante do público, a instituição familiar ficou excluída das discussões políticas.

Após os anos 1980, a nova fase do feminismo, a terceira onda, mostra então as suas raízes em dois movimentos filosóficos da contemporaneidade: o pós-modernismo e a Filosofia da Diferença. Os trabalhos teóricos desenvolvidos procuravam dar ênfase a mutabilidade e a subjetividade e radicalizando a subversão contra tudo o que é opressivo e limitador. Aqui, agora foi um momento de autoavaliação e reconhecimento de que o movimento feminista tinha caráter elitista e excludente, não se considerando as pluralidades femininas.

Nesse momento, então, foi necessário encarar a dolorosa conclusão de que o movimento feminista vinha sendo excludente. Na primeira e na segunda onda, mulheres como a *suffragettes* bem-educadas de classe média e as donas de casa americanas dos anos 70 e 80 tinham monopolizado as demandas feministas, em prejuízo de questões enfrentadas por outras

mulheres que, apesar de serem também mulheres, não estavam no mesmo patamar daquelas em relação a outros marcadores sociais. Esse é o momento de ganho de autonomia de certos grupos dentro do movimento feminista, como o de mulheres negras, lésbicas ou trabalhadoras rurais (COSTA, 2009, p.62)

Nesse panorama o movimento negro começa a ter destaque: grupos de mulheres foram instituídos com o propósito de reivindicar contra as práticas discriminatórias de racismo e do sexismo.

Na modernidade, se destacava os princípios liberais. Os principais teóricos do liberalismo e da democracia propagam a defesa do individualismo e da intimidade. Segundo Rocha (2007) Locke e Rousseau evidenciaram de forma marcante a distinção do público e do privado, sendo o público pertencente ao político – baseado no contrato social¹⁰; e o privado ao espaço doméstico – baseado no contrato sexual¹¹. É perceptível, portanto, que nesse período intensifica-se a exclusão das mulheres na política e na esfera pública ao identificar que o privado é doméstico e feminino, e o público é político e masculino (ROCHA, 2007).

De acordo com as considerações de Charlier e Ryckmans (2003) as mulheres fazem parte de um grupo particularmente exposto às políticas neoliberais, pois o abandono dos poderes públicos das missões de regulação econômica e de implementação de políticas sociais provocaram uma multiplicação dramática dos fatores de empobrecimento da população feminina. Esses fatores estão ligados à alta taxa de desemprego que atingiu indiretamente as mulheres, pois:

De um lado o desemprego afetou especialmente as mulheres graças ao “aumento da violência doméstica que, entre outras coisas, está ligada as taxas elevadas de desemprego dos homens”. De outro as mulheres precisaram reagir à intensificação da pressão econômica em casa, suprimindo a falta de trabalho dos maridos, num momento em que elas próprias sofriam uma concorrência nos seus setores de atividade tradicional, muitas vezes informal, pela entrada dos homens em busca de novas fontes de renda. Ao se tornarem chefe de casa (de fato, mas não de direito), elas precisaram trabalhar mais e por mais tempo para aumentar o nível da renda (CHARLIER e RYCKMANS, 2003, p. 260).

O sofrimento das graves consequências vividas pelas mulheres começa ainda bem cedo. Segundo relatório bienal do UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulheres, 2000, p.11), em geral as meninas de família pobre, são as primeiras a serem retiradas da escola para aliviar o orçamento familiar,

¹⁰Entende-se que contrato social seja um acordo entre os membros da sociedade, pelo qual reconhecem a autoridade, igualmente sobre todos, de um conjunto de regras, de um regime político ou de um governante.

¹¹Carol Pateman (1993) afirma que o Contrato Sexual condiz ser o pacto original e sexual, no qual cria o direito político dos homens sobre as mulheres.

situação que retarda e complica a emancipação das mulheres do jugo patriarcal e atrapalha a sua luta contra as instituições que mantêm essas estruturas. No setor da saúde as consequências vividas pelas mulheres foram identificadas no aumento da taxa de mortalidade materna, sintomas de má nutrição e anemia assim como taxa de mortalidade infantil em ascensão.

A Organização das Nações Unidas tem colocado como pauta de suas discussões a situação em que as mulheres em toda parte do mundo se encontram. Todo esse “esforço” culminou numa decisão histórica: a Assembléia Geral da ONU votou por unanimidade¹² pela criação de uma nova entidade para acelerar o progresso e o atendimento das demandas das mulheres e meninas em todo o mundo. A criação da ONU Mulheres — Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres é resultado de anos de negociações entre Estados-membros da ONU e pelo movimento de defesa das mulheres no mundo.

Com o intuito de promover autonomia financeira para as mulheres a ONU Mulheres e o Pacto Global criaram os Princípios de Empoderamento das Mulheres a partir da noção que a ONU tem do papel das empresas para o crescimento das economias e para o desenvolvimento humano. Os Princípios são um conjunto de considerações que articulam junto à comunidade empresarial a incorporar em seus negócios valores e práticas que visem à equidade de gênero e ao empoderamento de mulheres.

Nessa política da UNIFEM, existe um programa-acordo estabelecido com empresas multinacionais onde líderes empresariais de todo o mundo expressam apoio para a promoção da igualdade entre homens e mulheres nas relações de trabalho. As adesões de empresas a esse acordo têm como objetivo principal promover o desenvolvimento sustentável nos países em que operam. Onze grandes empresas brasileiras¹³ fazem parte da lista de 39 corporações que aderiram aos “Princípios de Empoderamento das Mulheres – Igualdade Significa Negócios”, lançados pelo UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a

¹² E2 de julho de 2010, Conferência em Nova York,

¹³São elas: Açovisa Indústria e Comércio de Aços Especiais Ltda, Cinq Tecnologia, Copel – Companhia Paranaense de Energia, Fersol Indústria e Comércio SA, INCCATI Sistemas Ltda, Itaipu Binacional, Microlife Informática de Franca Ltda, Natusfran, New Space Processamento e Sistemas Ltda, Petrobras e Rodovalho Advogados (UNIFEM, 2014).

Mulher) e o Pacto Global das Nações Unidas, em março de 2010. Dessa forma, as empresas que aderem a esse programa saúdam os Princípios de Empoderamento das Mulheres – Igualdade Significa Negócios. Para essas empresas a igualdade de tratamento de mulheres e homens não é apenas a coisa certa a ser feita, mas também é boa para os negócios.

Assinalamos que o interesse das empresas é, sobretudo, o de aumento da produção e mais lucros para os empresários participantes desse “projeto”. Os sete passos dos Princípios de Empoderamento das Mulheres são: *1) Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível; 2) Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não discriminação; 3) Garantir a saúde, segurança e bem estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa; 4) Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres; 5) Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing; 6) Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social e 7) Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero* (UNIFEM, 2010). O esforço concentra-se em incentivar os líderes de negócios a se juntarem a eles e fazerem uso dos princípios como um guia para as ações a serem adotadas no local de trabalho, no mercado de trabalho e na comunidade para “empoderar” as mulheres e beneficiar suas empresas. É nessa perspectiva que se confunde o “empoderamento” como instrumento de emancipação, uma banalização falaciosa. O que trataremos a seguir.

2.2. As lutas feministas: um debate no interior do movimento.

Sem a pretensão de esgotar a discussão dessa temática, situamos a análise dessa discussão partindo de duas vertentes teóricas: o feminismo e o marxismo, que, apesar de seus diversos pontos de enfrentamento, possuem consideráveis convergências; o marxismo nomeia respostas às indagações e problemáticas suscitadas pelo feminismo. Alguns autores afirmam que não há compatibilidade de diálogo entre o feminismo e o marxismo. Simone de Beauvoir concorda que a acentuação da opressão da mulher foi conservada pela burguesia, mas também acredita que não é a burguesia o agente desta opressão (BEAUVOIR, 1980).

Segundo a autora, os marxistas continuamente negaram a especificidade da luta das mulheres, uma vez que atribuem a causa fundamental de sua opressão à propriedade privada dos meios de produção. Para a autora, essa posição gera confusão entre oposição de sexo e oposição de classe, o que torna a leitura precária. A condição da mulher possui aspecto particular, uma vez que a sua opressão, ao contrário da opressão de classes, posiciona-se na origem dos tempos e não perderá o seu rumo com a ruína da sociedade de classes.

Os escritos de Marx e Engels apontam grandes contribuições para análise da opressão vivenciada pelas mulheres na sociedade de classes. No livro *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1844) Engels assinala que a condição social da mulher aponta diferenciações diante do estabelecimento da propriedade privada dos meios de produção. Consideramos que essa obra é a pioneira do pensamento marxista que reconhece o caráter específico da opressão vivenciada pelas mulheres. A obra destina um capítulo para tratar da categoria família, mostrando que esta instituição não é um elemento monolítico, suprá-histórico, como nos faz crer a ideologia dominante (ENGELS, 2007). O autor aponta as bases objetivas da opressão da mulher que se deu, segundo ele, no processo de formação das civilizações, com a instituição da propriedade privada e da família monogâmica.

Na obra de Marx e Engels, *A Ideologia Alemã de 1846*, os autores criticam a instituição da família burguesa, retomando a problemática das mulheres e, conceituam que:

A divisão do trabalho repousa sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas às outras, – e esta divisão do trabalho implica ao mesmo tempo na repartição do trabalho e de seus produtos; distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade como em qualidade; ela implica, pois na propriedade; assim, a primeira forma, o germe reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem. A escravidão, ainda latente e muito rudimentar na família, é a primeira propriedade (MARX & ENGELS, 2007, p. 71).

Com o poder dominante da burguesia instaurado a partir da revolução política essa classe passou de revolucionária para conservadora do regime econômico estabelecido por ela – o capitalismo. Nesse momento, a manutenção da opressão e a exploração da força de trabalho é elemento fundamental para a manutenção da dominação burguesa. Portanto, já não importa salientar uma revolução, uma força reacionária, mas sim conservar o que já está instaurado. Pois a luta do proletariado não se constitui uma luta pelo poder do Estado burguês, pelo contrário, sua luta é pela supressão do Estado e da exploração que sua manutenção implica. E é nessa

conjuntura, que o proletariado vai se apresentar como o grande adversário da burguesia, com um projeto de sociedade antagônico ao que estava posto.

Destarte, o proletariado toma consciência da sua situação de miserabilidade gerada pelo modelo de produção capitalista, e, nesse contexto, inicia o processo de constituição do projeto de revolução social e destruição da máquina do Estado e abrindo caminho para uma sociedade emancipada.

A revolução em geral - a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações - é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político. (MARX, 2010, p. 78).

Assegurando as teses marxistas, István Mészáros (2005) conclui que, no sistema capitalista, não há espaço para emancipação da humanidade, nem em níveis mínimos, onde as forças objetivas do capital revertem todas as formas de controle social.

Não surpreende, portanto que, mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, tivessem de permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução metabólica [...] é contra as determinações sistêmicas do capital que ela deve combater, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para conscientes dos indivíduos chamados a concretizar a condição de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2005, p.26 e 65).

Emancipação é o elemento chave da luta do feminismo. O crescimento acentuado do debate sobre a opressão da mulher e luta pela libertação das mulheres dessa opressão e exploração nas relações de trabalho e familiares tem provocado uma ascensão no discurso do feminismo marxista. O pioneirismo desse debate, no Brasil, pertence à autora Heleieth Saffioti que empreitou a tarefa de desvendar a relação do marxismo com a luta das mulheres por superar as desigualdades de gênero vivenciadas ao longo da história. A autora reconhece em Marx as observações minuciosas acerca das péssimas condições de trabalho da mulher e coloca que:

A solidariedade entre os sexos está subordinada a condição de classe de cada um [...] que a emancipação feminina não poderá ocorrer no capitalismo, pois este ou alija ou insere precariamente o contingente de mulheres de acordo com as necessidades que este sistema tem para se reproduzir (SAFFIOTI, 1969, p.19).

A entrada da mulher no mercado de trabalho, nem de longe contribuiu para abrir as portas para emancipação feminina, ao contrário, o modo de produção

capitalista potencializa a marginalização dessa mão de obra do sistema de produção, considerando que o sexo contribui de forma positiva para o crescimento do sistema capitalista, uma vez que a mão de obra feminina é mais barata e coopera para o crescimento da mais valia e do lucro do capitalista. Portanto, é fácil concluir que a manutenção da opressão e exploração da mulher — considerando o aspecto biológico como um fator preponderante para essa divisão — é salutar para conservação desse sistema econômico vigente.

Gonçalves (2011) corrobora as ideias de Saffioti e pontua que é ilusório acreditar que a emancipação econômica da mulher fosse libertá-la de todos os preconceitos que a discrimina socialmente, pois muito embora a inferiorização da mulher seja historicamente anterior à instauração do sistema capitalista, ele se aproveita do imenso contingente feminino, acirrando a disputa por uma vaga no mercado de trabalho e acentuando as desigualdades entre os sexos.

Conforme as análises de Saffioti (1969, p. 36):

As abordagens sociais do que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam a sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então.

Alexandra Kollontai (2000) em seu livro *“O amor e a nova moral”*, nos chama a atenção para a necessidade de se repensar o amor e a sexualidade sobre novas bases. Ela classifica este elemento como mais um dos desafios que fazem parte do processo revolucionário. A autora descreve a mulher moderna, como aquela para a qual o movimento revolucionário deve apresentar novas perspectivas. A nova mulher é definida, por ela, como “filha do sistema econômico do grande capitalismo”, é aquela que pertencem às fileiras proletárias, que participa da vida econômica, que consagra sua vida à ciência e/ou à arte. A mulher moderna desenvolve a

(...) a autodisciplina, ao invés de um sentimentalismo exagerado; a apreciação da liberdade e da independência, ao invés de submissão e de falta de personalidade; a afirmação de sua individualidade e não os estúpidos esforços por identificar-se com o homem amado; a afirmação do direito a gozar dos prazeres terrenos e não a máscara hipócrita da “pureza”, e finalmente, o relegar das aventuras do amor a um lugar secundário na vida. Diante de nós temos, não uma fêmea, nem uma sombra do homem, mas sim uma mulher-individualidade (KOLLONTAI, 2000, p.67).

A autora chama a atenção para um elemento extremamente importante que é a distinção de classe entre as mulheres. A luta da mulher burguesa não é igual à luta da mulher proletária. O objetivo das mulheres burguesas

(...) é conquistar as mesmas vantagens, o mesmo poder, os mesmos direitos dentro da sociedade capitalista que hoje possuem seus maridos, pais e irmãos. Qual é o objetivo das mulheres trabalhadoras? Seu objetivo é abolir todos os privilégios derivados de nascimento ou riqueza. Para as mulheres trabalhadoras é indiferente que é o “mestre”, um homem ou uma mulher. Junto com o todo de sua classe, ela pode facilitar sua posição (KOLLONTAI, 2000, p. 69).

Embora muitas feministas, na atualidade, criticam a tese inicial de Saffioti e desconsideram o socialismo e as teorias marxistas como suficientes para o debate da libertação e opressão feminina, concluímos que somente o marxismo tem uma explicação concreta para a opressão das mulheres, onde a transformação revolucionária tão almejada pelo movimento está para além de abordagens particulares dos direitos das mulheres e que o caminho mais seletivo para se alcançar a libertação é o socialismo, pois, como Saffioti, entendemos que a emancipação feminina só será alcançada com a superação do capitalismo excludente e opressor.

2.3. A intervenção das ONGs nos movimentos feministas.

A expressão “emancipação” é muito utilizada no vocabulário do movimento feminista. Emancipação, como já vimos, é a libertação do indivíduo ou determinado grupo social das formas opressoras e humilhantes das relações de exploração.

Partimos do pressuposto que seja impossível pensar na emancipação feminina de forma isolada e individualista, sem que haja emancipação humana. Ou seja, não é possível a libertação feminina sem uma libertação geral da humanidade. Segundo Viana (2011) a emancipação humana pressupõe a realização da utopia, ou seja, a transformação social radical que engendra o que Marx denominou “livre associação dos produtores” ou “autogoverno dos produtores”, hoje o que chamamos autogestão social. Isto pressupõe a abolição do capitalismo, ou seja, da sociedade moderna em sua totalidade.

A libertação de grupos sociais isolados sem uma alteração do conjunto das relações sociais significa tão-somente melhorias limitadas no interior de relações limitadas. É preciso uma concepção de totalidade para poder perceber que a libertação feminina passa pela libertação masculina e que ambas dependem de diversas outras formas de libertação. A opressão feminina está ligada ao processo da propriedade privada e tudo que deriva daí, e, na sociedade moderna, ao processo de mercantilização geral que ocorre no conjunto das relações sociais e outros aspectos da sociabilidade capitalista (Viana, 2011, p 04.).

A opressão feminina, assim como todas as formas de opressão, só pode ser abolida com o processo geral de emancipação humana e a superação do sistema capitalista por meio das forças revolucionárias do proletariado.

A emancipação da mulher não deve ser concebida apenas no sentido da igualdade de direitos, mas, antes de mais nada, como a afirmação de novos valores, novas exigências, nova satisfações, que o homem, nas atuais condições de produção, não pode ter. (MARCUSE, apud MATTOS, 1989, p. 134).

É, no entanto, no discurso da emancipação feminina que as ONGs vêm se apresentando acentuadamente como uma alternativa. Com características de um discurso ideológico uma vez que não se tem condições reais de emancipar isoladamente um grupo sem uma ação libertadora do coletivo em que esse grupo se insere. A ideologia demarcada aqui, se constitui num conjunto de ideias ou pensamentos que falseia a realidade. A ideologia pode estar ligada a ações políticas econômicas e sociais e que na expressão marxista remete a uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta. Portanto a noção de ideologia apresenta uma conotação negativa e crítica. O conceito de ideologia foi muito trabalhado por Marx, que ligava a ideologia aos sistemas teóricos (políticos, morais e sociais) criados pela classe social dominante. De acordo com Marx, a ideologia da classe dominante tinha como objetivo se manter no controle da sociedade.

De acordo com Mészáros, na nossa sociedade tudo é impregnado de ideologia quer a percebamos, quer não.

Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de sermos levados a aceitar, absolutamente sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma perspectiva alternativa muito bem fundamentada, juntamente com as consequências práticas que nele se encontram mais ou menos explicitas (MÉSZÁROS, 1996, p. 13).

Historicamente, destaca-se que, em geral, as mulheres têm menos direito que os homens, fato que coloca homens e mulheres em níveis diferentes perante as estratégias de desenvolvimento. Visando responder a essa cruel realidade as mulheres atingidas por esse quadro buscam novas estratégias de enfrentamento, unindo-se em grupos de cooperativas e associações comunitárias para produzir bens em comum para sua sobrevivência.

Para atenuar as consequências desastrosas da orientação neoliberal dos governos – desemprego, crise da solidariedade e, sobretudo, abandono da noção de responsabilidade pública em muitos setores – as associações de

mulheres envolvem-se, em nível social e comunitário com o bairro. Elas se engajam em grupos de auto-ajuda, no apoio social e afetivo, e realizam todo tipo de tarefa comunitária e econômica (cantinas populares, creches, cooperativas, mercados locais etc.). No meio rural, agrupamentos femininos foram estruturados e obtiveram terras para a produção coletiva, negociando em grupos o acesso ao crédito e aos equipamentos (Charlier e Ryckmans, 2003, p. 265).

Na luta contra a pobreza as mulheres são tituladas pelas organizações internacionais como “protagonistas”. Num estudo, sobre a “feminização” da pobreza, constata-se que as mulheres são “as mais pobres entre os pobres” ou “a expressão da pobreza”(PNUD,1993;Nações Unidas, 1993). Para Charlier e Ryckmans (2003, p.268), isto acontece pelo fato de que:

Elas se constituem o núcleo do problema, ao mesmo tempo, o núcleo dinâmico que leva a solução. Desde que foi criada, a ONU desempenhou um papel essencial e progressista na promoção da emancipação das mulheres. Durante cinquenta anos seu discurso associou-as ao interesse comum e a mudança social.

O projeto dessas organizações é formar indivíduos livres da dependência da proteção social tradicional sustentada pelo Estado que, segundo o discurso neoliberal vicia os pobres impedindo-os de serem independentes e cooperar para o desenvolvimento econômico local e mundial. De acordo com a visão neoliberal “é necessário que se aniquile com a conformidade do indivíduo incitando-o a buscar sua ‘emancipação’”. (SIMMEL, 1908, apud MESTRUN, 2003, p. 98).

Segundo Pinto (2003) ao longo da década de 1990 surgiram várias ONGs feministas no Brasil, cada uma com suas especificidades e objetivos distintos. Esse novo cenário trouxe à tona uma característica marcante dessa nova fase do feminismo de ONG que foi a “segmentação das lutas”, tornando assim, as ONGs a mais pública expressão do feminismo na virada do último século, em que grupos, principalmente dos setores populares, que não se organizavam como feministas, passam a ter contato com essas organizações para se instrumentalizarem e fortalecerem a luta na defesa de seus direitos. Desse modo, segundo a autora, foi por intermédio basicamente das ONGs que o feminismo existiu e se manifestou no Brasil na última década.

Ao longo da década de 1990 e início do século XXI foram criadas várias ONGs feministas como: o Centro Feminista de Estudos e Assessorias (**CFEMEA**), a Ação de Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (**AGENDE**). A Articulação da Mulher Brasileira (**AMB**), criada para preparar a ida das mulheres à Conferência Mundial de Pequim em 1995, atua como contraponto, assessorando e organizando os

movimentos de base. Outra ONG, formada em 1991, foi a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos conhecida como **Rede Saúde**, que congrega 110 filiadas em 20 Estados. Tem ainda a ONG Cidadania, Pesquisa, Informação e Ação (**CEPIA**), a Assessoria Jurídica para Mulheres (**THEMIS**) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos direitos da Mulher (**CLADEM**). É importante ressaltar o significado dessas organizações no que diz respeito à legitimidade que adquiriram diante das esferas políticas e estatais. Estas ONGs vêm ocupando espaço significativo nos últimos anos, incorporando demandas de grupos específicos da sociedade, como na capacitação, geração de emprego e renda e na defesa dos direitos das mulheres.

A maioria delas se situa no campo da geração de trabalho, emprego e renda para mulheres discriminadas, vítimas de violência e da pobreza extrema. Baseadas num discurso de inclusão e emancipação. Discurso demarcado a partir da realidade sócio espacial em que a mulher está inserida na sociedade de classes.

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu é uma organização situada no campo da geração de trabalho e renda. Nas entrevistas realizadas com as coordenadoras percebemos que as mulheres envolvidas em projetos do MIQCB, acreditam na possibilidade de mudança no aspecto econômico e social por meio dos projetos desenvolvidos pela instituição em que se inserem. As coordenadoras regionais falam de suas perspectivas e do significado da organização em suas vidas. Elas referem-se ao MIQCB como “uma luz que clareou suas mentes” (Entrevistada 02).

Sobre a formação política que recebem por meio da Organização, elas dizem:

Esse movimento para nós é uma escola em que cada dia nós aprendemos algo novo, se tornou um espaço educativo, político, social, cultural e que pra nós, hoje, é um movimento que tem a cara do Brasil. Tem mulheres que não podem vir aqui, porque a ATER (O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária) é a perna do movimento, mas que não tem condição de trazer todas as mulheres, de levar pra Brasília pra um encontrão, todas as mulheres pra uma capacitação, mas elas são representadas por nós, por esse conjunto de 24 mulheres que forma essa coordenação (Entrevistada 02).

Elas incorporam uma terminologia¹⁴, muito usada para designar o fato de que agora, têm participação e tomam as decisões, é o “*empoderamento*”. Sentirem-se empoderadas, é uma forma de retratar o antes e depois de suas vidas a partir da participação no MIQCB.

Buscando a origem da palavra empoderamento, verificamos que é uma palavra de origem inglesa (*Empowerment*) que significa dar poder a alguém para realizar uma tarefa sem precisar da permissão de outras pessoas. Para o educador Paulo Freire, a pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza, por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer. Assim empoderamento significa conquista, avanço e superação por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo) e não uma simples doação ou transferência por benevolência, diferente do termo inglês que transforma o sujeito em objeto passivo (SCHIAVO E MOREIRA, 2005).

“*Empoderamento*”, para as mulheres do movimento é um termo que referencia uma consciência de si

Antes a gente não aparecia, quando chegavam as pessoas a gente tinha vergonha e medo de dizer: “eu trabalho”. Perguntavam: você trabalha? Não eu não trabalho, não tinham isso como trabalho, este trabalho da gente. Eles estavam lá na roça, nossos maridos, e nós estávamos quebrando coco, enchendo água, limpando a casa, cuidando de menino, fazendo a comida, lavando a roupa e ainda ia prá roça com ele, mas a gente não dizia que trabalhava... Eu cuido da casa, eu não trabalho não, quem trabalha é meu marido. E o marido sempre por perto prá ver se dizíamos que trabalhávamos. Então, esse movimento prá nós foi um empoderamento, uma forma da gente conhecer nossos direitos. Para mim é melhor do que uma faculdade, porque uma pessoa formada só vai trabalhar em uma comunidade ganhando salário, e nós não, nós trabalhamos na comunidade com a formação e informação para mulheres com ou sem dinheiro, então isso prá mim eu considero até melhor do que uma faculdade é um empoderamento, nós nos empoderemos” (Coordenadora regional).

¹⁴Terminologia, em sentido amplo, refere-se simplesmente ao uso e estudo de termos, ou seja, especificar as palavras simples e compostas que são geralmente usadas em contextos específicos. Terminologia também se refere a uma disciplina mais formal que estuda sistematicamente a rotulação e a designação de conceitos particulares a um ou vários assuntos ou campos de atividade humana, por meio de pesquisa e análise dos termos em contexto, com a finalidade de documentar e promover seu uso correto

Paulo Freire criou um significado especial para a palavra empoderamento no contexto da filosofia e da educação não sendo um movimento que acontece de fora para dentro, mas sim um movimento pela conquista. O *empoderamento* na qual as mulheres do movimento se referem é esse considerado por Paulo Freire, onde muda o olhar que elas têm de si mesmas e do cotidiano em que vivem, oportunizando a participação delas em espaços de decisões e de consciência social dos seus direitos. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular em que se encontram, até atingir a compreensão de um conjunto mais abrangente de relações sociais.

Para Cecília Sardenberg (1994, p.84) a expressão empoderamento não possui um conceito definido. A autora afirma que:

Nem mesmo entre as diferentes agências de cooperação internacional existe consenso quanto ao que seja empoderamento, tampouco no que se refere aos processos e ações que, de fato, contribuem para tanto, e quais indicadores nos instrumentam melhor na mensuração e avaliação desse processo em instâncias específicas.

Para as mulheres do MIQCB essa expressão “empoderamento” se traduz em conseguirem ter uma atividade financeira que as caracterizam como trabalhadoras; quando possuem uma renda para ajudar no sustento da casa; quando conseguem dialogar com o marido a saída de casa para participação em eventos do movimento. Porém, discussões sobre o projeto político ideológico para as mulheres passam despercebidas no discurso das coordenadoras regionais. Fato que corrobora o distanciamento da categoria emancipação e “empoderamento”, uma vez que – como já mencionamos – para Saffioti (1987) emancipação feminina não poderá ocorrer no capitalismo, pois este ou alija ou insere precariamente o contingente de mulheres de acordo com as necessidades que este sistema tem para se reproduzir.

Algo nos inquieta nessa relação ONGs de mulheres e movimento feminista: podemos considerar essas organizações como parte do movimento feminista? Elas têm representatividade nesse movimento? Pode se considerar um movimento feminista aquele que tem como objetivo o papel e condição da mulher na sociedade e isso ultrapassa a geração de emprego e renda e de equipamentos públicos de atendimento à mulher. Não são expressões das quais a condição da mulher é exatamente o sujeito. Deixando para traz as questões de violência, desigualdades e violação de direitos das mulheres.

ROCHA (2011, p.5) em sua pesquisa realizada sobre organizações de mulheres no município de São Luís defende a tese que:

As organizações de mulheres pesquisadas não se configuram como expressões dos movimentos feministas. Caracterizam-se como parte dos movimentos sociais urbanos, entendidos como movimentos sociais que emergem de lutas urbanas ligadas à reivindicação de bens, equipamentos, meios coletivos de consumo, enfim, a luta por melhores condições de vida nesse espaço.

As organizações surgem como alternativa para geração de emprego e renda para as mulheres das camadas populares de forma cooperada. Empreendem projetos de confecção de produtos de todas as espécies de caráter artesanal e incitam o empreendedorismo de forma fracionado e fragilizado, pois entendemos que essas organizações de mulheres não oferecem condições cabíveis de competição no mercado, atendendo a um discurso neoliberal de “autonomia financeira”, destituindo do Estado o dever de assegurar os direitos dessa categoria desassistida e assumindo o seu lugar na implementação de políticas públicas.

Muito embora não se denominassem como ONGs, o perfil dessas organizações ou “movimentos” se evidencia como tal. Executam e empreendem programas e projetos em parceria com o estado e instituições financeiras, posicionam-se como mantenedoras da ordem social. Não se observa em suas pautas de discussões, tampouco em seus discursos as motivações político-ideológicas que as possam caracterizar como um movimento feminista.

A inserção das ONGs na base de organização dos movimentos tem provocado um distanciamento entre a discussão e a prática da militância dos movimentos aonde as pautas de discussões políticas e de direitos vêm sendo substituídas pelo gerenciamento das ONGs com seus projetos pontuais que tem como objetivo atenuar as lutas de enfrentamento ao Estado e ao sistema econômico já estabelecido, em detrimento da garantia de direitos dessa população desassistida com financiamento de organizações governamentais e financeiras, gerando corporativismo e cooperativismo dentro desses movimentos, causando um distanciamento entre o discurso e prática.

As ONGs estão inundadas da ideologia dominante e na medida em que apresentam propostas de desenvolvimento produtivo e emancipação feminina, tornam-se co-participantes da ideologia hegemônica, uma vez que, não se tem condições de libertar, de emancipar e de manter um modelo econômico de produção alternativo ao modelo de produção capitalista. O desenvolvimento tão sonhado pelas ONGs é o fator predominante dos projetos executados pelas organizações femininas. Na visão dessas instituições, a subalternidade, o preconceito e a falta de

liberdade frequentemente vivida por mulheres, podem ser superados por meio de projetos desenvolvimentistas idealizados pelas agências de cooperação e implementados por elas - as ONGs.

As Organizações Não Governamentais exploram projetos de empreendedorismo, muitas vezes, sem condição de competir no mercado, estimulando as trabalhadoras a integrar grupos produtivos, acessando linhas de créditos como estratégia de empreender e atingir o desenvolvimento local. Porém, as estratégias de venda dos produtos muitas vezes tendem a falência, pois o valor de venda dos produtos no atacado não tem condições de superar o do mercado, não tendo saída, gerando estoque e endividamento das mulheres. Pois, de todos os empreendimentos do MIQCB – organizados por mulheres e idealizados por ONGs – que visitei, no Maranhão, enquanto pesquisadora da economia solidária apresenta peculiaridades como estas apresentadas neste trabalho. Isto nos leva a crer que o discurso e a prática de emancipação têm andado distintamente. Fatos que descreveremos no capítulo seguinte.

3. CAPÍTULO III: O MIQCB E SEUS ASPECTOS ORGANIZATIVOS E O PROCESSO DE ONGZAÇÃO DO MOVIMENTO.

Neste capítulo analisaremos o discurso e a prática do MIQCB no projeto de autonomia e participação política das mulheres. Buscamos identificar o momento de transfiguração do movimento em ONG e analisar o papel do assessor dentro do movimento e no que isto reflete na autonomia das militantes.

3.1. Terra de babaçu e campo de conflito: a luta das mulheres quebradeiras de

coco pelo babaçu livre.

O babaçu é uma palmeira nativa brasileira encontrada ao sul da bacia amazônica, onde a floresta úmida cede lugar à vegetação típica dos cerrados. Seu produto de maior valor mercantil e industrial são as amêndoas, mas todo o fruto pode ser aproveitado. É a terceira palmeira oleaginosa mais importante do mundo, nativa dos estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará e garante a subsistência de milhares de famílias que vivem da coleta do seu coco.

De acordo com Almeida (2001) são mais de 18 milhões de hectares do território brasileiro cobertos por florestas secundárias de palmeiras de babaçu. Nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará são mais de 300 mil mulheres extrativistas do babaçu.

A palmeira produz a cada florada em torno de 500 frutos por planta. Os frutos são em formato oval alongado, de coloração marrom claro e na palmeira ficam em cachos pêndulos. O fruto não é uniforme, varia de tamanho e a quantidade de amêndoas podendo pesar entre 90 e 300 gramas e apresentar desde duas até cinco amêndoas e suas partes de fora para dentro apresentam a seguinte composição percentual em peso: 11% de epicarpo, 23% de mesocarpo, 59% de endocarpo e 7% de amêndoa. Epicarpo – é a primeira camada de fibras; mesocarpo (amido) - com 0,5 a 1,0 cm de espessura; endocarpo - camada muito resistente que mede entre 2 e 3 cm de espessura; amêndoas - com 2 cm a 6 cm de comprimento e 1 cm a 2 cm de largura (ALMEIDA, 2001, P. 09).

As quebradeiras de coco babaçu no Maranhão fazem parte da paisagem natural das zonas rurais do Estado. Era comum ver nos quadros que retratavam as paisagens, uma mulher em baixo de uma palmeira retirando o coco babaçu para seu sustento. Com a expansão da pecuária e outros interesses conflituosos pela terra na região, essas mulheres saíram dos quadros e passaram a ter uma postura ativa diante da sociedade. A partir da segunda metade da década de 1960 se iniciou um processo de enfretamento pelo acesso as áreas de ocorrência de babaçu, que havia sido cercada e apropriada por fazendeiros e agropecuários. Neste momento, as mulheres quebradeiras de coco começam a se organizarem com o intuito de fortalecer a luta pelo acesso aos babaçuais. Num primeiro momento essas mulheres se organizam nos povoados em que residem e vivenciam conflitos de ordem econômica, política e ecológica; pois, elas lutam pela preservação dos babaçuais, com suas amêndoas, como parte da subsistência de suas famílias.

A atividade extrativista do babaçu ocorre em situações sociais distintas, assim identificadas internamente pelo MIQCB:

Existem as Quebradeiras de coco “sem terra” e aquelas com acesso à terra garantida. Sem terras são aquelas que não possuem acesso direto aos

recursos naturais, podendo residir nas chamadas “pontas de rua” das cidades ou povoados ou mesmo nas “beiras de estradas” entre a faixa das rodovias e a cerca das fazendas. As quebradeiras com acesso à terra garantido, são aquelas que se encontram em áreas de babaçu cobertas de palmeiras, ou com maior ou menor intensidade, em áreas desapropriadas pelo INCRA, adquiridas pelos órgãos fundiários estaduais ou por conta do próprio trabalhador. Tratam-se, ainda, de posses consolidadas há anos, terras de herança partilhadas ou não, arrendadas ou pagando foros (MIQCB, 2014, p.02).

As quebradeiras de coco “sem terras”, foram as que se mobilizaram para a frente de luta contra os latifundiários e foram agregando as “com terras”. A concentração fundiária originou muitos conflitos, no Maranhão. As trabalhadoras extrativistas do babaçu e suas famílias se sujeitavam aos donos dos barracões, que as obrigavam a quebrar os cocos na própria fazenda e a vendê-los aos seus proprietários, os quais adulteravam os pesos e medidas a seu favor. Essa condição gerou descontentamento entre as quebradeiras o que originou a luta contra a adulteração dos pesos e das medidas na venda da amêndoa do babaçu. As extrativistas se negavam a vender os cocos aos donos dos barracões, que não pagavam preço justo.

Essa situação acendeu intensa disputa entre os proprietários e as quebradeiras, estas acusadas de furto de babaçu. Desse embate a justiça concedeu-lhes o direito de vender o coco a quem lhes favorecesse, consoante disposição contidas na Lei nº 4.504/64(Estatuto da Terra).

Deste modo fazendeiros passaram a proibir o acesso livre das mulheres para colher os frutos da palmeira em suas fazendas, criando cercas elétricas, demandando ordem aos seus empregados para atirar contra as quebradeiras que ousassem avançar os limites demarcados pelas cercas. Além disso, houve grande devastação das matas onde predominava a palmeira de babaçu para dá lugar aos pastos para búfalos e o avanço da agropecuária.

Nesse contexto, de cerceamento das terras e dos babaçuais, as terras na região do Médio Mearim, lugar de origem dos conflitos, a maioria dos babaçuais estava em terras de domínio privado, cujo processo se acentuou com a edição da Lei Nº 2.979/69 (Lei de Terras do Sarney). Essa lei leiloou as terras públicas do Estado e as entregavam a amigos e sócios da família Sarney, ao mesmo tempo, moderniza a infraestrutura. Barbosa (2004, p.03) caracteriza esse processo como Maranhão novo:

O "moderno" aparece como sinônimo de um aparelho burocrático racional e de uma nova ordem político-administrativa voltada para a construção de um

projeto para o Estado. Esta política do desenvolvimentismo teve o seu ponto alto com a criação da SUDEMA (Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão), que se constituiu no espaço de convergência das várias ações do governo (configurada numa infra-estrutura moderna de transportes, construção do porto e modernização conservadora de uma estrutura fundiária, todo este pacote apresentado como condição do desenvolvimento do Estado).

Essa disparidade, na divisão de terras, é a gênese de grandes conflitos que causou a morte de muitas mulheres extrativistas que na busca pelo coco, em terras ditas “privadas”, elas foram assassinadas por jagunços e eletrocutadas por cercas elétricas colocadas nos limites da fazenda.

Diante do avanço das famílias, em meados dos anos 1980, os proprietários, em represália, passaram a derrubar as palmeiras, inicialmente com machado e, depois, com máquinas. Nesse momento, a rebelião se espalhou, atingindo toda uma região. Estava instalada a luta não apenas pelo acesso aos palmeirais, mas pela terra. Instaurava-se uma verdadeira guerra envolvendo, de um lado, as famílias camponesas e seus aliados, principalmente a Igreja Católica e, de outro, proprietários de terra, pistoleiros, vaqueiros, delegados de polícia, políticos. Aconteceram ataques a povoados, prisões, mortes de ambos os lados. Homens e mulheres se movimentavam, elaborando estratégias de resistência, dividindo-se para enfrentar a luta pela sobrevivência e a guerra contra os proprietários. Nesse momento surge a *quebradeira de coco* como sujeito coletivo, muito embora a luta tenha envolvido mulheres, homens, jovens e crianças, como resultado de estratégias de resistência postas em prática pelo conjunto das famílias (ANDRADE, 2005, p. 06).

A relação entre as famílias extrativistas e os proprietários da terra foi ficando mais densa e o acesso aos babaquais foram cerceando e, nessa correlação de força, quebradeiras eram obrigadas a vender o coco aos proprietários da terra e consequentemente desvalorizava o fruto do seu trabalho

O mesmo se processa nos Estados onde existe a prática extrativista do coco babaçu. No Piauí, a dinâmica de concentração de terras se deu de forma similar a do Maranhão originando conflitos entre antigos ocupantes e os ditos proprietários. As trabalhadoras extrativistas do babaçu passavam pela mesma relação de submissão aos fazendeiros, sendo obrigadas a quebrar o coco no interior da fazenda e vendê-los a baixo custo.

Em Tocantins, na região denominada Bico do Papagaio, as disputas envolvem a luta pela posse da terra que aprofunda os problemas que atingem as trabalhadoras extrativistas, na busca pelo acesso e uso comum do babaçu, proibição de derrubadas de palmeiras e comercialização de seus produtos.

No sudeste do estado do Pará, nos municípios de Palestina e Brejo Grande, as quebradeiras de coco sem-terra exerciam a atividade extrativista do babaçu para produção do azeite – pois não havia compradores de amêndoas na região – e

cultivavam em terras alheias ao seu domínio dentro de um sistema de meia¹⁵ ou pagamento de foro¹⁶. Num segundo momento, final da década de 1980 e início de 1990, as quebradeiras de coco dos quatro Estados: Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará, começaram a se reunirem para discutirem os problemas e as propostas de melhoria no trabalho. Em 1991, a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, antiga identidade do movimento até 1995, organiza o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís.

A organização dessas mulheres provoca a ampliação da articulação política, fazendo com que conquistem espaços em outras organizações de âmbito nacional e assim construindo uma nova forma de se relacionar, sobretudo, valorizando as relações que transcendem ao quadro natural das áreas de ocorrência de babaçu e ampliando os laços de solidariedade.

No primeiro encontro, eu lembro, a gente chorava horrores, porque a gente nunca tinha tido um espaço prá se encontrar, tantas mulheres fazendo a mesma atividade, tinha gente que era a primeira vez que tinha vindo na capital do estado, outras choravam porque não sabiam se o marido ia querer ela de volta, e ela mesmo assim disse que vinha porque precisava conhecer esse espaço, então, todas nós enfrentamos um desafio muito grande prá participar daquele primeiro momento. (entrevistada 01).

O choro quando nos encontramos era também porque descobrimos que o sofrimento que a mulher lá da baixada maranhense passava era o mesmo que lá no médio Mearim nós vivia, a luta era a mesma, ela só mudava de lugar, mas o sofrimento era o mesmo (Entrevistada 03)

De acordo com o MIQCB, cerca de 300 mil mulheres agricultoras dos estados do Norte e Nordeste são quebradeiras de coco de babaçu e depende dessa atividade para complementar a renda familiar. As ameaças ainda são muitas, desde a interdição ao acesso às palmeiras, a queima, o envenenamento das palmeiras e seus frutos, até a concorrência com indústrias de produtos oleaginosos. Cada região onde ocorrem os babaçuais sofre com um tipo de devastação diferente. O avanço da pecuária bovina e bubalina tem como efeitos imediatos a derrubada das palmeiras para dar lugar ao pasto. Estas trabalhadoras ainda sofrem diversas formas de exploração e constrangimentos. Embora a luta seja constante, a cobrança por metade dos cocos coletados e a compra das amêndoas por atravessadores que

¹⁵Diz-se do agricultor que trabalha em terras que pertencem à outra pessoa. Em geral o **meeiro** ocupa-se de todo o trabalho, e reparte metade de sua produção com o dono da terra.

¹⁶A origem do foro remete à Grécia, sendo regulamentados por Justiniano em Roma (como a maioria dos institutos jurídicos clássicos), se tratando de instrumentos bastante utilizados no período da Idade Média, aonde o proprietário da terra ou imóvel atribuía a outrem o domínio útil, ou seja, a sua utilização, cobrando deste uma contraprestação em moeda ou serviços.

revende para as indústrias de sabão e óleo, além de ameaças de morte ainda são vivenciados por quebradeiras nos dias atuais.

Essas condições geram uma constante preocupação do movimento quanto à manutenção do trabalho dessas mulheres, por isso uma das principais bandeiras de luta do movimento é a aprovação da Lei do Babaçu Livre – nos âmbitos Federal, estadual e em todos os municípios onde existe a palmeira de babaçu. Em 1997 essa lei foi aprovada pela primeira vez no município de Lago do Junco - MA. Em 2008, a Lei estadual foi aprovada e hoje é implementada em nove municípios do Maranhão. A luta do movimento é ampliar esse debate para que mais municípios sejam contemplados com a Lei do Babaçu Livre e que a Lei Federal, que está tramitando no Congresso desde 1995, seja aprovada. A lei visa garantir o livre acesso e o uso comum das palmeiras de coco babaçu às quebradeiras de coco e suas famílias mesmo em área de fazendas. Os artigos estabelecem multas e punições para quem derrubar, cortar, ou envenenar os babaçuais e determina que a fiscalização seja realizada por entidades representativas da classe dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e pelo MIQCB.

Num segundo momento, as quebradeiras de coco babaçu se mobilizaram em busca do processamento e comercialização do coco babaçu, agregando valor as amêndoas, processando óleo, fabricando sabonetes e vendendo carvão, organizando cantinas comunitárias e feiras ecológicas, com o objetivo de contrapor os preços pagos pelos atravessadores e comerciantes, colocando seus produtos no mercado e relacionando-se, diretamente com as indústrias de óleos, sem intermediários, nem mesmo os maridos, que agiam como uma espécie de atravessador do seu trabalho. Como podemos conferir no depoimento abaixo

A gente lembra que nos anos 90, que a gente passava o dia inteirinho quebrando o coco e quando chegava no final do dia nós não tinha o direito de ir no comércio vender nosso coco, quem ia vender era o marido, e lá, muitas vezes, quando ele era bebedor de cachaça bebia todo o dinheiro daquele babaçu, e hoje a gente se empoderou desse direito: sou eu que quebro meu coco, sou eu que tenho que vender, sou eu que tenho que pegar esse dinheiro. (Entrevistada 03)

O objetivo principal do Movimento é que as demandas dessas mulheres sejam discutidas, legitimadas pelo poder público e incorporadas nas agendas governamentais. Nesse sentido, em 1993, acontece o II encontro interestadual das quebradeiras de Coco Babaçu, em Teresina, privilegiando as discussões em torno das experiências econômicas desenvolvidas pelos diferentes grupos de quebradeiras de coco babaçu.

Já em 1995, o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) se institucionaliza, o qual está, segundo as militantes, possibilitando até hoje sua organização. O movimento, agora institucionalizado foi sendo construído e trazendo consigo um novo olhar para as quebradeiras.

Ainda nos anos 90, quando a gente estava brigando pelo babaçu de pé, a gente tinha coragem de ir brigar com os donos da terra, de enfrentar os jagunços que estavam nos oprimindo na luta pela terra e agente com isso foi aprendendo e hoje, no movimento, a gente conta essa história bem diferente dos anos 90 (Entrevistada 02).

A ação do Movimento está voltada para a mobilização de representantes de governos federal, estaduais e municipais para debater alternativas de desenvolvimento para as regiões de babaçuais, buscando garantir o controle das áreas e da produção, agregando valor aos produtos e visando a competição no mercado (Araujo, 2009).

O reconhecimento da produção do babaçu pelas extrativistas possibilitou a estas trabalhadoras entrarem na cadeia produtiva. Porém, as disputas com as grandes indústrias de sabão e óleo vegetal, o avanço do agronegócio e a precarização do apoio do poder público ameaçam a permanência das comunidades tradicionais onde vivem as quebradeiras de coco babaçu.

3.2. A transfiguração do MIQCB: da inserção na cadeia produtiva à institucionalização.

O uso do babaçu compreende desde o consumo interno do produto até sua comercialização: as palhas cobrem casas, os talos fazem cercas, da palmeira morta usam o adubo, das amêndoas produzem o azeite e o leite para temperar os alimentos, da casca se faz carvão renovável e com o mesocarpo (amido) preparam mingaus, bolos etc.

Para chegar até o babaçu, as quebradeiras utilizam animais de carga, bicicletas, carroças etc. Localizado o babaçu, parte-se para sua coleta manual com o auxílio de jacás — instrumentos feitos com talos do próprio coco — utilizados para auxiliar o carregamento em animais, e o côfo — depósito feito da palha do coco utilizado para carregar na mão ou mesmo na cabeça.

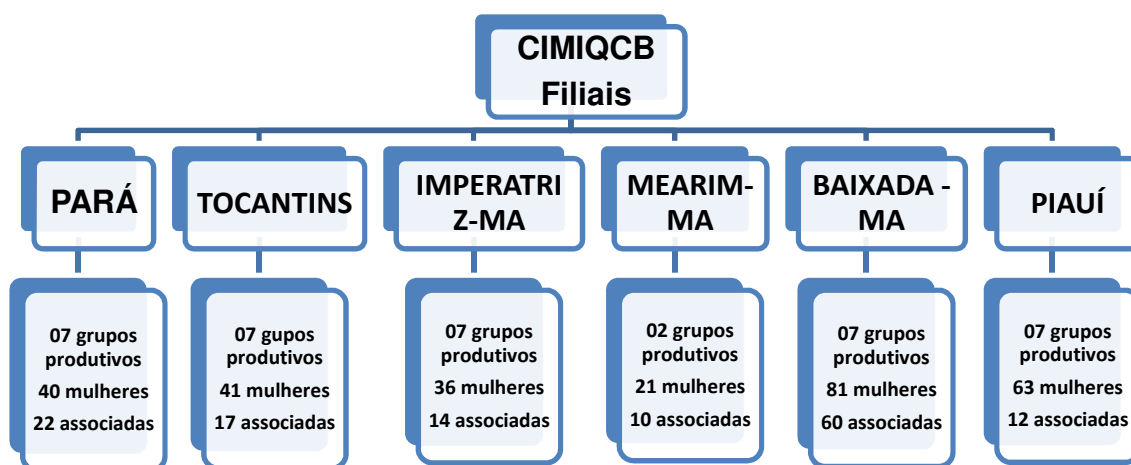
As quebradeiras de coco vêm conquistando espaço no mercado, para isso foi criada uma Cooperativa de comercialização dos seus produtos a nível nacional e internacional.

Na relação com o mercado elas comercializam as amêndoas utilizadas pelas indústrias de óleos, margarinas, sabão, cosméticos, material de limpeza, diversos artesanatos produzidos da palha e do endocarpo, o mesocarpo tanto é usado como complemento alimentar como em produtos de cosméticos, a casca e o endocarpo são cobiçados pelas empresas para produção do carvão e de energia limpa.

Aos poucos as mulheres foram agregando valor aos seus produtos e inserindo-os no mercado. Esse processo de beneficiamento se deu graças a atuação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB e da Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu – CIMQCB. Essa Cooperativa¹⁷ é a reunião de grupos produtivos que organiza as quebradeiras de coco visando o aproveitamento integral do coco babaçu e a comercialização de seus subprodutos.

A organização da Cooperativa segue a lógica da inserção do MIQCB: em São Luís está localizada a sede e se distribui em seis filiais: São Domingos do Araguaia, no estado do Pará; São Miguel, no estado do Tocantins; Esperantina, no estado do Piauí; Imperatriz, Pedreiras e Viana no estado do Maranhão. As seis filiais contam com 135 associadas membros de 37 grupos produtivos que trabalham com o beneficiamento do coco babaçu elaborando produtos e artesanatos.

A rede de grupos produtores está distribuída da seguinte forma:



Fonte:

Fonte: site do MIQCB, 2017.

¹⁷Criada em dezembro de 2009 terá seu registro oficial apenas em abril de 2011.

A CIMIQCB já teve fortes aliados e parceiros comerciais: Organizações multilaterais e programas governamentais tiveram um papel importante para a consolidação da cooperativa. Os primeiros apoiadores foram: União Européia e o banco de desenvolvimento alemão KFW; a cooperativa recebeu um apoio do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) por meio do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS), que visava o fortalecimento da organização, à formação técnica e à melhoria das estruturas produtivas.

*O MIQCB já tem a **cooperativa** e claro que ela comercializar, tem que vir os produtos das unidades produtivas. Na verdade, antes de existir as unidades, nós já produzía nosso azeite, e com a necessidade de capacitação e com as questões das exigências sanitárias, nós precisávamos ter os espaços de produção mais organizado, daí, veio a luta do MIQCB por espaços mais adequados para a produção. As **unidades produtivas** são organizações locais, informais, porque nós temos a cooperativa que somos associadas, e lá nas unidades nós decidimos o que vamos produzir: se é azeite ou mesocarpa, ou sabonete etc. Através dos nossos espaços de produção nós já temos conseguido também participar das feiras nos municípios, adentrar os programas institucionais como o PAA e o PNAI (Entrevistada 01)*

A cooperativa — daí a necessidade da institucionalização — facilita às quebradeiras o acesso aos programas governamentais de distribuição de alimentos, aos projetos de organizações não governamentais de desenvolvimento comunitário e também a oportunidade de serem assessoradas por Leis e diretrizes que dão sustentabilidade para o extrativismo no Brasil. A PGPM Bio (Política de Garantia do Preço Mínimo para Sociobiodiversidade), é uma dessas leis que tem subsidiado o extrativismo do babaçu nessa região:

Aqui no Maranhão, o extrativismo subsidiado é do babaçu, e é aí que a PGPM Bio nos cobre. Mas antes de nós, outros grupos no Maranhão já acessavam essas políticas, mas aí a gente vai trabalhando com o governo Federal em mesas de debates, para que o governo emita medidas pra desburocratizar essas políticas, então, assim, o MIQCB tem um trabalho lá na ponta, mas agente é obrigado a correr por passar por essa burocratização. São 3 regionais no Maranhão (Médio Mearim/Cocais, Imperatriz e Baixada maranhense), com quatro coordenadoras em cada regional, uma delas é executiva, que é a que corre atrás das articulações e as outras ficam nas bases. As regionais possuem espaço físico, porém não é próprio, ou é de parceiros ou alugado, em que elas se articulam, com um pequeno escritório e uma moto a disposição. E cada regional possui uma assessora (Entrevistada 03).

A Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) é uma das ações de incentivo do governo federal às quebradeiras de coco babaçu e outros extrativistas¹⁸.

¹⁸Hoje, o preço mínimo do quilo da amêndoa de babaçu pela PGPM-Bio está estabelecido em R\$ 2,87, elas vendiam a R\$1,40. Com a PGPM-Bio, a Conab paga a diferença direto para as mulheres,

Em setembro de 2016, foi instituída uma mesa de Diálogo entre o Ministro do Meio Ambiente¹⁹ com as Quebradeiras de Coco Babaçu para proposição, articulação, execução e monitoramento de políticas públicas e ações socioambientais²⁰.

Na década de 1990 o extrativismo do babaçu era feito de forma artesanal: desde a retirada do coco, nas palmeiras, até chegar ao consumidor final a produção era feita manualmente. As mulheres adentravam a mata para colher o coco em seus côfos de palhas – feitos da palha da palmeira de babaçu – e descarregavam em seus quintais para quebrar o coco com o machado. Com a manceta (pedaço de pau), dão um golpe violento sobre o coco na direção do machado afiado para abrir o endocarpo (casca rígida que envolve o coco). Era muito esforço despendido na produção. Muitas se aposentavam cedo devido aos impactos na saúde, principalmente, problemas nas vértebras lombares por causa do esforço excessivo e a posição²¹ que elas ficam para quebrar o coco.

Com o reconhecimento da importância dessa produção para a economia do estado, muitos investimentos por meio de captação de recursos de organizações internacionais e secretarias de estado, para compra de maquinários – forrageira; forros elétricos; trituradoras de coco, canoas e carros de boi para a coleta do coco – que potencialize a produção e incentive a cadeia produtiva do babaçu e tendo o MIQCB como intermediário, esses recursos chegam às associações de Quebradeiras.

Antes, a gente vivia era num cativoiro, tinha que quebrar o coco era roubado, e ainda hoje tem lugar com cerca elétrica, mas a gente tá lutando prá quebrar essas correntes, hoje nós sabe buscar meio de vida para nossas famílias, tanto na saúde como nas políticas públicas e com muita briga [...] nós lutamos na defesa da palmeira, porque é de lá que a gente tira nosso sustento, porque lá onde existe uma palmeira existe uma quebradeira, e nós leva projetos prá essas mulheres ter um desenvolvimento na sua produção, porque hoje a gente tem as máquinas que ajuda muito, quem que ainda quer pisar o coco no pilão? Ah! Deus o livre! Porque antes era muito triste a vida das quebradeiras, agora tem a forrageira prá fazer o nosso serviço. A única coisa que nós ainda não

conforme o pedido, por meio de apresentação da nota fiscal e do Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP).

¹⁹ Responde, hoje, pelo Ministério, Sarney Filho, no governo instalado após o Impeachment da Presidenta eleita, Sra. Dilma Rousseff.

²⁰ Por meio da Portaria nº 418, de 22 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, o diálogo entre governo e quebradeiras sai fortalecido e vai promover o diálogo entre o movimento e o governo federal e estadual, com o objetivo de discutir iniciativas de apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva do babaçu, extraído de maneira sustentável por essas mulheres.

²¹ Sentadas ao chão e sem apoio nas costas elas chegam a passar sete horas na mesma posição. Isso tem impacto diretamente na produção, como o preço justo do coco ainda não está estabelecido a todos os grupos de quebradeira, elas são obrigadas a passar mais tempo produzindo, quebrar mais coco para a venda e garantir um pouco mais de renda para a família.

achamos jeito foi de se livrar todas as mulheres da quebra do coco no machado (Entrevistada 04).

Em meados da década de 1930, segundo Barbosa (2007) houve uma tentativa de criação de uma máquina de quebrar o coco no intuito de ganhar tempo e lucro. O projeto era quebrar 100 cocos em dois minutos na máquina em vez de quebrar dois manualmente e, assim, substituir o trabalho das quebradeiras pela máquina, reduzindo-as a meras coletoras na cadeia produtiva do coco babaçu, sendo facilmente substituídas por outros trabalhadores. Porém, essa máquina não era de fácil manuseio e tinha alto custo no mercado.

Com o intuito de facilitar o trabalho das quebradeiras, aumentando a produção nas cooperativas e diminuindo os danos causados à saúde dessas mulheres pela quebra do coco manual o Departamento de Agricultura da Universidade Estadual do Maranhão desenvolveu uma tecnologia, que, mesmo assim, continua inacessível para a maioria das quebradeiras. De acordo com declarações do professor, o invicto da máquina custou 50 mil reais e estima-se que, consumido em larga escala, chega ao mercado entre 35 e 40 mil reais. No entanto, nenhuma das unidades produtivas

Esse incremento na produção do babaçu atinge diretamente toda cadeia produtiva, uma vez que as quebradeiras quebram mais coco em larga escala com o maquinário e impulsiona as grandes indústrias de sabão no Maranhão que são abastecidas pelo coco babaçu. A realidade é que a produção dos derivados do coco para a cooperativa de mulheres quebradeiras de coco é bem menor do que a grande parte desse coco – quebrado primitivamente – vai parar nas indústrias maranhenses. Portanto, era “necessário” aparato técnico para impulsionar a economia do Estado.

Com a entrada do produto no mercado gerou muita especulação entre organizações nacionais, internacionais e secretarias de estado que tinham interesse em investir nos produtos derivados da amêndoa e do endocarpo.

O MIQCB possui uma equipe gestora da cadeia produtiva do babaçu, a qual é responsável pelas discussões e articulações a respeito de um projeto de apoio a venda do coco babaçu nos quatro estados em que o movimento atua. De acordo com o informativo bimestral Pindova (2009) esses projetos envolvem os grupos produtivos e as organizações de apoio e comercialização nas regiões e dá apoio a produção extrativista. A seção de fotos dispostas abaixo descreve, respectivamente,

o processo de coleta, transporte, quebra, beneficiamento e comercialização dos produtos derivados do coco babaçu:



No fluxograma do processo de produção e beneficiamento do babaçu:

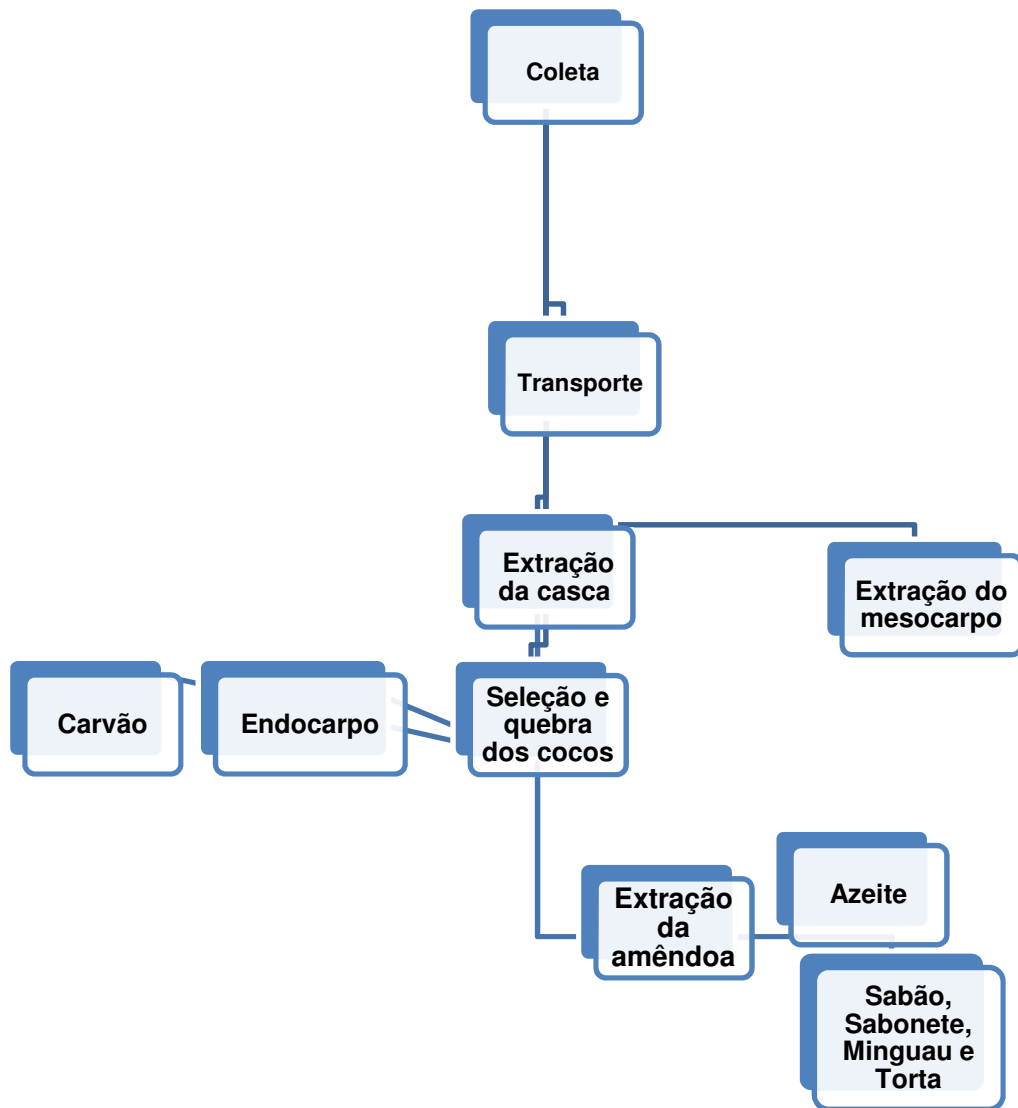


Figura 1: Cadeia produtiva do babaçu.

Fonte: Site do MIQCB (2017)

Esse processo pelo qual passa a produção, das quebradeiras, muitas vezes não é visionado por elas. A comercialização de seus produtos feitos via cooperativa, por exemplo, é um processo gerenciado por assessores e técnicos do MIQCB que, na sua maioria não são quebradeiras de coco. A prova disso é que a presença de um assessor junto às quebradeiras é tão “natural” quanto a sombra das palhas das palmeiras que envolvem essas mulheres no cenário dos babaçais.

O papel do assessor regional é tido como técnico, nós dizemos que somos técnicas de políticas, nós somos assessoras que acompanhamos e fazemos acontecer esse processo. De tudo fazemos um pouco, desde acompanhar as mulheres nas formações até na quebra do coco no mato, elaborar projetos e acompanhar esses projetos nas comunidades, realizar seminários com elas, viajar por onde elas forem representar o movimento e responder por elas nas três instancias: municipal, estadual e federal. Então, nosso

papel, também, não é só estar no escritório, somos assessoras do campo. Acompanhamos seus filhos em programas de educação e formação nas comunidades. De tudo estamos presentes em todos os espaços que elas estão, somos companheiras (Entrevistada 06)

A autonomia das quebradeiras torna-se um tanto questionável quando verificamos, que hoje, na organização do MIQCB, elas não têm controle dessa transação que perpassa o coco babaçu. Elas saem das garras de seus maridos para o subjugo da burocratização da institucionalidade. Porque antes eram os maridos que se apoderavam do fruto do seu trabalho e comercializavam, agora, é a organização, personificada nos assessores técnicos e financeiros que operacionalizam esse processo, sem a participação efetiva das quebradeiras, desde a retirada do produto nas unidades produtivas instaladas nas comunidades, até o produto final com as exportadoras e compradores locais. Pois quando interrogadas sobre valores de financiamento, investimentos e o lucro real sobre os produtos, elas remetem as assessoras como detentoras desse conhecimento.

3.3. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu e o processo de organização movimento.

A sede do MIQCB está localizada em São Luís, na capital maranhense, onde começou a organização. No estado ainda há mais três regionais localizadas na Baixada Maranhense, no município de Viana; outra na região do Médio Mearim/cocais que fica no município de Pedreiras e; a outra localizada no município de Imperatriz²². A melhor infraestrutura entre as regionais é a do escritório do Médio-Mearim e consequentemente, uma maior participação das quebradeiras de coco. A sede possui a maior estrutura de recursos materiais e humanos que proporcionam a execução dos projetos do movimento. Os demais escritórios estão em prédios alugados ou emprestados de parceiros e movimentos locais. Cada um conta com três coordenadoras regionais, uma entre elas é coordenadora executiva e uma assessora técnica que trabalham na excussão e manutenção dos projetos nas regionais. Cada escritório possui: um computador com internet, uma moto para a realização de visitas nos povoados e mobília adequada.

²²O Maranhão é contemplado com uma quantidade maior de regionais que, de acordo com a assessoria do MIQCB, justifica-se pelo maior número de babaçuais e consequentemente maior número de quebradeiras de coco.

A sede conta, ainda, com pessoal capacitado para realizar monitoramento, prestação de contas e manutenção dos projetos financiados por instituições parceiras. A equipe é composta por uma coordenadora geral, uma coordenadora técnica, uma coordenadora administrativa, dois assistentes administrativos e uma secretária.

Em Tocantins, a sede regional do MIQCB está localizada na região do Bico do Papagaio, na cidade de São Miguel do Tocantins, região norte do Estado. O movimento atua em 07 municípios e 17 comunidades. A Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da região do Bico do Papagaio - ASMUBIP, que possui cerca de 300 sócias, é a principal parceira da regional do MIQCB no estado.

A regional do Pará fica localizada no Sudeste do estado, no município de São Domingos do Araguaia. O movimento atinge quatro cidades e cerca de oito comunidades.

No Piauí, a sede da regional fica no município de Esperantina, localizada na região Baixo Parnaíba, onde o MIQCB está presente em cerca de sete municípios e 18 comunidades. Nesses municípios, o MIQCB tem realizado trabalho de Capacitação de jovens das comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu, através da inserção nas atividades de adequação tecnológica da produção, comercialização da amêndoa e seus derivados.

Os projetos são desenvolvidos pelas regionais. Cada assessor regional, juntamente com as coordenadoras é responsável pela execução e manutenção das atividades previstas nos projetos e o assessor faz a prestação de contas à assessoria financeira do MIQCB, que fica na sede principal do movimento.

A prestação de contas financeiras dos assessores regionais é feita à sede do MIQCB em São Luís. O caixa sai da sede para as regionais e são divididos igualmente para as regionais ou de acordo as necessidades de cada regional, uma vez nós fazendo o trabalho, cada um tem seus itens de prestação de contas, então, nós prestamos contas com relatórios, fotos, e recibos de notas fiscais e na sede tem as seis assessoras que irão receber essas prestações de contas por regional e passar para as instituições parceiras. (Entrevistada 06)

O financiamento dos projetos do MIQCB é feito por meio de doações de grandes instituições financeiras, por instituições públicas e parceiros. A organização administrativa do movimento tem gerado grandes aportes de capitais financeiros. Hoje o MIQCB conta com grandes doadores como a Fundação Ford, ActionAid Brasil e Ministério do Meio Ambiente. Todo capital vai direto para o Fundo Babaçu— fundo do movimento que distribui esse dinheiro de acordo com as demandas que as

regionais enviam—. Cada regional (assessoras) têm que elaborar projetos bem estruturados com objetivos e formas de desenvolvimento e planos de custos bem definidos para conseguirem esse apoio financeiro. Elaboramos a figura abaixo para representar melhor a estrutura organizativa do movimento:

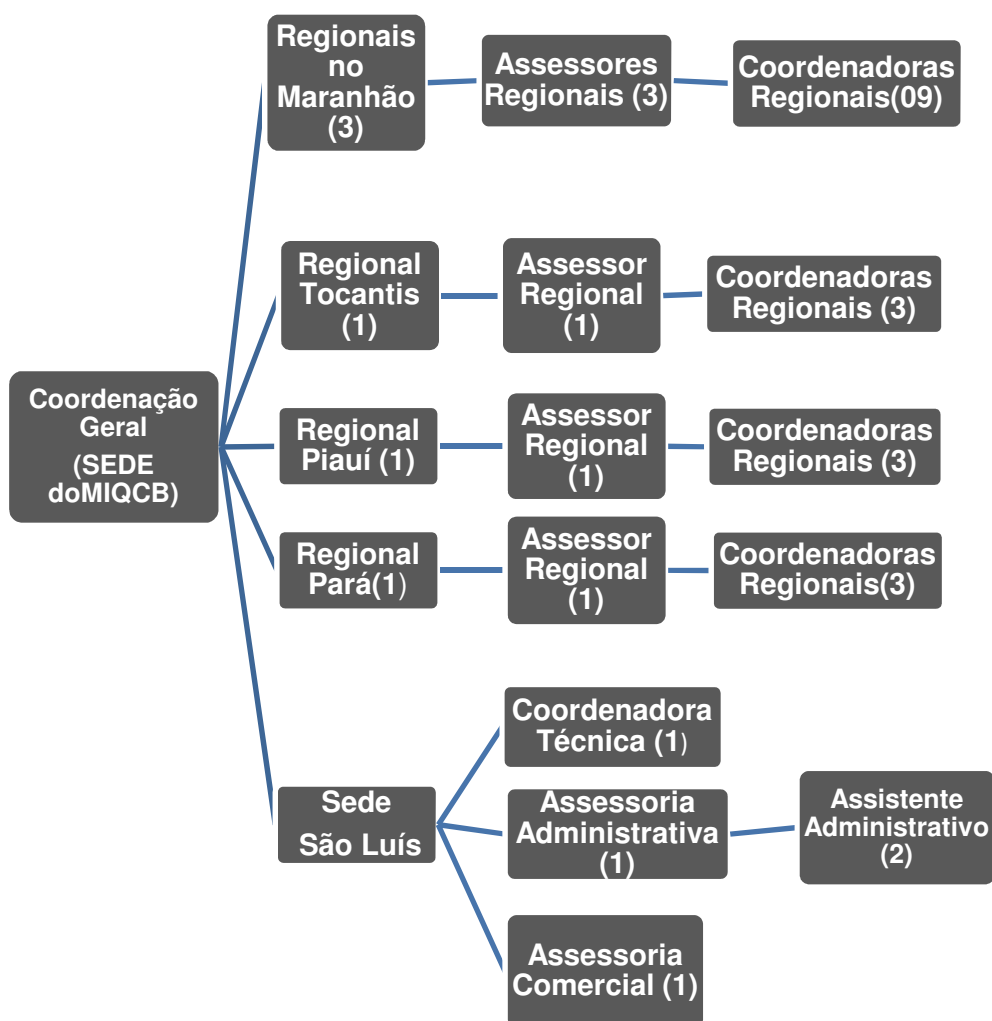


Figura 2: Estrutura organizativa do MIQCB.

A coordenadora geral faz a gestão da organização. Com ela trabalham uma assessora técnica, que cuida do planejamento técnico do movimento; uma assessora administrativa e dois assistentes administrativos, uma assessora comercial responsável pela comercialização dos produtos na cooperativa e uma pessoa responsável pelas contas.

Atualmente o movimento conta com o apoio financeiro da ActionAid Brasil, AEGRE— Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do desenvolvimento Agrário, CEX—Coordenadoria e AgroExtrativismo do Ministério do meio ambiente e outras secretarias estaduais. Com o financiamento da ActionAid Brasil, o MIQCB tem mantido projetos comunitários nas áreas de atuação das regionais e, também, mantém as publicações “Guerra Ecológica nos Babaçuais” e “Nova Cartografia Social da Amazônia”. Esses materiais, elaborados pelo antropólogo Alfredo Wagner de Almeida e sua equipe contém informações históricas e análises atuais do conflito entre quebradeiras de coco babaçu e os fazendeiros, donos das terras onde estão plantadas as palmeiras de babaçu.

Atualmente as entidades financiadoras são a Fundação Ford e a ActionAid, onde nós temos a oportunidade de desenvolver nas comunidades, atividades lúdicas de vínculos solidários com as crianças. E através desse projeto, uma parte via prá beneficiar as famílias dessas crianças, onde é feita uma transferência de renda de R\$ 500,00 (quinhentos reais) prá famílias que tem as crianças cadastradas nos projetos e a liderança da comunidade investe de acordo com a necessidade da comunidade (compra de filtros, compra de produtos prá participar de feiras solidárias, festas comunitárias, fazem roça da mandioca). Tem uma comunidade que faz a roça da mandioca e já desenvolveu bastante com o investimento financeiro do projeto com a produção de farinha (Entrevistada 06)

O Estado participa com o apoio logístico através de kits e assessoria técnica:

Nós temos como parceiro governamental SAF que é a secretaria estadual de agricultura familiar, que leva os agroquintais, ou quintais produtivos, onde nós temos as famílias que recebem os kits de irrigação e meios de produzir em seus quintais prá comercializar nas feiras – que em Codó acontece a cada 15 dias – já há dez anos em parceria do MIQCB com os agricultores e nós como assessores regionais estamos acompanhando todo esse processo (Entrevistada 06)

Além da manutenção do trabalho das mulheres quebradeiras de coco, por meio do livre acesso as terras onde estão plantadas as palmeiras de babaçu, o movimento tem como carro chefe as unidades produtivas. Trata-se de unidades de beneficiamento dos produtos derivados do babaçu que organiza as mulheres em forma de trabalho cooperativo. Em pequenas fábricas, o babaçu é transformado em óleo, farinha de mesocarpo e sabonete que são exportados para Europa e Estados Unidos.

As estratégias usadas pelo movimento para o acesso aos mercados por meio do trabalho nas Unidades Produtivas são: melhorar a qualidade dos produtos; agregar valor ao produto (coco); ter acesso ao mercado para comercializar os produtos; divulgar os produtos; organizar e aumentar a produção; apoiar a melhoria da qualidade de vida das quebradeiras; melhorar a renda das mulheres; gerar trabalho para as quebradeiras; elevar a autoestima; valorizar o trabalho da quebradeira, fortalecer a luta pela preservação das palmeiras; fortalecer a aprovação e aplicação das Leis Babaçu Livre; fortalecer a luta pelas Reservas Extrativistas do Babaçu;

promover o desenvolvimento da comunidade; garantir a sustentabilidade da família; permanência da família e das jovens na comunidade e valorizar o saber local (AZEREDO, 2009, p. 07).

O MIQCB tem executado projetos de ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental) em várias comunidades que promovem o acesso das famílias das trabalhadoras rurais ao crédito PRONAF, a realização de capacitações, orientações agroecológicas, comercialização, diversificação da produção e enriquecimento nutricional da alimentação. O objetivo desses projetos é incentivar, ainda, as mulheres a acessarem o PRONAFMULHER e a participarem ativamente das discussões e decisões sobre seus direitos e das políticas de desenvolvimento de suas comunidades.

O MIQCB possui outros parceiros regionais no Maranhão, é o exemplo da parceria com a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis - MA (COOPAESP) e com a ASSEMA (Associação Em áreas de Assentamento no Maranhão). A estruturação do Fundo Socioambiental das Comunidades Agroextrativistas do Babaçu lhe rendeu, em 2009, um contrato de venda entre a COOPAESP e a empresa NATURA.

O contrato estabelecia a venda de mesocarpo de babaçu pela cooperativa para a Natura que, durante três anos, repassaria um recurso, por acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional. Reconhecia, com isso, que o conhecimento de uso do mesocarpo de babaçu pertence às quebradeiras de coco.

No entanto, essa parceria com a Natura provocou sérios problemas²³. Conforme declarações do diretor da Cooperativa (COOPAESP) o produto foi desenvolvido pela NATURA usando o mesocarpo de babaçu, mas segundo a empresa o produto apresentava problemas técnicos em escala industrial. Por essa razão, houve muitas discussões e confrontos entre a cooperativa e a Natura que acabaram no campo judicial. A cooperativa requereu uma indenização por parte da NATURA que acessou o produto antes dele ser legalizado e também sobre o conhecimento tradicional associado às quebradeiras de coco babaçu. O conjunto de instituições (ASSEMA, COOPAESP e MIQCB) ganhou o processo judicial onde foi possível criar um Fundo Socioambiental de Apoio ao Extrativismo com o total do dinheiro indenizado.

²³Manoel Rodrigues de Sousa, sócio Fundador da ASSEMA e diretor Presidente da COOPAESP, apresentou a experiência da ASSEMA, COOPAESP e MIQCB em repartição de benefícios com a empresa NATURA, em Workshop Nacional Da Cadeia Do Coco Babaçu, novembro de 2009, em Brasília.

O Movimento desenvolve outro projeto cujos objetivos são: a) o resgate do uso de plantas com propriedades para a manipulação de remédios caseiros; b) contribuir para a diversificação e para o enriquecimento da alimentação e da segurança alimentar. O Projeto “Quebradeiras de Coco Babaçu consolidando empreendimentos solidários que agregam valor ao extrativismo do babaçu e buscam novas ações pela segurança alimentar nas florestas de babaçu, nos Estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins”, o Movimento implementará 30 agroquintais, sendo 05 em cada uma das regionais de atuação do MIQCB.

O projeto é apoiado pela ATER²⁴Mulher e pelo Programa de Apoio à Organização Produtiva das Trabalhadoras Rurais que buscam fortalecer atividades produtivas desenvolvidas pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu na perspectiva de diversificação da produção, da segurança alimentar adotando princípios da agroecologia de não usar as queimadas e nem agrotóxicos. Os grupos de mulheres terão o apoio de uma técnica agrícola contratada pelo MIQCB para orientar os plantios.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de que o MIQCB também funciona como entidade de apoio e fomento dos empreendimentos de economia solidária, que se caracterizam como organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.

O financiamento dos projetos implementados pelo MIQCB sai do Fundo Babaçu para as regionais e são as próprias regionais (coordenadoras e assessoras) que fazem a gestão do dinheiro aplicado nesses projetos em comunidades e também são responsáveis pela prestação de contas junto a sede do MIQCB.

Historicamente, as exigências burocráticas para acesso a estes recursos, inviabilizam o acesso destas comunidades e organizações locais. A direção do MIQCB tem como objetivo estratégico que o Fundo Babaçu, por meio dos projetos apoiados, crie pólos irradiadores de conscientização ambiental e desenvolvimento sustentável pela conservação da biodiversidade nos babaçuais, visando a melhoria da qualidade de vida de comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu (MIQCB, 2011).

²⁴A Rede de ATER para Mulheres visa subsidiar as instituições de ATER no desenvolvimento de abordagens e metodologias comprometidas com a autonomia econômica das mulheres, a superação das desigualdades de gênero no meio rural e, desta forma, estimular um ambiente inovador de apoio para a efetivação das diretrizes e orientações da PNATER, dando o suporte necessário para o atendimento adequado às agricultoras familiares e camponesas.

O principal objetivo do MIQCB está no envolvimento das mulheres nos projetos do movimento. Acreditam na possibilidade de mudanças nos aspectos econômico e social por meio dos projetos em que se inserem. Como pode se observar pelo depoimento de uma das coordenadoras,

Esse movimento foi uma luz que clareou a nossa mente, pois muitas companheiras já sofreram violência e ficaram acomodadas, e esse movimento veio como uma formação na vida dessas mulheres que já falam que já se encorajam, e isso eu falo até de mim que era uma dessas mulheres que tinha vergonha até de dizer o meu nome onde tinha muitas pessoas reunidas, e hoje eu faço reuniões nas comunidades e já saí da comunidade, vou pelas cidades do Maranhão e já fui para vários Estados do Brasil representando o Movimento, inclusive, estou indo agora representá-lo na Alemanha (Entrevistada 05).

A formação política é apresentada como um trunfo e deve-se à participação no Movimento:

Esse movimento para nós é uma escola em que cada dia nós aprendemos algo novo, se tornou um espaço educativo, político, social, cultural e que prá nós, hoje, é um movimento que tem a cara do Brasil. Tem mulheres que não podem vir aqui, porque a ATER (O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária) é a perna do movimento, mas que não tem condição de trazer todas as mulheres, de levar prá Brasília prá um encontrão, todas as mulheres prá uma capacitação, mas elas são representadas por nós, por esse conjunto de 24 mulheres que forma essa coordenação (entrevistada 05).

O movimento, prá mim, me fortaleceu prá eu reconheça que eu sou uma quebradeira sem ter vergonha, me fortaleceu prá que eu entenda que eu tenho uma profissão, embora a categoria não seja conhecida, mas eu tenho uma profissão como qualquer outra [...] e na parte de conhecimento de muitas outras atividades que eu não conhecia como quebradeira (Entrevistada 03).

É um espaço prá nós como quebradeira de coco, tanto na questão produtiva, como na questão da mulher, no empoderamento mesmo da mulher é muito importante. Porque é através do movimento que nós que nós podemos articular com outros órgãos e entidades e a valorizar o nosso produto, porque apesar da categoria não ter conhecimento, nós produzimos (Entrevistada 02).

Uma análise dos discursos acima percebe-se que, entre as quebradeiras e o MIQCB há uma forte relação de pertencimento. As mulheres envolvidas na militância ressaltam a relevante contribuição do Movimento em sua formação política, no desdobramento das lutas e das resistências contra quaisquer tipos de opressão. O que as faz partes do movimento, da instituição fundada por elas e para elas. Quando expressam sobre o significado do movimento em suas vidas, falam de um movimento libertador, pois muitas delas foi se reconhecer como um sujeito oprimido a partir da inserção no MIQCB.

O MIQCB também é constituído de desafios e, um dos mais árduos, tem sido agregar um número expressivo de mulheres contempladas por seus projetos com recursos financeiros. Percebe-se pela quantidade de unidades produtivas e o número de mulheres por projetos que não condiz com a dimensão do universo de quebradeiras de coco.

Nós hoje somos coordenadoras, mas não seremos sempre coordenadoras. É uma coisa que, nós, no MIQCB, nós temos o cuidado de não nos perpetuarmos no poder, somos coordenadoras por três anos, podendo repetir mais seis, mas daí a gente vai prá nossa base, continuamos quebrando nosso coco – claro que como coordenadoras é só nas horas vagas – não saímos das nossas comunidades, e lá nos organizamos as unidades produtivas, onde a gente produz coletivamente. A gente não chega diretamente nas 300 mil, mas indiretamente a gente chega, porque nas políticas para as quebradeiras de coco ela não tem nome e nem endereço, elas estão entre as 300 mil, a PGPM Bio, por exemplo, é prá todas as quebradeiras. Não é só nas unidades produtivas que as quebradeiras são beneficiadas, mas é também na luta pela terra e o babaçu livre. E assim nós vamos formando nas nossas bases outras (Entrevistada 02).

São 300 mil mulheres quebradeiras de coco, porém, deste total menos de 1% (um por cento) são diretamente beneficiadas pelos projetos das unidades produtivas com princípios da economia solidária. Do universo das 300 mil quebradeiras nos quatro estados em que atua o MIQCB, apenas 282 mulheres – entre associadas e não associadas – participam da produção nas unidades produtivas. E no Maranhão, esse percentual é de 138 mulheres participando diretamente na produção de 16 unidades espalhadas pelo Estado.

Sabemos que as unidades produtivas geram metade do capital em forma de produtos – que são vendidos pela cooperativa e também em grupos e de forma individual em feiras e no comércio local – que auxiliam na geração de renda e no sustento das quebradeiras. E, que, portanto, a inserção dessas mulheres na produção dessas unidades se configura uma espécie de “emancipação” financeira. A assessora do MIQCB relata que os projetos tentam abarcar todos os municípios situados em cada região, porém, com os desafios que aqui já foram postos. A região que possui maior expressão de quebradeiras inseridas nas unidades produtivas e associadas a CIMIQCB é a da Baixada Maranhense com: 07 grupos produtivos, 81 (oitenta e uma) mulheres nas unidades produtivas e 60 associadas a CIMIQCB, isto dá muita visibilidade para a regional e maior possibilidade de arrecadar recursos para seus projetos. A região do Médio Mearim e Cacaís tem uma vasta extensão de terras e abarca 16 municípios com apenas duas usinas de beneficiamento,

instaladas em dois municípios. Quando questionadas como ficam os 14 demais municípios da região a assessora diz:

Nos quatorze demais municípios da região, o nosso trabalho é com uma reunião, é uma capacitação, é uma discussão da lei Maria da Penha, é difusão dos direitos de uma comunidade quilombola, é disseminação da lei Babaçu Livre, é na saúde da mulher, é assim, lá nós só temos duas unidades produtivas onde as mulheres produzem (Entrevistada 06).

Na regional de Imperatriz a logística de participação das mulheres não difere de outras regionais:

A gente trabalha a questão da mulher articulando, tirando a mulher do espaço de trabalho da cozinha para reuniões na comunidade dela, então prá nós, que somos lideranças, agente articula as mulheres através das igrejas, sindicatos lutando prá tirar as mulheres da escravidão. A gente leva a melhoria do trabalho com coco para as comunidades, porque antes a gente pisava o coco no pilão, mas hoje, deus livre! A questão do movimento capacitou essas mulheres a ir buscar seus direitos [...] mas nós estamos tendo uma dificuldade de manter essas mulheres no trabalho com babaçu depois da chegada das empresas na região, agora elas querem se subjugar aos trabalhos das empresas. (entrevistada 05)

Uma análise desta questão é imprescindível para compreendermos melhor a dinâmica dessas organizações. Não se trata de uma análise, isolada, do MIQCB, mas do fenômeno que ocorreu, desde a década de 1990, com a institucionalização dos movimentos que se transmutam em ONGs. O que leva a uma contradição entre a tarefa organizativa do movimento e a produção.

É necessário um exame sobre o significado dos projetos desse movimento na vida dessas mulheres que, segundo relato das mesmas, tem ação libertadora em suas vidas: mudando a forma de ver o mundo, de viver em comunidade e até mesmo aspectos fundamentais para sua sobrevivência, tais como recursos financeiros providos por meio da venda de produtos naturais e comercializados em suas cooperativas.

O objetivo maior dessas quebradeiras de coco é superar a pobreza que assalta as comunidades rurais no Maranhão, principalmente as famílias chefiadas por mulheres que vivem da renda da venda do coco babaçu e de seus derivados. A luta delas é para sobreviver com o fruto de seu trabalho, sem precisar sair de suas comunidades.

A gente tem conquistas e desafios, eu falo isso porque agora, a gente esta vendo as coisas mudando, a gente luta dez anos prá articular uma coisa, e eles vêm por trás e desmancham o nosso trabalho. Como a lei do babaçu livre que a gente conseguiu aprovar essa lei, e a gente tá sentindo na pele que vai voltar tudo de novo, porque os políticos que nós temos aí só apóia os grandes, e eu estou vendo voltar para os anos 90 onde nós quebrava dez kg de coco prá comprar um kg de arroz, porque hoje você tá vivendo bem porque quebra um kg de coco e compra um kg de arroz e ainda sobra

dinheiro, mas tão lutando prá acabar com essa felicidade dos pobres[...] mas eles que nos aguarde que nós vamos sim pro embate com eles, damos um boi prá não entrar e uma boiada prá não sair. (Entrevistada 01).

A relação das quebradeiras com o Estado é um desafio constante, pois, o discurso muda a cada nova gestão. Isto fica claro quando analisamos as falas das entrevistadas sobre os ganhos políticos que o movimento teve entre os anos de 2000 e 2014. Ao compararem os governos dos anos 90 e dos anos 2000, elas relacionam com o poder de articulação que o movimento possuía nos anos 2000 e a inserção de suas pautas nos encontros do Governo Federal. Elas relatam que nos anos 1990, não existia diálogo do movimento com o Governo, os embates eram acirrados, porém, não havia espaço para as políticas que beneficiasse as quebradeiras. Já nos anos 2000, essa relação MIQCB/Estado se reconfigurou: elas passaram a ter mais acesso aos espaços de discussões de interesse comum; têm presença expressiva nos encontros com representantes de ministérios e secretarias específicas a suas reivindicações e; têm suas demandas convertidas em políticas públicas – como a Lei do babaçu Livre, que só após dez anos de sua aprovação em um município do Maranhão, foi aprovada em âmbito federal em 2008.

Entretanto, a nova gestão do Governo Federal tem causado grande temor entre as mulheres do movimento, tento em vista que o atual Presidente da república tem em seu histórico a deslegitimação dos direitos sociais o que deixa em eminência uma possível ruptura com a questão social brasileira e com qualquer tipo de relação amistosa com os movimentos sociais:

Vejo muita diferença dos anos 90 para os anos 2000. Nos anos 2000 nós tinha nosso espaço pra reivindicar no governo e nós era bem recebido, e agora nós tá dizendo que vai voltar, porque quem está aí é quem quer nos ver pela costa, por isso que a gente vai ter que ir pro embate e que a gente já vai se preparar porque o que vem aí é muita bomba e a gente precisa estourar elas é em cima deles(Entrevistada 01).

Não se pode negar a transformação social e econômica que a organização causa na vida dessas mulheres, visto que algumas delas não possuíam orientação quanto aos seus direitos enquanto cidadãs, e nem o mínimo de renda para sua sobrevivência. Enquanto hoje podem falar com propriedade da importância do seu trabalho nas comunidades que estão inseridas.

No entanto – visto que a manutenção dos projetos desenvolvidos pelo MIQCB depende dos recursos concedidos por suas financiadoras – o recurso para realização de suas atividades torna-se o grande entrave, pois não conseguem envolver nem metade das mulheres cadastradas pelo movimento, nas atividades

que geram renda e trabalho, tendo em vista que a organização – não diferente da maioria – investe uma boa porcentagem desses recursos na manutenção do corpo administrativo da instituição e nas questões burocráticas. Portanto, essa realidade ainda não contempla a missão da instituição que é “a articulação do Movimento visando conquistar melhores condições de vida e de trabalho agregando valor aos produtos e visando a competição no mercado”. Pois o número de cooperativas que permite a rentabilidade dos produtos não abarca nem 1% (um por cento) das trabalhadoras quebradeiras de coco, como já assinalado.

O desafio do MIQCB é ampliar seus projetos com recursos financeiros para expandir a luta das mulheres quebradeiras de coco e superar seu maior desafio: a luta pela sobrevivência. E, assim, promover a construção de mais unidades produtivas em todos os territórios em que tem presença da atuação e assim melhorar a renda das quebradeiras.

No entanto, o que torna esse desafio mais difícil é a distribuição dos financiamentos obtidos pelo movimento, tendo em vista que parte dos recursos tem que ser destinados à manutenção a estrutura organizacional do MIQCB, como: recursos humanos, estrutura física e mobília dos escritórios. Na busca por financiadores internacionais – que doam maiores quantias, mas com fiscalização mais criteriosa – o MIQCB tem trazido para dentro de sua organização pessoas mais qualificadas, o que onera os gastos e reflete na implementação dos projetos lá nas comunidades.

Esses projetos é que pagam os salários dos assessores, um pouco de um, um pouco de outro, e assim cobrem a todos, e também através desse projeto que vem pequenas parcelas de recursos pra comprarmos instrumentos pra dá nossas formações nas comunidades. Agora mesmo estamos em uma capacitação dos assessores regionais e coordenadores para melhoramento do trabalho no sistema dos vínculos solidários da ActionAid, vendo passo a passo novas mudanças e um forma de acessar novas mídias e prestação de contas e novos instrumentos tecnológicos que nós temos dificuldades- é o SVS(sistema de vínculos solidários) pra multiplicarmos nas comunidades.(assessora regional médio Mearim/cocais)

O MIQCB ganhou corpo e nome e é representado por uma instituição com moldes bem corporativistas. Ao longo dos anos o movimento foi construindo um relacionamento de parcerias com os programas governamentais: Programa de Aquisição de Alimentos - PAA que atende as quebradeiras nos quatro estados que o MIQCB atua, onde elas vendem o excesso de produção para o Governo, sendo que o destino final dessa mercadoria é para comunidades carentes; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que é um programa destinado a merenda escolar

que as quebradeiras têm encontrado maior dificuldade em acessá-lo por conta da quantidade necessária de produção que é superior à que realizam e, além disso, elas relatam a dificuldade ao negociarem preços com o governo. Segundo o argumento do governo, o azeite produzido pelas quebradeiras de Coco está acima da média do mercado. O Programa Nacional de Agricultura Familiar- PRONAF, que oferece subsídios para trabalhadores rurais – o que inclui a categoria das quebradeiras de coco – oferece assessoria técnica, que, segundo as quebradeiras, é bem diferente do que prometem, pois dos três pilares (fornecimento de crédito, acompanhamento técnico e compra da produção) só têm cumprido com o primeiro e tem causado má utilização dos recursos; a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade- PGPM- Bio é um programa essencial para as quebradeiras de coco, com a garantia de um preço mínimo na venda do coco, subsidiado pelo Governo. Com essas parcerias governamentais o MIQCB aponta para financiamentos de projetos que atenda e garanta renda mínima a esse grupo de mulheres. No entanto, na prática, o MIQCB obtém crédito, mas enfrenta sérias dificuldades técnicas de produção para equilibrar as necessidades de compra do governo e as capacidades técnicas de produção das quebradeiras.

Destarte, entendemos que o MIQCB não possui dependência somente de instituições reguladoras privadas, mas o Estado também se constitui um grande mantenedor de seus projetos e, por consequência, regulador de suas atividades, uma vez que o movimento tem desenvolvido projetos em regime de cooperação com o poder público, com financiamento no modelo de transferência de serviços públicos do Estado a entidades. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o PRONAF mulher e os projetos de ATER, são programas governamentais que está fundamentado nesse modelo. Entendemos que a vinculação de projetos com recursos governamentais traz o risco de diferentes interpretações e percepções desenvolvidas entre quebradeiras e agentes governamentais e não governamentais, um exemplo citado pelas quebradeiras é a prática de roça de corte e queima, a qual é terminantemente proibido pelo ministério do meio ambiente e considerada como um grande vilão do desmatamento, mas é ao mesmo tempo para as quebradeiras uma herança cultural e um componente fundamental de sua identidade.

Outro desafio posto por essa relação com o Estado é a obrigatoriedade da institucionalização, o movimento é obrigado a moldar-se de acordo com as exigências que cada projeto estabelece. De acordo com os Termos de Fomento e de

Colaboração as Organizações são instrumentos que foram criados para regular as parcerias entre entes públicos de diferentes esferas. Assim, as organizações têm que se adaptar, na medida do possível, às regras elaboradas de forma específica para União, Estados e Municípios, o que não é das tarefas mais fáceis. A burocracia inerente às regras públicas engessa a execução dos Projetos. Assim, o MIQCB tem trabalhado com intensidade para superar os limites burocráticos e empreendido muito tempo e energia nessa empreitada, refletindo na própria identidade do movimento que é obrigado a passar por transformações que elas mesmas julgam necessárias: “mas agente é obrigado a correr para passar por essa burocratização”.

O MIQCB tem uma grande história de luta junto às reivindicações das quebradeiras de coco babaçu e, inerente a essa história grandes conquistas acompanha esse movimento – como o reconhecimento do trabalho das quebradeiras enquanto categoria; aprovação da Lei babaçu Livre em diversos Estados, garantindo o acesso livre aos babaçuais; criação de espaços de comercialização de seus produtos; presença das quebradeiras nos espaços de luta e reivindicações pertinentes a permanência de seu trabalho; na superação das quebradeiras da condição de vítimas para lutadoras etc.

No entanto, analisamos que o espírito de organização formal dos grupos de produção, tem crescido mais que o espírito de luta no movimento. Isto porque a agenda do MIQCB é composta semestralmente por encontros e capacitações referentes à rede de financiadores de seus projetos para capacitação e prestação de contas.

Essa cadeia de relacionamento institucional provoca uma espécie de “dependência” junto aos seus financiadores: às empresas e fundações deve-se prestar contas e garantir a sustentabilidade dos projetos. Sem essa parceria financeira que exigem uma gama de processos burocráticos e que exigem profissionais especializados para sua operacionalização. Essa logística demanda tempo na sua execução e dificulta o processo de luta e autonomia do MIQCB. Elas entram no orçamento governamental e, ao mesmo tempo, suas vontades e expressões políticas ficam sob o controle do Estado. Muito embora, o MIQCB tem lutado para fortalecer o diálogo com seus doadores e buscado gradualmente estabelecer limites sobre as negociações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como finalidade analisar a trajetória do Movimento interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu– MIQCB, os processos organizativos que desencadeou na institucionalização do movimento e o significado dos projetos do MIQCB na vida dessas mulheres. Isto implicou pensar diretamente nas peculiaridades do MIQCB, cabendo as seguintes questões: até que ponto o MIQCB é caracterizado como um movimento social? Quais os processos de institucionalização pelos quais o movimento passou e transformou em uma organização? E no que essas peculiaridades implicam no processo de luta, resistências e emancipação das quebradeiras de coco babaçu? Essas questões apresentadas no início do trabalho se configuraram o ponto de partida da análise da pesquisa.

A pesquisa concentrou-se, portanto, na abordagem da realidade na qual as mulheres quebradeiras de coco babaçu se encontram no quadro de desenvolvimento político e econômico, interrogando como se dá a inserção das mulheres no MIQCB e como isso reflete na participação política e no mercado de trabalho. Para análise dos dados trabalhamos as categorias: movimentos sociais, feminismo e emancipação, considerando as análises de Touraine, Gohn, Saffiot, Kollontai, Marx e Mészáros.

Sobre a relação do Movimento com Estado entendemos que a ausência de políticas públicas deve ser entendida como um dos fatores determinantes da exclusão em que se encontram grupos que compõem o tecido social brasileiro, a exemplo das mulheres quebradeiras.

Concluimos que a relação de dependência das ONGs com suas financiadoras é um dos problemas com que elas se defrontam, tendo em vista que o desempenho de suas atividades depende dos volumosos recursos financeiros de empresas privadas e tendo como modelo serviços prestados pelo Estado, essas organizações dificilmente conseguem ser uma alternativa a esses associados e, por isso são obrigados a aceitar compromissos sob a forma de acordos contratuais e sob pena de redução de recursos, o que minimizaria sua intervenção social. E outro limite de autonomia intensamente enfrentado pelas ONGs é a sua relação com as instituições públicas, as quais aprovisionam em muitos casos a maior parte da receita dessas organizações que administram projetos de cunho assistencialista.

Concordamos que a relação do MIQCB com organizações reguladoras esbarram na inflação dos financiamentos internacionais, que por sua vez, por questões de “gênero” fomentou, de um lado, uma série de lutas “fratricidas” entre grupos e pessoas pelos recursos para obter esses fundos, onde os grupos devem provar sua “competência” e se profissionalizam de maneira acelerada recrutando especialistas em “gênero” em detrimento e uma militância política e voluntária (FALQUET, 2003).

A inserção das ONGs na base de organização dos movimentos tem provocado um distanciamento entre a discussão e a prática da militância dos movimentos. As pautas de discussões políticas e de direitos vêm sendo substituídas pelo gerenciamento das ONGs com seus projetos pontuais cujo objetivo é quase sempre atenuar as lutas de enfrentamento ao Estado. Elas estão inundadas da ideologia dominante e na medida em que apresentam propostas de desenvolvimento produtivo e emancipação feminina, tornam-se co participantes da ideologia hegemônica, uma vez que, não se tem condições de libertar, de emancipar e de manter um modelo econômico de produção alternativo ao modelo de produção capitalista.

As ONGs têm explorado projetos de empreendedorismo, muitas vezes, sem condições de competir no mercado, estimulando as trabalhadoras a integrar grupos produtivos, acessando linhas de créditos como estratégia de empreender e atingir o desenvolvimento local. Porém, as estratégias de venda dos produtos muitas vezes tendem a falência, pois o valor de venda dos produtos no atacado não tem condições de superar o do mercado, não tendo saída, gerando estoque e endividamento das mulheres.

E por fim, a autonomia das quebradeiras torna-se um tanto questionável quando verificamos que hoje, na organização do MIQCB, elas não têm o pleno controle das transações comerciais, papel que cabe a “eminência parda do assessor”. Observa-se que essas mulheres, por um lado conseguem transpor uma cultura que as subjuga as atividades estritamente ligadas ao status doméstico privado, mas por outro lado, elas ficam subjugadas a burocratização da institucionalidade que o movimento sofrendo nos últimos tempos. Porque antes eram os maridos que se apoderavam do fruto do seu trabalho e comercializavam, agora, é a organização, personificada nos assessores técnicos e financeiros que operacionalizam esse processo, sem a participação efetiva das quebradeiras, desde

a retirada do produto nas unidades produtivas instaladas nas comunidades, até o produto final com as exportadoras e compradores locais. Pois quando interrogadas sobre valores de financiamento, investimentos e o lucro real sobre os produtos, elas pronunciam as assessoras como detentoras desse conhecimento.

O processo pelo qual passa a produção, muitas vezes não é visionado por elas. A comercialização de seus produtos feitos via cooperativa, por exemplo, é um processo gerenciado por assessores e técnicos do MIQCB que, na sua maioria não são quebradeiras de coco.

Constatamos que a relação com o Estado implica na obrigatoriedade da institucionalização do movimento; obrigado a moldar-se de acordo com os Termos de Fomento e de Colaboração as Organizações são instrumentos que tendem a burocratizar o processo e engessam a execução dos Projetos executados pelo MIQCB.

A pesquisa não esgotou o estudo sobre o tema e aponta questões para um posterior aprofundamento sobre a institucionalização dos movimentos sociais e sua “transmutação” em ONGs. Em outras palavras, a crescente “onguização” dos movimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG, 2010. **Números e Dados das Fundações e Associações Privadas Sem Fins Lucrativos No Brasil** - Pesquisa Fasfil 2010 (Lançada em Dezembro De 2012). São Paulo, 2012.92p

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: guerra dos mapas**. 2. ed. Belém: Seminário Consulta, 1995a.

_____. **Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização**. São Luís: MIQCB, 1995b.

_____. **Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados**. São Luís: MIQCB/Balaio Typografia, 2000.

_____. **Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terra na Amazônia**. São Luís: Lithograf, 2005.

ALTHUSSER, Louis P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu: um estudo da organização do extrato indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências**. São Luís: SIOGE, 1990.

AMIN, Samir e HOUTART, François. **Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003**. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 9. Ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 2003.

ARAÚJO, Ana Lígia Alves de. **Mulheres em luta: memória e história do feminismo na São Luís dos anos 80**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o Enfoque de Gênero. Crítica Marxista: nº 11, Páginas 65-70**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do babaçu: Gênero, materialismo e movimentos sociais no Maranhão**. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2013.

BARBOSA, Zulene Muniz. **As “temporalidades” da política no Maranhão**. Revista Lutas Sociais (NEILS), nº 09/10. São Paulo, 2004.

BAVA, Silvio Caccia. **As ONGs e a opinião pública**. Folha de São Paulo: 27 de Fevereiro, 2001.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo**. Fatos e Mitos. Vol 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980.

BITTENCORT, Fernanda Ribeiro. **Punir, Proteger, Prevenir?** A Lei Maria da Penha e as limitações da administração dos conflitos conjugais violentos através da utilização do Direito Penal. Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2015.

BORELLI, Elizabeth. **Neoliberalismo e ONGs na América Latina**. Aurora ano II número 2 - JUNHO DE 2008.

BRANT, Vinicius caldeiras e SINGER, Paul. **São Paulo: o Povo em Movimento**. São Paulo: Vozes, 1980.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo 2010**. Sistema Nacional de Informação de Gênero: Estudos de Gênero. Nº 33. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica. Nº 32. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE: 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres** - PNPM. Brasília, DF, 2013.

BRESSER- PEREIRA, L C. **O público não-estatal na reforma do Estado**. São Paulo: FGV, 1999.

CARVALHO, Nanci Valadares. **Autogestão: O nascimento das ONGs**. Tradução de Luiz R.S. Malta. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CARVALHO, Sonia Nahas de. **Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Mary Garcia. **Feminismos e feminismos, reflexões à esquerda**. Presença de Mulher. São Paulo, nº. 29, p. 03-09, 1997.

_____. **Marxismo, feminismos e feminismo marxista** – mais que um gênero em tempos neoliberais. Crítica Marxista. Marxismo e feminismo (DOSSIÊ), nº11, Páginas 98-108. São Paulo: Boitempo, 2000.

Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). CORTÊS, Iáris; RODRIGUES, Almira. (Orgs.). **Os Direitos das Mulheres na Legislação Brasileira Pós-Constituinte**. Brasília: Letras Livres, 2006.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Joana Aparecida. **“ONGs: caminhos e (des) caminhos”**. In: *Revista Lutas Sociais*, nº 13/14 – 1º semestre. São Paulo: Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS), 2005.

COUTINHO, Joana Aparecida. **ONGs e Políticas Neoliberais no Brasil**. Florianópolis. UFSC, 2011.

COUTINHO, Joana Aparecida. **Organizações Não-Governamentais: o que se oculta no “não”?** Revista espaço acadêmico -ano III- Nº24- Maio 2003-Mensal - ISSN 1519.6186.

DATA POPULAR; SOS CORPO. **Trabalho Remunerado e Trabalho Doméstico: uma tensão permanente**. 2012.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas, SP: Editora Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.

DUQUE-ARRAZOLA Laura S. **Determinantes de gênero e classe na política de Proteção Social: o caso dos programas de transferência de renda no Brasil**. XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 2009.

FALQUET, Jules. **"Mujeres, feminismo y desarrollo: un analisis crítico de las instituciones internacionales"**. *Desacatos. Revista de Antropología Social*, México, n. 11, p. 13-55, 2003.

FERNANDES, Rubem César. (1997). **O que é terceiro setor?**In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *3o setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 25-33.

FERREIRA, Maria Mary. **As Caetanas vão à luta:feminismo e políticas públicas no Maranhão**. São Luís: EDUFMA; Grupo de Mulheres da Ilha, 2007.

FERREIRA, Mary (org.). **Mulher, Gênero e Políticas Públicas**. Redor – UFMA – Grupo Mulheres da Ilha. São Luís, 1999.

FIORI, José Luis. Neoliberalismo e políticas públicas. In: **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina. In: GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático**. Revista Política & Sociedade. Nº 11. Out. de 2007. Dossiê.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem - Terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GONÇALVES, Renata. **Heleieth Saffioti e sua contribuição para o marxismo**. VII Colóquio Internacional Marx Engels. GT Os marxismos. São Paulo, 2012.

_____. **Dinâmica sexista do capital**: feminização do trabalho precário. Lutas Sociais, n. 9/10, São Paulo, 2001.

_____. **O feminismo marxista de Heleieth Saffioti**. Lutas Sociais, n. 27, São Paulo, 2011.

GURGEL, Telma. **Feminismo E Luta de Classe**: História, Movimento e Desafios Teóricos Políticos do Feminismo na Contemporaneidade. São Paulo, 2010.

HAYEK, Frederick. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

IBGE, Censo Demográfico 2010: Sistema Nacional **de Informação de Gênero** - Análise dos resultados. 2011.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a nova moral sexual**. Col. Bases, n. 06. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LANDIM, Leila (Org.). **Ações em sociedade: Militância, caridade, assistência etc.** Rio de Janeiro: Nau, 1998.

LANDIM, Leilah e BERES, Neide. **Ocupações, despesas e recursos: As organizações sem fins lucrativos no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro, 1999.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3ªed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 3ª ed. São Paulo: Global, 1988.

MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França**. São Paulo:Global, 1986.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2. 3ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. 4ªed.São Paulo: Global, 1987.

MATTOS, Olgária. **Masculino e Feminino**. Revista USP, junho/julho de 1989.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**; tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. – Petrópolis:Vozes, 2001.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **AS MULHERES AGROEXTRATIVISTAS DO BABAÇU**: a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente. Revista Políticas Públicas. São Luis, v. 12, n. 1, p. 53-61, jan./jun. 2008.

_____. A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-80). **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 2, n. 2, jul./dez. 1998b.

MESTRUM, Francine. **A luta contra a pobreza**: utilidade pública de um discurso na nova ordem mundial. In: AMIN, Samir; HOUTART, François (Orgs.). Mundialização das resistências: o estado das lutas. São Paulo: Cortez, 2003, p. 241-258.

MÉSZÁROS, István. **Educação Para Além do Capital**. (Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MICHEL, Andrée. **O feminismo**: uma abordagem histórica. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIQCB – **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**. Nova Cartografia Social da Amazônia. Fascículo 4: Quebradeiras de coco babaçu da Baixada. São Luis, 2007.

MONTAÑO, C. e DURIGUETTO, M. L. **ESTADO, CLASSE E MOVIMENTO SOCIAL**. São Paulo: Cortez, 2010

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social- crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEGRO, Thereza. O que é ONG. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NANJARÍ, Cecília Castillo. **Gênero como categoria de análise para desvendar a violência contra as mulheres**: um desafio para a educação teológica. Revista Caminhando. v. 14, n. 2, p. 141-151. 2009. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/>> Acesso em 10 jul.2012.

OFFE, Claus. Partidos políticos y nuevos movimientos sociales. Madrid: Editorial Sistema, 1990.

OLIVEIRA, Waldete Tristão Farias. **Trajetórias de mulheres negras na educação e crianças pequenas em São Paulo**. In: CARVALHO, Marília Pinto e ANDRADE, Maristela. **Mutirões, Empates e Greves** - divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. Lusotopie (Paris), Boston/Leiden, v. 12, n.1-2, p. 175-190, 2005.

ANDRADE, Maristela de P. & FIGUEIREDO, Luciene D. **Na lei e na marra – a luta pelo livre acesso aos babaçuais**. Projeto Olhar Crítico: Casos bons para pensar. DFID/ACTION AID. São Luís, 2006.

PETRAS, J & VALTMEYER, H. (2001). Brasil de Cardoso: a desapropriação do país. Petrópolis – RJ. Ed.Vozes.

PETRAS, James F. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: Furb, 1999.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DARIÉCHEL, Andrey. Artigo: **Os fazendeiros tiram o babaçu para plantar capim**. Amigos da Terra, Amazônia Brasileira. São Paulo, 2009.

RÊGO, Josoaldo L. e ANDRADE, Maristela P. **História de mulheres**: breve comentário sobre o Território e a identidade das quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão. Agrária, São Paulo, nº 3, PP 47-57, 2006. .

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **CASAS-ABRIGO**: no enfrentamento da violência de gênero. São Paulo: Veras, 2007.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Organizações de Mulheres em São Luís – MA**: expressões dos movimentos feministas? V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2011.

RODRIGUES, Thaíse Silva. **Diferença de gênero na dicotomia público/privado e seu tratamento jurídico**. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. Anais. UFPB. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de gênero**: o lugar da práxis na construção da subjetividade. Lutas Sociais, n. 2, São Paulo, 1997.

_____. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

_____. **Do artesanal ao industrial**: a exploração da mulher. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. Crítica Marxista: **Quem tem medo dos esquemas Patriarcais de Pensamento?** Nº 11, Páginas 71- 75. São Paulo; Boitempo, 2000.

SAMIR, Amin e HOUTART. A Luta contra a pobreza: utilidade política na nova ordem mundial”. In:., François (orgs). Mundialização das Resistências o estado das lutas. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pósmodernidade**. São Paulo: Cortez. 1999.

SARDENBERG, C. M. B. e COSTA, A. A. A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANSÃO, M. L. R. e BINGEMER, M. C. L. (orgs.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo; Edições Loyola, 1994, p. 81-114

SCHIAVO, Márcio R.; MOREIRA, Eliesio N. *Glossário social*. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 2000, p. 26-52.

SHARLIER, Sophie e RYCKMANS, Héléne. **Mulher e relações de gênero**. São Paulo; Edições Loyola, 1994, p. 81-114.

SHIRAISHI NETO, J. **A reconceitualização do extrativismo na Amazônia**: práticas de uso comum dos recursos naturais e normas de direito construídas pelas quebradeiras de coco. Belém: UFPA, 1997. Dissertação (mestrado).

_____. **Quebradeiras de coco do quilombo de enseada da mata** – bairro novo (Penalva). *Periódico Pindova*. Manaus, 2007, p. 3.

SINGER, Paul. *Aprender Economia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOARES, C. e SABOIA, A. L. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu. & GODINHO, Tatau. (orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

SOARES, Vera. **Políticas Públicas para igualdade**: papel do Estado e diretrizes. In: *Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.)*. Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004

SOCIOBIODIVERSIDADE – PNPSB. **Relatório do Workshop Nacional da Cadeia do Coco Babaçu**. Brasília. Novembro, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XXII, n.º 68, p. 54-82, novembro de 2002;

TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff. “**Diga-Me, Quem Te Deu O Direito Soberano De Oprimir Meu Sexo?**”: A Afirmação Histórica Dos Direitos Das Mulheres. *O Direito Alternativo*, v. 1, n. 1, p. 258- 280, agosto 2011

TOURAINÉ, Alain. Os Movimentos sociais, In: FORACCHI e MARTINS, *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 335 a 365.

TOURAINE, Alain. La Production de La Société. Paris, Seuil, 1973. [https://www.academia.edu/741088/La_sociologie_dAlain_Touraine].Capítulo 3, paginas 69-86.

TRIVIÑOS, A.N.S. **A Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

VIANA, Nildo.Emancipação Feminina e Emancipação Humana. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. IX, p. 1-10, 2011.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA (coordenadoras)

1. Qual o significado do MIQCB em sua vida?
2. Como você considera a importância da sua atuação como coordenadora?
3. Como as coordenadoras mobilizam as mulheres da comunidade para participarem e quais as pautas das discussões?
4. Todos os participantes dos projetos possuem identidade de quebradeiras de coco babaçu?
5. Quais os critérios utilizados para que as mulheres participem dos projetos desenvolvidos nas comunidades?
6. De que forma as mulheres da comunidade participa nas tomadas de decisões da organização?
7. Onde acontecem as ações coletivas do MIQCB?
8. Em que aspecto vocês consideram que os projetos desenvolvidos pela MIQCB mudam a vida dos beneficiados?
9. O que você considera como emancipação feminina?
10. Desse modo, em que aspecto o MIQCB emancipa as mulheres?

ANEXO II

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA - Assessor (a)

1. Quantos e quais projetos atualmente estão sendo desenvolvido pelo MIQCB?
2. Que critérios são estipulados para que as mulheres façam parte dos projetos?
3. Qual a metodologia utilizada para que as mulheres da comunidade participem das tomadas de decisões?
4. Quantas pessoas trabalham e qual a formação das pessoas que trabalham na instituição?
5. Como a entidade está organizada (coordenação, chefia) existe hierarquia?
6. Qual a forma de sustentabilidade da instituição?
7. Qual o gasto mensal da entidade?
8. A quem a organização presta contas sobre os gastos?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: O MIQCB: Aspectos Organizativos e o Processo de Onguização do Movimento

Nome do Pesquisador Orientador (a): Joana Aparecido Coutinho

Nome do(s) Pesquisadores alunos: Eliane Sá Amorim Berrêdo

A Sra. está sendo convidada a participar desta pesquisa que tem como finalidade contribuir para análise de dados para trabalho de conclusão de curso de mestrado.

A pesquisa tem como público alvotodas as coordenadoras regionais do MIQCB no Estado do Maranhão, juntamente com suas assessoras.

Ao participar deste estudo a Sra. permitirá que a pesquisadora utilize as informações prestadas nesta entrevistas sejam. A Sra. tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora do projeto e, se necessário através do email por ela fornecidos.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados.

Ao participar desta pesquisa a Sra. não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o MIQCB, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para o Movimento, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

As entrevistadas não terão nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Eliane Sá Amorim Berrêdo. (pesquisadora)

Joana Aparecida Coutinho. (Orientadora)

São Luis / /2016.